

UFF – Universidade Federal Fluminense
ESS – Escola de Serviço Social
PPS – Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social
Mestrado em Política Social

Laísa Cunha da Silva

O MERCADO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL:
a particularidade da gestão municipal de São Gonçalo (RJ).

Niterói – RJ
Agosto de 2025



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL

Laísa Cunha da Silva

O MERCADO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL: a particularidade da gestão municipal de São Gonçalo (RJ).

Área de Concentração: Sujeitos Sociais e
Proteção Social

ORIENTADOR: Carlos Antonio de Souza Moraes

Niterói – RJ

Agosto de 2025

LAÍSA CUNHA DA SILVA

O MERCADO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL: a particularidade da gestão municipal de São Gonçalo (RJ).

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense - UFF, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

Área de Concentração: Sujeitos Sociais e Proteção Social

Aprovado em 29 de agosto de 2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – PPGPS-UFF – Orientador

Profa. Dra. Maria Teresa Santos – DSS - UFSC - 1ª examinadora

Profa. Dra. Monica de Castro Maia Senna – PPGPS-UFF - 2ª examinadora

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

S586m Silva, Laísa Cunha
O mercado de trabalho do Serviço Social: : a
particularidade da gestão municipal de São Gonçalo (RJ) /
Laísa Cunha Silva. - 2025.
140 f.: il.

Orientador: Carlos Antonio De Souza Moraes.
Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
Escola de Serviço Social, Niterói, 2025.

1. Serviço Social. 2. Mercado de Trabalho. 3. Política
Social. 4. São Gonçalo, RJ. 5. Produção intelectual. I. De
Souza Moraes, Carlos Antonio, orientador. II. Universidade
Federal Fluminense. Escola de Serviço Social. III. Título.

CDD - XXX

Dedico este trabalho às assistentes sociais atuantes nas políticas sociais que, mesmo sob vínculos frágeis, seguem tecendo cuidado, ética e resistência no cotidiano das políticas públicas. Mulheres e homens que, entre o fazer profissional e as amarras do capital, insistem em manter viva a esperança de um mundo mais justo.

AGRADECIMENTOS

Realizar este mestrado foi, para mim, muito mais do que conquistar um título. Foi um processo de transformação profunda, que me permitiu revisitar minhas origens, retornar à cidade onde nasci e olhar para ela com novos olhos, olhos de pesquisadora. Foi um reencontro comigo mesma, com minha história, minhas potências e meus limites. Essa experiência me ensinou que sou capaz, mesmo diante das maiores incertezas. Que posso me reinventar. E, principalmente, que ninguém caminha só.

Dessa forma, agradeço a Deus, pela fé que me rege e pela força que me sustentou em cada etapa dessa jornada.

Aos meus pais, Romana e Sávio, e à minha irmã, Ana Lídia, meu amor eterno e a mais profunda gratidão. Obrigada por acreditarem em mim mesma quando eu duvidei, por cada palavra de apoio, por todo carinho, por estarem comigo em silêncio ou em festa.

Estendo meus agradecimentos aos demais familiares, em especial às minhas avós Lair e Lucinda, que foram fundamentais tanto para minha mudança quanto para minha permanência em São Gonçalo.

Aos meus amigos e amigas que estiveram ao meu lado em todos os momentos, meu agradecimento cheio de carinho. Vocês cativaram um espaço especial no meu coração e se tornaram parte da minha família: Isabella, Giovana, Joanna, Larissa, Laryssa, Maria Fernanda, Nicole, Paula, Stephany e Úrsula – obrigada por cada gesto, cada palavra e cada companhia nos dias bons e difíceis.

Ao meu companheiro, Julio Cesar, agradeço por toda a paciência, acolhimento e parceria nesse período tão desafiador quanto transformador.

Aos mestres que contribuíram para minha formação na Universidade Federal Fluminense, expresse minha sincera gratidão. Em especial, agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Carlos Moraes, pela escuta generosa, pela paciência e pelo vasto conhecimento compartilhado, cuja orientação foi essencial para que este trabalho ganhasse forma e sentido.

Estendo meus agradecimentos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pela bolsa concedida entre abril de 2024 a julho de 2025, período fundamental para realização desta pesquisa. Minha gratidão se dirige também ao Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa em Cotidiano e Saúde (Gripes), que,

desde 2019, integra de forma significativa minha trajetória acadêmica. Não poderia deixar de registrar meu sincero reconhecimento ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social - UFF e a cada um dos funcionários que com dedicação e cuidado, tornam nossa jornada possível.

Por fim, agradeço à equipe do Serviço de Família Acolhedora de São Gonçalo, que me acolheu profissionalmente, me abriu portas para compreender a realidade do município (que é o objeto desta pesquisa) e contribuiu imensamente para minha formação, tanto como profissional quanto como pessoa.

*E ecoa noite e dia
É ensurdecedor
Ai, mas que agonia
O canto do trabalhador
Esse canto que devia
Ser um canto de alegria
Soa apenas
Como um soluçar de dor*

*Fonte: Canto das Três raças.
Paulo César Pinheiro e Mauro
Duarte, 1976.*

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo investigar o atual perfil do mercado de trabalho de assistentes sociais particularizando profissionais atuantes pela Prefeitura Municipal de São Gonçalo (RJ), com ênfase na caracterização profissional e nas expressões objetivas do mercado de trabalho, por meio das seguintes variáveis: carga horária de trabalho, vínculo contratual, área de atuação e salário. A análise está fundamentada no materialismo histórico-dialético, como perspectiva teórico-metodológica e recorre à pesquisa de tipo descritiva, a abordagem qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Para a realização da pesquisa de campo, submeteu-se a proposta à Plataforma Brasil, tendo sido aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob Parecer Consubstanciado do CEP nº 7.488.554. Do total de 203 assistentes sociais atuantes na PMSG e mapeadas por este estudo, a pesquisa contou com a participação de 42 profissionais e foi realizada por meio de questionário disponibilizado pelo aplicativo Google Forms. Os resultados apontam que estas profissionais se identificam, majoritariamente, como do gênero feminino (85,7%), em que 57% são negras e não tem filhos (31%), além de serem casadas (62%) e não participarem de atividades cívico-política (61%), tendo como segundo maior percentual a participação em atividades de natureza religiosas (20%). Em relação à formação profissional, verifica-se a equiparação entre a formação em instituições públicas presenciais e instituições privadas de natureza presencial e EAD. Tais dados demonstram o avanço da educação na lógica do mercado em um Estado (Rio de Janeiro) que mais concentra instituições de ensino superior públicas na área de serviço social no Brasil. Além disso, 62% das assistentes sociais atuam na Política de Assistência Social e 38% na Política de Saúde, por meio de Recibo de Pagamento autônomo (48%), com carga horária de trabalho 30h (67%) e recebendo até 2 salários mínimos (52%). A conclusão da pesquisa indica para tendência de ampliação da precarização da formação profissional e do mercado de trabalho das assistentes sociais na PMSG nos últimos 10 anos, evidenciada neste último caso, nos vínculos de trabalho e salários, o que parece apontar para os efeitos da contrarreforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017) e da lei da terceirização (Lei nº 13.429/ 2017) no mercado de trabalho do serviço social na PMSG e na vida do sujeito profissional, cujos relatos apontam para processos de pauperização da categoria

Palavras-chave: Serviço Social; Mercado de trabalho profissional; Precarização; São Gonçalo.

ABSTRACT

This master's dissertation examines the contemporary profile of the labor market for social workers employed by the Municipal Government of São Gonçalo (PMSG, RJ), with particular emphasis on professional characteristics and the structural manifestations of labor market conditions. The analysis focuses on four key variables: working hours, employment arrangements, field of practice, and remuneration. Anchored in the theoretical–methodological framework of historical–dialectical materialism, the study adopts a descriptive, qualitative research design, drawing upon bibliographic, documentary, and field research. For the field component, the research protocol was submitted to Plataforma Brasil and approved by the Research Ethics Committee under Consolidated Opinion No. 7.488.554. Of the 203 social workers identified within the PMSG, 42 participated in the study, responding to a structured questionnaire administered via Google Forms. Findings reveal that the vast majority of participants identify as women (85.7%), with 57% identifying as Black, 31% reporting no children, 62% being married, and 61% not engaged in civic–political activities. The second most reported non-work engagement was religious participation (20%). In terms of educational background, there is a balanced distribution between graduates from public, in-person institutions and those from private institutions offering both in-person and distance learning modalities. This parity underscores the penetration of market-oriented logic into higher education, even in a state with the highest concentration of public universities in social work in Brazil. Regarding professional practice, 62% of respondents work within Social Assistance Policy, while 38% operate in Health Policy. Almost half (48%) are remunerated via self-employed service receipts, 67% work a 30-hour weekly schedule, and 52% earn no more than twice the minimum wage. The study concludes that in the last decade has witnessed a deepening precarization of both professional training and labor market conditions for social workers within the PMSG. This is the most apparent in the prevalence of insecure employment arrangements and low remuneration, trends which appear to be linked to the 2017 labor counter-reform and outsourcing legislation. Testimonies from participants further reveal ongoing processes of pauperization within the profession.

Keywords: Social Work; Professional labor market; Precarization; São Gonçalo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estado do Rio de Janeiro limites e regiões	62
Figura 2 – Empregos formais município de São Gonçalo.....	68

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do número de funcionários do município	68
Gráfico 2 - Funcionários da administração por vínculo empregatício	69
Gráfico 3: Gênero	88
Gráfico 4: Faixa Etária	90
Gráfico 5: Estado Civil	91
Gráfico 6: Filiação.....	91
Gráfico 7: Ano de formação em Serviço Social	95
Gráfico 8: Tempo de Serviço na Instituição	101
Gráfico 9: Carga horária	102
Gráfico 10: Salário	103
Gráfico 11: Tipo de Vínculo	105
Gráfico 12: Outra vinculação laboral	107
Gráfico 13: Especificação de mais de um vínculo	108

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEOM	Centro Especial De Orientação À Mulher
CF/88	Constituição Federal de 1988
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CRESS/7ª Região	Conselho Regional de Serviço Social da 7ª Região (RJ)
EaD	Educação a Distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FUNASG	Fundação de Assistência e Saúde ao Servidor de São Gonçalo
I.C.	Iniciação Científica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEC	Ministério da Educação
NOB/RH/SUAS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos;
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PL	Partido Liberal

PMSG	Prefeitura Municipal de São Gonçalo
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
RJ	Estado do Rio de Janeiro
RPA	Recibo de Pagamento Autônomo
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)
SEMED SG	Secretaria Municipal de Educação de São Gonçalo
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
SRT	Serviço Residencial Terapêutico
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
UA	Unidade de Acolhimento
UFF	Universidade Federal Fluminense

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Metodologia.....	21
1 FUNDAMENTOS PARA ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL	27
1.1 Neoliberalismo e Reestruturação produtiva: determinações do capital no mundo do trabalho.....	29
1.1.1 A década de 1970 e a crise do Capital.....	29
1.1.2 O Neoliberalismo e a Reestruturação Produtiva: “saída” à direita.....	33
1.2 Política Social brasileira e mercado de trabalho de Assistentes Sociais a partir da Constituição Federal Brasileira de 1988	41
1.2.1 Lutas sociais, avanços constitucionais <i>versus</i> ofensiva neoliberal: a conjuntura brasileira dos anos 1980 e 1990.....	43
1.2.2. A dimensão contraditória do processo de descentralização/ municipalização das políticas sociais no Brasil.....	50
1.3 O Mercado de Trabalho do Serviço Social a partir da década de 1990: os municípios como principais empregadores	56
2 “TERRA DE MALBORO?” SÃO GONÇALO E A SUA FORMAÇÃO SOCIAL....	61
2.1 Aspectos sociodemográficos, econômicos e político-administrativos do município de São Gonçalo,RJ.....	64
3 O MERCADO DE TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO, RJ	74
3.1 Mapeamento das instituições sociais da Prefeitura Municipal de São Gonçalo (PMSG) com atuação de assistentes sociais.....	75
3.2 Quem são as/os profissionais de Serviço Social que trabalham para a Prefeitura Municipal de São Gonçalo, RJ?	87
3.2.1 Anos de contrarreforma: formação profissional de assistentes sociais atuantes na PMSG, RJ	94
3.3 Expressões objetivas do mercado de trabalho do Serviço Social: particularidades da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, RJ.....	100
3.3.1 “Faço de tudo um pouco”: o Serviço Social no rastro do avanço do neoliberalismo	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116

REFERÊNCIAS.....	122
APÊNDICE I.....	134

INTRODUÇÃO

Esta dissertação, intitulada “O Mercado de Trabalho do Serviço Social: a particularidade da gestão municipal de São Gonçalo (RJ).”, objetiva investigar o atual perfil do mercado de trabalho de assistentes sociais, particularizando profissionais atuantes na Prefeitura Municipal de São Gonçalo (RJ), com ênfase na caracterização profissional e nas expressões objetivas do mercado de trabalho, por meio das seguintes variáveis: carga horária de trabalho, vínculo contratual, área de atuação e salário.

A pesquisa está vinculada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, da Universidade Federal Fluminense, especificamente à área de concentração Sujeitos Sociais e Proteção Social e à linha de pesquisa Formação e Trabalho Profissional na Política Social. Esta linha tem como foco investigações sobre a formação e o trabalho profissional nas políticas sociais, com ênfase no Serviço Social e no processo contemporâneo de precarização dos serviços sociais.

A origem do tema está relacionada, inicialmente, ao projeto de pesquisa O mercado de trabalho do Serviço Social no Brasil e na Argentina, vinculado ao Grupo Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa em Cotidiano e Saúde (Gripes/CNPq-UFF), que se desenvolve a partir de articulação com pesquisadores da Universidad Nacional de Mar del Plata, Facultad de Ciencias de la Salud y Trabajo Social, Grupo de Investigación Fundamentos, Formación y Trabajo na Argentina.

A autora desta dissertação, no ano de 2019, atuou como discente voluntária nesta pesquisa, por ocasião da graduação em Serviço Social, na Universidade Federal Fluminense (UFF), em Campos dos Goytacazes/RJ e, entre 2020 e 2022, tornou-se bolsista de iniciação científica (I.C.) pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), da Universidade Federal Fluminense.

A atuação como bolsista de iniciação científica contribuiu para que a discente participasse de reuniões de pesquisa, com o grupo de pesquisadores brasileiros e argentinos, apresentando resultados parciais da pesquisa em eventos nacionais e internacionais, além de publicar artigos em anais destes eventos e em periódico científico.

Além disso, essa experiência contribuiu para a problematização a respeito do mercado de trabalho do Serviço Social na particularidade de Campos dos Goytacazes, RJ, por meio do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), nomeado como O contágio da precarização: um estudo sobre o mercado de trabalho de assistentes sociais em Campos dos Goytacazes, RJ, durante a pandemia de Covid-19 (Silva, 2022).

O TCC investigou o mercado de trabalho de assistentes sociais nas políticas de saúde, de assistência social e de educação, entre os anos de 2020 e 2021, devido à particularidade de serem as políticas que mais empregam as assistentes sociais nas regiões Norte e Noroeste Fluminense (Moraes, 2020). Para tanto, considerou-se como recorte temporal o período da pandemia da Covid-19, compreendida como uma crise sanitária e que se caracterizou como catástrofe humanitária (Mota, 2021).

Enquanto resultados, verificou-se que, majoritariamente, dentre as respondentes, 92,1% são do gênero feminino, 56,3% se autodeclaram “brancas”, enquanto o quantitativo de “pretas” e “pardas” alcançou o índice de 44,8%. Em relação ao mercado de trabalho, verificou-se que 94% das/os profissionais de Serviço Social, desenvolvem as atividades laborais na esfera municipal, sendo 65,8% estatutárias, 18,4% celetistas e 15,9% das respondentes estão divididas entre contrato por tempo determinado, contrato por tempo indeterminado e Recibo de Pagamento Autônomo (RPA).

Moraes et. al (2023) analisam que o mercado de trabalho do Serviço Social brasileiro tem sido abordado pelo conjunto da bibliografia pesquisada, a partir de duas dimensões principais e interligadas:

a) Aquela que se constitui de determinações estruturais, vinculadas à sociedade do capital e marcadas por transformações socio-políticas e histórico-conjunturais e;

b) As expressões manifestas nas áreas de atuação, tipos de contrato, salário, carga horária de trabalho semanal, nos índices de desemprego, dentre outros.

A primeira dimensão se vincula à análise do mercado de trabalho profissional, a partir das condições estruturais e conjunturais, determinadas pelo tipo de sociedade que se apresenta. Quando se analisa particularmente desde a década de 1990, há a ligação ao processo de globalização/mundialização do capital, à reestruturação produtiva e ao neoliberalismo, afetando todas as esferas de produção e reprodução social.

Conforme Boschetti (2011), tais elementos apontam para algumas tendências em curso, visando um processo de desestruturação do mercado de trabalho a curto e médio prazos, nos quais se evidencia a extinção de alguns postos de trabalho e o crescimento da informalidade, por meio da prestação de serviços sem regulação e de forma precarizada.

A segunda dimensão se refere às expressões objetivas do mercado de trabalho, a partir de variáveis como áreas de atuação, formas de contratação, faixa salarial, carga horária de trabalho, índices de desemprego, entre outros. A “nova morfologia do trabalho no Serviço Social” (Raichellis, 2018) tem sinalizado para precarização, insegurança e desproteção de assistentes sociais, expressas, dentre outros, nos processos de “[...] terceirização e quarteirização dos vínculos trabalhistas” (Raichellis, 2013, p. 626) e na fragilização da relativa autonomia profissional nos termos do projeto ético político (Moraes; Gonçalves, 2020)

Sobre isso, os resultados preliminares, da pesquisa desenvolvida por Moraes et al. (2023), têm indicado que o Serviço Social brasileiro possui no setor público a maior absorção de profissionais, principalmente por meio das políticas de saúde e de assistência social, fato que se explica através da descentralização e da municipalização das políticas sociais, após a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Aponta-se, também, que a realidade dentro da esfera municipal é de salários menores, condições mais precárias de trabalho, com vínculos empregatícios instáveis, que perpassam pela influência político-partidária local e que determinam o duplo ou pluriemprego para diversos/as trabalhadores/as. Tais elementos, associados às análises empreendidas por diversos autores (Antunes, 2020; Raichellis e Arregui, 2021; Boschetti, 2011; Iamamoto, 2015, dentre outros), evidenciam que a precarização ultrapassa a realidade do trabalho e absorve a vida do trabalhador, impactando na subjetividade e contribuindo para processos de adoecimento da/o profissional.

Diante destas e de outras análises preliminares, o Gripe (CNPq-UFF) tem sustentado o seguinte pressuposto: “O mercado de trabalho do Serviço Social no Brasil, desde os anos 1990 até o primeiro vicênio do século XXI, tem sofrido processos de expansão restringida à precarização do trabalho, de suas condições e relações” (Moraes et. al., 2023).

Os dados aqui apresentados convergem com a pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (Cfess), em 2019, cujos resultados foram divulgados em 2022, intitulada “Perfil profissional de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional”. Os resultados apontam para uma profissão majoritariamente feminina, com aumento quantitativo de profissionais negras e o setor municipal como maior empregador.

Segundo o CFESS (2022), de forma geral, verifica-se, em âmbito municipal e nacional, a contratação com vínculos estatutários. No entanto, nos últimos anos tem sido notável uma expansão dos vínculos mais precários entre as/os assistentes sociais. Tais elementos estão sintonizados com a lógica do capitalismo neoliberal, de ampliação da mercantilização da força de trabalho, articulando a flexibilização das relações, dos vínculos e dos direitos trabalhistas, como elementos presentes tanto nas organizações privadas quanto nas públicas.

Dardot e Laval (2016) afirmam que o neoliberalismo não busca reduzir a intervenção estatal e sim impor a lógica privatista para o Estado, submetendo-o às normas relativas à competição, diminuição de despesas e a preferência pela racionalidade instrumental, em detrimento da lógica pública. Nessa dinâmica, o cenário para profissionais dentro de instituições públicas tem sido vinculado, gradualmente, à diminuição da proteção trabalhista, além de disporem de inadequadas condições de trabalho.

Reconhece-se, assim, o Serviço Social a partir da relação capital x trabalho e as/os profissionais na condição de trabalhadoras/es assalariadas/os, como aponta Iamamoto (2015). Assim, a realização do trabalho profissional é perpassada pelas contradições existentes no sistema capitalista de tipo neoliberal financeiro, como também afetado pelas transformações sociais.

Em paralelo, esta proposta de estudo abarca, também, o exercício profissional da pesquisadora, que atua como assistente social na Política de Assistência Social no município de São Gonçalo, com vínculo de Recibo de Pagamento Autônomo (RPA) em uma Instituição de Serviço de Família Acolhedora, e que, diariamente, enfrenta as consequências da precarização, flexibilização e intensificação das condições de trabalho, aliadas à complexidade e diversidade de demandas, que restringem de forma objetiva a atuação profissional.

Guerra (2011) vai destacar a importância da produção de conhecimentos acerca do Serviço Social, para apropriação e apreensão das particularidades do exercício profissional, no contexto de transformações em curso. Logo, pesquisar o mercado de trabalho profissional demonstra a relevância para a área de Serviço Social no Brasil, contribuindo para produção de conhecimentos sobre as diferentes políticas sociais, ofertadas em diversas regiões do país e a inserção profissional de assistentes sociais, bem como as condições para realização do trabalho.

Os dados preliminares identificados (CFESS, 2022), a respeito do Serviço Social no estado do Rio de Janeiro, apontam para um total de 16.850 profissionais inscritas/os no Conselho Regional de Serviço Social/CRESS - 7ª Região, o que corresponde a 24,20% de profissionais da região Sudeste. Além disso, segundo o CRESS/RJ, o total de assistentes sociais ativas/os, inscritas/os e residentes no município de São Gonçalo/RJ, é de 1.333 profissionais¹, correspondendo, aproximadamente, a 8% das/os profissionais do Estado do Rio de Janeiro.

Diante do exposto, o presente trabalho investiga o atual perfil do mercado de trabalho de assistentes sociais, atuantes pela Prefeitura Municipal de São Gonçalo (PMSG, RJ), compreendendo a inexistência de estudos relativos a este tema neste município. O diferencial dessa pesquisa se vincula à produção de conhecimentos sobre essa região, que é populosa, geograficamente próxima à capital fluminense e com histórico de estudantes, da área de Serviço Social, na Escola de Serviço Social de Niterói, tanto na graduação, quanto na Pós-graduação.

São Gonçalo pertence à Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que também abrange os municípios do Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá (TCE/RJ, 2021). Com a sua área territorial de 248.160m², ocupa 3,3% da área da região metropolitana; em divisa com os municípios de Itaboraí, Maricá, Niterói e Magé, além da Baía de Guanabara.

A população estimada² do município é de 896.744 habitantes, segundo dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2022),

¹Dados relativos ao mês de Setembro de 2024, informados por e-mail pelo Setor de Registro e Anuidade Conselho Regional de Serviço Social/CRESS 7ª Região.

²No Censo de 2022, São Gonçalo foi o município com a maior queda de população, alcançado 10,3% a menos do que na pesquisa realizada em 2010, a explicação para este fator pode se relacionar ao

representando, nas eleições de 2022, o terceiro maior colégio eleitoral do estado, segundo dados do TSE (2021).

Destaca-se que a estimativa populacional, realizada pelo IBGE, serve de base para calcular os indicadores sociodemográficos, nutrindo as informações dos Ministérios e das Secretarias Estaduais e Municipais, visando a implementação de políticas públicas e suas avaliações, além de constituir parâmetro para a distribuição de verba aos Fundos de Participação de estados e municípios, subsidiando políticas públicas. Isso posto, evidencia-se que a Constituição Federal de 1988 tem como marco o federalismo, a organização entre estados e cidades, que dispõe de responsabilidades a nível estadual e municipal.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), responsável por comparar indicadores de riqueza, alfabetização, esperança de vida e outros, apresentou, no ano de 2010, o resultado de 0,739, segundo resultado divulgado pelo IBGE (2010). Dados deste Instituto, de 2021, demonstram que o salário médio mensal na cidade é de 2 salários-mínimos; sendo que 34,5% dos domicílios possuem rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa.

Isto posto, o problema de pesquisa central deste trabalho é em relação a qual seria o atual perfil do mercado de trabalho do Serviço Social particularizando os profissionais atuantes na Prefeitura Municipal de São Gonçalo, RJ, construindo-se como pressuposto que o citado esteja em consonância com o panorama nacional, no qual indica o processo de precarização do vínculo empregatício e da condição de trabalho, o aviltamento dos salários e a composição de maioria feminina. Além disso, a cidade de São Gonçalo é tradicionalmente conhecida por fornecer mão de obra trabalhadora aos seus municípios vizinhos, como exemplo, Niterói, Rio de Janeiro e Maricá³. Assim, pressupõe-se que há absorção das assistentes sociais do município em municípios circunvizinhos.

Cabe destacar que, após a realização do exame de qualificação, foram realizadas alterações no objetivo geral da pesquisa. A investigação passou a ter como recorte exclusivo a análise das profissionais de Serviço Social vinculadas à Prefeitura Municipal de São Gonçalo. Dessa forma, o **objetivo geral** consiste em investigar o

Índice de violência, ao crescimento exponencial do município vizinho Maricá ou falta de recenseadores, justificativa vide a prefeitura (Folha Pernambuco, 2023).

³Para o debate em relação ao movimento pendular de trabalhadores, recorreu-se a Ferreira (2017).

atual perfil do mercado de trabalho de assistentes sociais particularizando profissionais atuantes na Prefeitura Municipal de São Gonçalo (RJ), com ênfase na caracterização profissional e nas expressões objetivas do mercado de trabalho, por meio das seguintes variáveis: carga horária de trabalho, vínculo contratual, área de atuação e salário.

Enquanto **objetivos específicos**, a pesquisa visa:

- a) Analisar a dimensão contraditória da descentralização/municipalização das políticas sociais após a Constituição Federal brasileira de 1988 e as suas implicações para o mercado de trabalho do Serviço Social no Brasil;
- b) Investigar a formação social do município de São Gonçalo, RJ, e a disponibilização atual das políticas públicas municipais;
- c) Identificar o atual perfil profissional das assistentes sociais atuantes na prefeitura do município de São Gonçalo, RJ e;
- d) Analisar as expressões objetivas do mercado de trabalho do Serviço Social na Prefeitura Municipal de São Gonçalo, RJ, por meio das seguintes variáveis: carga horária de trabalho, vínculo contratual, área de atuação e salário.

Reconhecemos que o mérito científico da pesquisa está vinculado às seguintes contribuições: para a ampliação da produção de conhecimento na área de Serviço Social, relativo ao mercado de trabalho profissional; para a formação profissional, por se considerar que assistentes sociais atuantes neste município atuam como supervisoras de estágio na área de Serviço Social, vinculadas, particularmente, à Universidade Federal Fluminense, em Niterói; para o conjunto CFESS/CRESS, mediante o trabalho de mapeamento e os esforços realizados pelo conjunto, em relação ao mercado de trabalho profissional; para as profissionais de Serviço Social, pela contribuição do tema e possíveis desdobramentos, em termos de organização política da categoria.

Dessa forma, para o avanço da pesquisa, será exposta uma subseção específica dedicada à metodologia empregada no estudo.

Metodologia

Para o planejamento e o desenvolvimento da pesquisa de dissertação, o caminho metodológico foi fundamentado no materialismo histórico-dialético que, de

acordo com Netto (2011, p.53), “[...] não resulta de operações repentinas, de intuições geniais ou inspirações iluminadas. Antes, é o produto de uma longa elaboração teórico-científica, amadurecida no curso de sucessivas aproximações ao seu objeto”. Dessa forma:

O método implica, pois, para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações (Netto 2011, p. 53).

Logo, a presente pesquisa busca as múltiplas determinações que constituem o real, na perseguição da essência, avançando para além da aparência superficial e imediata.

Segundo Minayo (2014, p. 47), a pesquisa consiste em atividade fundamental nas ciências, sendo essencial para indagar e construir a realidade, além de sustentar o processo de ensino. Pesquisar representa uma postura e uma prática teórica de busca contínua, por essa razão, possui a natureza do que é provisoriamente concluído e do inacabado permanente.

Neste trabalho, recorreu-se à pesquisa de dimensão qualitativa, do tipo descritiva, por meio de estudo bibliográfico, documental e de campo.

Segundo Minayo (2012, p. 623):

O verbo principal da análise qualitativa é compreender. Compreender é exercer a capacidade de colocar-se no lugar do outro, tendo em vista que, como seres humanos, temos condições de exercitar esse entendimento. Para compreender, é preciso levar em conta a singularidade do indivíduo, porque sua subjetividade é uma manifestação do viver total. Mas também é preciso saber que a experiência e a vivência de uma pessoa ocorrem no âmbito da história coletiva e são contextualizadas e envolvidas pela cultura do grupo em que ela se insere.

A análise qualitativa de um objeto de estudo realiza a potencialidade de elaboração de conhecimento e dispõe de todos os critérios e instrumentos necessários para que seja reconhecida e valorizada enquanto um conceito científico.

Dessa forma, o presente trabalho busca investigar o atual perfil do mercado de trabalho de assistentes sociais atuantes pela Prefeitura Municipal de São Gonçalo (RJ), com ênfase na caracterização profissional e nas expressões objetivas do mercado de trabalho, por meio das seguintes variáveis: carga horária de trabalho, vínculo contratual, área de atuação e salário, buscando compreender suas características e contradições.

A tipologia descritiva, segundo Silva e Menezes (2000, p 21), tem como objetivo descrever as particularidades de uma população ou fenômeno específico, além de estabelecer conexões entre variáveis. Isso implica a utilização de métodos padronizados para a coleta de dados, como questionários e observações sistemáticas. Dessarte, um dos objetivos é realizar análises em relação ao material coletado no estudo de campo.

Para o desenvolvimento da pesquisa, recorreu-se ao estudo bibliográfico que teve a finalidade de aprimorar o conhecimento, através da investigação científica em obras já publicadas. Segundo Souza et al (2021), trata-se do primeiro passo, revisar o material e prosseguir nas discussões acerca do tema. Para a sua realização, foram analisadas as produções a respeito do tema, disponíveis on-line, contribuindo para discutir as configurações do mercado de trabalho a partir das transformações do mundo do trabalho e analisar a dimensão contraditória da descentralização/municipalização das políticas sociais após a Constituição Federal brasileira de 1988.

Já o recurso a pesquisa documental:

Permite a investigação de determinada problemática não em sua interação imediata, mas de forma indireta, por meio do estudo dos documentos que são produzidos pelo homem e, por isso, revelam o seu modo de ser, viver e compreender um fato social (Silva et al, 2000, p.20).

Recorreu-se a utilização de documentos e fontes secundárias, aprofundando a pesquisa relativa à formação social do município de São Gonçalo, RJ, e a disponibilização atual das políticas públicas municipais. Para tanto, recorreremos ao Plano Municipal de Assistência Social (2022 - 2025), ao Plano Plurianual do Município e ao relatório do Censo IBGE (2022).

Já para a pesquisa de campo, o projeto foi submetido a avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa, baseando-se na Resolução nº 510 de abril de 2016, que regula estudos com seres humanos, obtendo aprovação mediante o Parecer Consubstanciado do CEP nº 7.488.554.

O estudo de campo foi desenvolvido por meio de questionário virtual disponibilizado para as assistentes sociais atuantes na Prefeitura Municipal de São Gonçalo. Segundo Richardson et al (1999, p. 189):

Geralmente, os questionários cumprem pelo menos duas funções: descrever as características e medir determinadas variáveis de um grupo social. A

informação obtida por questionário permite observar as características de um indivíduo ou grupo. Por exemplo: sexo, idade, estado civil, nível de escolaridade, preferência política etc.

Richardson et al (1999, p. 190), destacam que cabe ao pesquisador definir o tamanho, a natureza e o conteúdo do questionário, levando em consideração o problema em análise e respeitando o entrevistado como um ser humano que pode ter interesses e necessidades diferentes das do pesquisador.

Isto posto, o questionário foi disponibilizado por meio da plataforma google forms, com direcionamento para profissionais do Serviço Social inseridos/as em instituições e equipamentos de serviços públicos vinculados à Prefeitura Municipal de São Gonçalo, RJ e foi estruturado em dois grandes blocos: o primeiro, aborda o perfil profissional, por meio de variáveis, tais como: gênero, pertença étnico-racial e faixa etária. Já o segundo bloco, trata das expressões do mercado de trabalho do Serviço Social em São Gonçalo, RJ, combinando perguntas fechadas e abertas.

A ferramenta virtual utilizada foi Google Forms disponibilizado pela empresa Google de forma gratuita. A sua utilização permitiu o encaminhamento do questionário de pesquisa as/os participantes, facilitando suas respostas conforme disponibilidade e considerando o prazo estipulado para entrega. A adoção de questionários on-line oferece diversas vantagens ao procedimento investigativo, incluindo a redução de custos financeiros, além de eliminar a necessidade de impressão de materiais, contribuindo assim com a preservação ambiental (Monteiro; Santos, 2019).

A disponibilização do questionário de pesquisa para as assistentes sociais vinculadas à Prefeitura Municipal de São Gonçalo, RJ, foi realizada pelos meios digitais (E-mail e WhatsApp). Como a autora da dissertação atua como assistente social em tal município, a mesma, compartilha grupos de trabalho no whatsapp com outras assistentes sociais deste mesmo município e atuantes em diferentes políticas sociais. Assim, recorreu-se a tais grupos para divulgação da pesquisa e o convite à participação. Ademais, optou-se por contatar as coordenações dos serviços públicos, por e-mail e contato telefônico, apresentando a proposta de pesquisa e solicitando contribuição na divulgação.

Durante esse percurso, foi fundamental a colaboração de várias/os colegas da categoria na divulgação da pesquisa, reconhecendo a relevância e a atualidade do tema e estimulando a participação de assistentes sociais, por meio do preenchimento do questionário. O questionário ficou disponível no período de 14 de abril de 2025 e

16 de maio de 2025, obtendo o retorno de 45 profissionais, dos quais 42 foram validados para fins de análise.

Diante da inexistência de dados públicos sistematizados sobre o número total de assistentes sociais atuantes na Prefeitura Municipal de São Gonçalo, foram empreendidos esforços para a obtenção dessas informações. Para isso, foi necessário o contato com coordenações técnicas e gerais de instituições públicas, por meio do envio de e-mails e/ou ofícios, bem como a realização de ligações telefônicas, visitas institucionais e abordagem direta às/os profissionais atuantes em diferentes equipamentos. Tais estratégias se fizeram imprescindíveis diante da ausência de respostas oficiais e da limitação de acesso a informações básicas, como números de telefone ou endereços eletrônicos, por parte de alguns serviços. Além disso, a inserção desta autora como assistente social na Prefeitura de São Gonçalo, ampliou as possibilidades de acesso às coordenações e às/aos profissionais. Desta forma, ao final, identificamos o quantitativo de 203 assistentes sociais atuando na Prefeitura Municipal de São Gonçalo, mais especificamente, nas áreas de Saúde, Assistência Social e Previdência Social.

Os dados coletados em campo foram submetidos ao processo de análise, baseada em outras pesquisas mapeadas por meio da pesquisa bibliográfica, nos documentos selecionados, fundamentando-as nos princípios do materialismo histórico-dialético, com princípios da totalidade, historicidade e contradição.

A sistematização dos resultados da pesquisa foi desenvolvida a partir de três seções: a primeira seção, aborda as transformações no mundo do trabalho a partir dos anos de 1970 com ênfase nos processos de precarização, flexibilização e intensificação do trabalho e suas implicações mediante as transformações globais, considerando as particularidades brasileiras; além dos impactos da descentralização das políticas públicas no Brasil, a partir da Constituição Federal brasileira de 1988. Para sua elaboração, foi empregada a metodologia de pesquisa bibliográfica, consultando autores, como: Dardot e Laval (2016); Mészáros (2009); (Antunes (2018); Raichelis (2018); Iamamoto (2007); Netto (1999); Alvarenga (2011).

Na segunda seção, destaca-se a importância do território, tendo como recorte o município de São Gonçalo (RJ), as expressões da questão social e o mercado de trabalho. Para tanto, problematiza características da formação socioeconômica da região através de documentos, tais como: o Anuário do Tribunal de Contas do Estado

(2021); o Plano Municipal de Assistência Social (2022-2025); a Lei Orçamentária Anual (2025), além de também recorrer a produção bibliográfica regional, como Senna (2004); Rosa (2010) e o Mapa da Desigualdade Fluminense (2023).

A terceira seção apresenta os resultados da pesquisa de campo, com foco na caracterização das profissionais atuantes no município, além de tratar das expressões objetivas do mercado de trabalho. A primeira subseção contempla o mapeamento das instituições públicas que contam com a atuação de assistentes sociais vinculadas à administração municipal. A segunda subseção aborda aspectos relacionados à caracterização profissional, com destaque ao processo de formação. Por fim, a terceira subseção analisa as expressões objetivas do mercado de trabalho, a partir das variáveis: salário, carga horária, vínculo contratual e área de atuação. Dessa forma, a seção visa oferecer uma leitura crítica da inserção profissional na Prefeitura municipal de São Gonçalo, RJ.

1 FUNDAMENTOS PARA ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Esta seção objetiva abordar as transformações processadas no mundo do trabalho a partir dos anos 1970, sob os efeitos das condições estruturais relacionadas à sociedade do capital, no contexto do neoliberalismo e da reestruturação produtiva. A análise proposta reconhece tais elementos como fundamentais para pensar o mercado de trabalho do Serviço Social.

Segundo Raichelis (2018, p. 32), o Serviço Social é resultado de relações sociais contraditórias:

Engendradas pelo capitalismo dos monopólios, ela é ao mesmo tempo produto vivo de seus agentes, do protagonismo individual e coletivo de profissionais organizados a partir de um projeto ético-político que solda as suas projeções e hegemoniza sua direção social.

Na mesma direção, Iamamoto (2007) afirma ser o Serviço Social uma especialização do trabalho coletivo, inscrito na divisão social e técnica do trabalho, nas relações entre Estado e sociedade, participando da produção e viabilização de serviços sociais e direitos, em respostas às expressões da Questão Social ⁴.

Dessa forma, compreender o mercado de trabalho de assistentes sociais no contexto atual supõe a análise da história e do movimento do Capitalismo nas últimas décadas. Moraes et al. (2023), em pesquisa a respeito do tema, afirmaram que o mercado de trabalho profissional tem sido examinado, predominantemente, pelo conjunto da produção científica da Área de Serviço Social, com base em duas dimensões principais e interconectadas: a) Aquela que se constitui em determinações estruturais, vinculada à sociedade do capital, marcada por transformações sócio-políticas e histórico-conjunturais e; b) As expressões objetivas do mercado de trabalho manifestas nas áreas de atuação, tipos de contrato, salário, carga horária de trabalho semanal, índices de desemprego, dentre outros.

⁴ Para Iamamoto (2015, p. 125) a Questão Social revela a subversão do humano, característica da sociedade capitalista contemporânea, manifestando-se na naturalização das desigualdades sociais e na subordinação das necessidades humanas ao domínio das mercadorias e ainda “Conduz à indiferença ante os destinos de enormes contingentes de homens e mulheres trabalhadores, resultados de uma pobreza produzida historicamente universalmente, abandonados e desprezados, porquanto sobranças para as necessidades médias do capital.”

Para os autores (2023), a primeira dimensão, está relacionada à análise do mercado de trabalho profissional com base nas condições estruturais e conjunturais impostas pelo tipo de sociedade em que estamos inseridos. Esses fenômenos têm efeitos sobre a questão social, políticas sociais, formação profissional, trabalho e mercado de trabalho dos/as assistentes sociais, que será aprofundado neste capítulo.

Pautados em tais análises, Moraes et al (2023, p. 10) construíram o seguinte pressuposto:

O mercado de trabalho do Serviço Social, no Brasil, desde os anos 1990 até o primeiro vicênio do século XXI, tem sofrido processos de expansão restringida à precarização do trabalho, de suas condições e relações. Tal comportamento tem sido determinado por elementos estruturais e por uma conjuntura sociopolítica e econômica latino-americana, que assume particularidades no Brasil, marcada pela crise estrutural do capital, pelo neoliberalismo, pela reestruturação produtiva, pela globalização/mundialização do capital e pelas contrarreformas estatais e de políticas sociais.

Desde os anos 1970, a reestruturação produtiva do capital e as estratégias neoliberais são utilizadas para o enfrentamento das crises que se aprofundam no mundo e na particularidade brasileira. Conforme aborda Antunes e Druck (2014), isso tem causado corrosão contínua e crescente do trabalho estabelecido e regulamentado na matriz taylorista-fordista, que predominou no século XX, sendo substituído por diversas formas de flexibilização do trabalho, influenciadas pelo modelo japonês e que possuem o objetivo de aumentar os mecanismos de extração do sobretrabalho em períodos cada vez mais curtos.

Para o desenvolvimento destas análises, na subseção 1.1 desta dissertação, será discutido como o capital determina as transformações na sociedade a partir da década de 1970, considerando as suas crises cíclicas e as estratégias adotadas para enfrentá-las, através da reestruturação produtiva e do capitalismo de tipo neoliberal.

Na subseção 1.2, propõe-se abordar a realidade brasileira a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88), considerada como marco no processo civilizatório do país. Segundo Fagnani (2018, p. 156), a CF/88 incorpora a agenda de reformas progressistas, nacionalistas, democráticas, desenvolvimentistas e redistributivas; no plano legal se desenha o embrião do Estado social tardio no país. Contraditoriamente aos avanços constitucionais, a partir da década de 1990 e da entrada de governos fundamentados no capitalismo de tipo neoliberal, o país irá romper com o pacto político da CF/88, e se ampliar os processos de precarização,

terceirização e flexibilização do trabalho (Raichelis, 2018), reproduzindo impactos diretos nas políticas sociais e no mercado de trabalho de assistentes sociais.

1.1 Neoliberalismo e Reestruturação produtiva: determinações do capital no mundo do trabalho

Esta subseção tem como objetivo discutir as transformações do mundo do trabalho, tendo como marco temporal a década de 1970. Essa análise parte do reconhecimento da crise estrutural do capital, que demanda a implementação de estratégias para enfrentá-la e que tem sido examinada por meio da tríade: hegemonia neoliberal no Ocidente, globalização/mundialização do capital e reestruturação da produção/trabalho. Juntos, esses elementos têm impactado a realidade de vida e trabalho da classe trabalhadora e, de forma mais específica, às suas condições de trabalho.

O capitalismo é formado por ciclos de reprodução ampliada, o que significa que as tendências econômicas e sociais são constantemente atualizadas em busca da maximização dos lucros. As oportunidades e condições geradas pelo Estado de Bem-Estar Social, nos anos pós 1945, faziam parecer que os países do capitalismo central haviam descoberto a fórmula ideal para acumulação e equidade.

De acordo com Pereira (2020), revisitar as análises do Estado Social no final da década de 1970 proporciona base crítica para entender a política social contemporânea. A autora aborda o paradoxo presente na política social burguesa (período de 1945-1970), que tenta conciliar os interesses do capital com os da classe trabalhadora, o que evidencia a contradição como uma de suas principais características.

1.1.1 A década de 1970 e a crise do Capital

Para entender a década de 1970 é fundamental um breve resgate histórico. Ademais, o contexto que se segue à Segunda Guerra Mundial, especialmente o período de 1945 até o final de 1970, denominado os 30 anos de ouro nos países do capitalismo central, possui diversos fatores que precisam ser contextualizados (Pereira, 2020).

O mundo que se seguiu às duas guerras mundiais estava caracterizado pela devastação física e econômica das nações, pelos impactos da crise econômica de 1930, "assombrado" pelo surgimento da revolução cubana e chinesa, além do fortalecimento de regimes totalitários e autoritários, os quais, em conjunto, exigiam transformações significativas na atuação do Estado Capitalista de modelo liberal.

Segundo Polanyi (1980), a crise da década de 1930 está diretamente ligada com o antagonismo de sociedade e mercado. O período de 1930/1940 demarcado pelo predomínio do mercado produziu desarticulação social, depressão econômica, flutuações abruptas da moeda, desemprego em massa, mudança de status social e a destruição dos Estados por meio das Guerras Mundiais.

No início da segunda metade dos anos 1940, esse cenário começa a passar por transformações, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, com o avanço dos ideais keynesianos:

Keynes não deseja pôr em questão todo o liberalismo, mas sua deriva dogmática. Assim, quando propõe que o essencial para um governo não é fazer um pouco melhor ou um pouco pior o que os indivíduos já fazem, mas fazer o que atualmente não é feito de maneira alguma, não se poderia ser mais claro sobre a natureza da 'crise do liberalismo': como reformular teórica, moral e politicamente a distinção entre agenda e não agenda? Isso significava retomar uma questão antiga, sabendo que a resposta não poderia mais ser a dos fundadores da economia liberal, em particular a de Adam Smith. (Dardot e Laval, 2016, p. 54).

Os autores (2016), apontam ainda que a perspectiva adotada é do Estado que assume a responsabilidade de desempenhar o papel essencial na regulação e redistribuição:

Ainda que talvez exagere a extensão da revisão, omitindo a constituição da economia de inspiração 'marginalista' que faz da concorrência a condição mais perfeita do funcionamento ideal dos mercados, Keynes aponta um momento de refundação da doutrina que foi chamada de 'novo liberalismo' e que ele próprio reivindica para si. Esse novo liberalismo visava a controlar as forças econômicas para evitar a anarquia social e política, apresentando a questão da agenda e da não agenda em sentido favorável à intervenção política. O Estado se vê encarregado de um papel regulador e redistribuidor fundamental naquilo que se apresenta também como um 'socialismo liberal' (Dardot e Laval, 2016, p. 54)

As ideias de Keynes vão apresentar desdobramentos importantes nos países de capitalismo central. Para Dardot e Laval (2016, p. 56) o "liberalismo social" inaugurado assegura, por meio de sua legislação, a máxima da liberdade para o maior número de pessoas. Com uma filosofia completamente individualista, esse liberalismo

atribui ao Estado a função fundamental de garantir a cada cidadão os recursos necessários para concretizar o seu próprio projeto.

Juntamente com essa prática, incorpora-se o modelo fordista, introduzido por Henry Ford, que se concentra em empregos que oferecem salários e jornadas de trabalho adequados, produção em larga escala com a finalidade de minimizar os custos, especialização do trabalho, ou seja, um trabalhador designado para cada função; entre outros aspectos (Pereira, 2020, p. 39). A intervenção social do estado, aliada às transformações na produção, resulta no crescimento acentuado observado nesse período, o que é compreendido como o *Welfare State* ou, o Estado de bem-estar social.

Para Dardot e Laval (2016, p. 63), o plano da teoria econômica de Keynes, consistiu em reexaminar o conjunto dos meios jurídicos, morais, políticos, econômicos e sociais que permitiam a realização de uma “sociedade de liberdade individual”, em proveito de todos:

A realização dos ideais do liberalismo exige que se saiba utilizar meios aparentemente alheios ou opostos aos princípios liberais para defender sua implementação: leis de proteção do trabalho, impostos progressivos sobre a renda, auxílios sociais obrigatórios, despesas orçamentárias ativas, nacionalizações. Mas, se esse reformismo aceita restringir os interesses individuais para proteger o interesse coletivo, ele o faz apenas para garantir as condições reais de realização dos fins individuais (2016, p. 63).

Durante esse período, são notáveis os ganhos sociais para os sistemas de proteção social, especialmente no que se refere à saúde e à educação da população. Nesse contexto, o trabalhador passa a obter o reconhecimento como sujeito de direitos, em decorrência da ampliação das intervenções estatais na vida dos indivíduos. No entanto, segundo Pereira (2020, p. 39), o período é de crescimento econômico e social, mas “não infensa a crises, desigualdades e tensões sociais e regressões apocalípticas”, logo, o período de Ouro, marcado pelo crescimento econômico, começa a apresentar problemas ao final dos anos 1960.

Para Kerstenetzky (2011), a literatura sobre desenvolvimento econômico documenta os primeiros sinais do Estado de Bem-Estar com foco no desenvolvimento, haja vista a incorporação da política social dentro do projeto de crescimento econômico. Dessa forma, analisar o Estado de Bem-Estar Social apenas como um custo ignora o fato de que ele também oferece benefícios. A “racionalidade social”

sugere que, mesmo dentro da lógica econômica tradicional, não se deve buscar apenas a redução desse custo, mas sim a sua "otimização".

Como exemplo, no Estado de Bem-Estar Social implementado por Bismarck⁵, a Alemanha utilizou a política social para atender às demandas dos trabalhadores industriais e, assim, enfraquecer o apoio ao movimento socialista na Prússia. Em outras palavras, a política social desempenhou papel crucial na manutenção da força de trabalho industrial, assumindo parte dos custos associados e garantindo a “paz social”, considerada fundamental para o êxito do desenvolvimento sob a perspectiva capitalista (Kerstenetzky, 2011).

Kerstenetzky (2011, p.448) aponta ainda que

Segundo Pierson (1998), é possível atribuir quatro significados à noção de crise: situação de perturbação causada por um choque externo (1), manifestação de uma contradição de longo prazo (2), momento dramático que precede a superação de uma situação (3) ou qualquer problema em larga escala e duradouro (4). A tese de um choque externo (1) causado pela crise do petróleo teve alguma aceitação durante os anos 1970, porém, as teses mais difundidas nos anos 1970 e 1980 privilegiaram o significado de crise como manifestação de uma contradição de longo prazo (2).

Isto posto, compreende-se que o cenário da década de 1970 é o período de crise, mudanças e de novas regulamentações no Estado Capitalista. A realidade apresentou evidências de uma crise temporária, originada pelo choque externo, que se mostrou mais convincente. Os dois choques petrolíferos da década de 1970, juntamente com uma série de transformações econômicas associadas, ajudaram a diminuir o nível de atividade econômica e levaram diversos países a enfrentarem uma recessão significativa e taxas de desemprego sem precedentes no período pós-guerra. As diferentes formas de proteção social estavam garantidas, no entanto, cumprir essas obrigações no cenário em que a receita pública diminuía junto com a atividade econômica, resultou em déficits e dívidas públicas que pioraram ainda mais a situação econômica.

Kerstenetzky (2011, p. 474) indica que, ao longo do tempo, é possível notar o deslocamento gradual do modelo de bem-estar baseado na seguridade para um que se concentra em serviços. Dessa forma, não se implica na diminuição da responsabilidade pública de forma geral e, sim, nas “áreas tradicionais” houve uma

⁵ Otton Von Bismarck, foi estadista chanceler da Alemanha durante o século 19, responsável pela unificação alemã, procurou preservar o status quo após a Guerra Franco-Prussiana, cujo desfecho colocou a Alemanha em uma posição de destaque na Europa (Zahreddine e Starling, 2020).

queda na responsabilidade pública enquanto o provedor direto, aumentando o seu papel como regulador e financiador.

Todavia, é evidente, segundo Ceolin (2014), que a crise decorre do modelo de expansão de capital, e as soluções adotadas pelo Estado de Bem-estar já não conseguem desempenhar a sua função. Diante do cenário exposto, a crise se revela de maneira global, cuja consequência é a reestruturação do capital, afetando não apenas o âmbito produtivo, mas também o conjunto social. As saídas encontradas, pelos capitalistas, para este período, será debatida na próxima subseção.

1.1.2 O Neoliberalismo e a Reestruturação Produtiva: “saída” à direita

A breve explanação desenvolvida até a presente seção aponta o final dos anos 1960 como o período de transformações econômicas e societárias, e a saída para a crise do capital – a segunda crise do século XX – se concentra no Neoliberalismo e na Reestruturação Produtiva.

Para Dardot e Laval (2016, p 15), o neoliberalismo vai além de uma ideologia ou modelo de política econômica:

O neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência.

Trata-se do sistema normativo que se expandiu globalmente, estendendo a lógica do capital para todas as relações sociais e diversas esferas da vida. É de uma racionalidade fundamental, pois produz um sistema de normas que estão profundamente enraizadas nas práticas do governo, nas políticas institucionais e nos estilos de gestão.

Desta forma, o Estado neoliberal, pela via da reflexão crítica segundo os autores (2016), refuta análises simplistas em termos de “retirada do Estado” diante do mercado e apresenta-se como “governo empresarial”:

os Estados adotam políticas altamente ‘intervencionistas’, que visam a alterar profundamente as relações sociais, mudar o papel das instituições de proteção social e educação, orientar as condutas criando uma concorrência generalizada entre os sujeitos, e isso porque eles próprios estão inseridos

num campo de concorrência regional e mundial que os leva a agir dessa forma (Dardot e Laval, 2016 p. 17).

Neste contexto, há a imposição pela “mercadorização” da instituição pública, que se operacionaliza sobre as regras empresariais de governança com participação público-privada.

Dardot e Laval (2016, p. 25) destacam que:

Desde o fim dos anos 1970, introduziram na esfera das finanças norte-americanas e mundiais novas regras baseadas na generalização da concorrência entre as instituições bancárias e os fundos de investimentos, o que os levou a aumentar os níveis de risco e espalhá-los pelo resto da economia para embolsar lucros especulativos colossais.

Os autores apontam que o neoliberalismo vai requerer que o Estado, diferente do keynesianismo, não limite “[...] o mercado por uma ação de correção ou compensação do Estado, mas de desenvolver e purificar o mercado concorrencial por um enquadramento jurídico cuidadosamente ajustado” (Dardot e Laval, 2018, p. 63), ou seja produzir ótimas condições para o jogo da rivalidade.

Segundo os autores, a crise do liberalismo manifestou-se por meio do reformismo social cada vez mais evidente a partir do final do século XIX. O neoliberalismo surge como resposta a essa manifestação ou, ainda, como tentativa de conter essa tendência das políticas redistributivas, assistenciais, planificadoras, reguladoras e protecionistas que emergiram (Dardot e Laval, 2016).

Dardot e Laval (2016) apontam que a pauta do neoliberalismo é orientada pela exigência de uma adaptação contínua dos indivíduos e das instituições a uma ordem econômica essencialmente mutável, que se fundamenta na concorrência generalizada e implacável.

Para Mészáros (2009), a versão capitalista burguesa do século XXI é forçada a, progressivamente, responder a crises extensas, aceitando a intromissão do Estado, quando necessário, sem considerar as consequências a médio e a longo prazos. Além disso, as tentativas malsucedidas de regulação do capital, no século passado, trouxeram para o início do século XXI, a transformação no modo de produção e de acumulação que vão interferir no mundo do trabalho.

Para tanto, Raichelis (2018, p. 57) recorre a concepção da *ideologia do gerencialismo*, que aborda a sua incorporação no setor público, em que elimina conteúdos reflexivos e criativos do trabalho, alinhando processos e dinâmicas às metas de qualidade e produtividade que devem ser atingidas:

O gerencialismo enquanto ideologia de gestão capitalista em tempos de crise do capital ganha espaço como estruturador das relações de trabalho entre empregadores e trabalhadores. Reproduzem-se no campo da ação estatal as tendências de *empresariamento* do trabalho, que visam à substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, fazendo prevalecer a razão instrumental em detrimento da razão crítica.

Em relação ao campo das políticas sociais, Raichelis (2018, p. 57) indica que este processo é a contraface de sua modernização conservadora:

Impulsionada pelo incremento de modelos específicos de gestão do trabalho e da informação, em que a *reificação tecnista* passa ser o critério de qualidade, situação propícia para a emergência da alienação dos sujeitos que não conseguem discernir e reconhecer nas formas sociais em que se inserem os conteúdos e os efeitos de seu próprio trabalho.

Dardot e Laval (2016, p. 291) vão apontar que o gerencialismo passou a ser considerado a expressão aceita do ideário da nova direita acerca do Estado, sendo promovido como uma solução universal para os diversos problemas na administração pública.

No caso brasileiro, segundo Moraes e Lima (2024), a racionalidade neoliberal gerencial vai transferir a lógica da gestão privada para o âmbito da administração pública:

Desse modo, a administração dos problemas sociais envolve eficiência, eficácia, efetividade, definição de metas e resultados; sistemas de monitoramento e avaliação, termos que entram no receituário da gestão de serviços públicos, em particular na área social, justificando a constituição da seguridade social sustentada em sistema de controle de dados, que acabam adquirindo dimensão maior que a própria política social pública, seja pela sua expressão na mídia, seja pelas rotinas que são impostas ao cotidiano das(os) profissionais (Moraes e Lima, 2024, p. 222).

O gerencialismo emerge como um dos desdobramentos do pensamento neoliberal, que, ao se unir aos demais elementos alienantes do capital (como o trabalho alienado em si), desempenha o papel de catalisador no processo de inversão da consciência dos trabalhadores diante da realidade que se apresenta atualmente.

Segundo Valle (2019, p. 16):

(...) em meio à ofensiva neoliberal, o progresso da tecnologia (que deveria significar uma maior liberação do tempo de vida) transmuta-se, em um imperativo de esmagar vidas humanas, não apenas uma parcela, mas da totalidade do trabalho. Trata-se, pois, de uma das faces mais perigosas do capital-imperialismo, visto que a 'religião gerencial' só se torna possível por conta da generalização de uma irracionalidade que é veiculada sob uma (aparente) sofisticação capaz de promover a imersão dos aparatos Estatais no universo do capital globalizado (mundializado).

Logo, no contexto do capitalismo contemporâneo, percebe-se a difusão de um dos fundamentos dessa irracionalidade, o pensamento pós-moderno, que confere suporte à ideologia neoliberal-gerencial. Essa ideologia introduz conceitos e práticas governadas por fetiches que despolitizam as interações humanas e promovem a formação de um *ethos* super-individualista, o qual se estende às entidades empregadoras do aparato estatal (Valle, 2019).

O neoliberalismo encontra também nas transformações econômicas promovidas, a reestruturação do modelo de produção, a possibilidade de intensificação da produtividade do trabalho, de maneira que ela tenha papel central nas taxas de lucro. Antunes (2020) discorre que o capital desencadeou um amplo processo de reestruturação produtiva, visando recuperar o seu ciclo produtivo, ao mesmo passo, que buscou recompor o seu projeto de hegemonia:

O Capital deflagrou, então, várias transformações no próprio processo produtivo, com a constituição das formas de acumulação flexível, do downsizing, da gestão organizacional, do avanço tecnológico, dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, dos quais se destaca sobretudo o Toyotismo ou o modelo japonês (Antunes, 2020, p. 158).

É possível dizer que a acumulação flexível articula um conjunto de elementos de continuidade e descontinuidade para se diferenciar do padrão taylorista/fordista de acumulação e se diferencia por ser:

1) [...] uma produção diretamente vinculada à demanda, diferenciando-se da produção em série e de massa do taylorismo/fordismo; 2) depende do trabalho em equipe, com multivariadas de funções, rompendo com o caráter parcelar típico do fordismo; 3) estrutura-se num processo produtivo flexível, que possibilita ao trabalhador operar simultaneamente várias máquinas, diferentemente da relação homem-máquina na qual se baseava o taylorismo/fordismo; 4) tem como princípio *just-in-time*, isto é, a produção deve ser efetivada no menor tempo possível; 5) desenvolve-se o sistema kanban, senhas de comando para reposição de peças e de estoque, uma vez que no Toyotismo os estoques são os menores possíveis em comparação ao fordismo; 6) as empresas do complexo produtivo toyotista tem uma estrutura horizontalizada, ao contrário da verticalidade fordista. Enquanto na fábrica fordista aproximadamente 75% da produção era realizada no seu interior, a fábrica toyotista é responsável por apenas 25%, e a terceirização/subcontratação passa a ser central na estratégia patronal. Essa *horizontalização* se estende às subcontratadas, às firmas 'terceirizadas', acarretando a expansão dos métodos e procedimentos para toda rede de subcontratação. Tal tendência vem se intensificando ainda mais nos dias atuais, quando a empresa flexível defende e implementa a terceirização não só das atividades-meio, como também atividades-fim; 7) desenvolve-se a criação de círculos de controle de qualidade (CCQs), visando a melhoria da produtividade das empresas e permitindo que elas se apropriem do *savoir faire* intelectual e cognitivo do trabalho, que o fordismo desprezava. (Antunes, 2020, p. 159).

O novo modelo de produção se apresenta como a produção ligada à demanda, na qual o trabalhador se torna peça substituível da produção devido ao incremento tecnológico, criando uma mão de obra cada vez mais qualificada e aumentando o que Marx denomina "exército de reserva". As empresas conseguem terceirizar a sua produção, expandindo os contratos temporários de trabalho, modificando a forma das produções e relações de trabalho.

Para Antunes (2020, p. 28), nos meados dos anos de 1980, a tese de que a classe trabalhadora encontrava-se em evidente declínio em âmbito mundial passou a ganhar maior reconhecimento explicativo. Com os Estados Unidos e a Europa à frente, a concepção de um capitalismo cada vez mais automatizado e desprovido de mão de obra ganhava força, impulsionada pelos avanços tecnológicos e pelo mundo maquínico-informacional-digital. Segundo essa perspectiva, estaria em curso uma fase terminal da classe trabalhadora. No entanto, para o autor:

Ao contrário da eliminação completa pelo maquinário informacional-digital, estamos presenciando o advento e a expansão monumental do novo proletariado da era digital, cujos trabalhos, mais ou menos, intermitentes, mais ou menos inconstantes, ganharam novos impulsos com as TICs, que conectaram, pelos celulares, as mais distintas modalidades de trabalho. Portanto, em vez do fim do trabalho na era digital, estamos vivenciando o crescimento exponencial do novo proletariado de serviços, uma variante digital que se pode denominar escravidão digital em pleno século XXI (Antunes, 2020, p. 32).

Avança-se na discussão compreendendo, de acordo com Antunes (2020, p.32), que a prolongada transformação do capital culminou na era da financeirização e da mundialização em âmbito global, promovendo uma nova divisão internacional do trabalho. Essa mudança revela uma tendência evidente, tanto no aumento dos níveis de precarização e informalidade quanto na intensificação da intelectualização do trabalho, particularmente nas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

De acordo com Antunes (2020), a sociedade encontra-se diante da desconstrução do trabalho, sem precedentes em toda a era moderna. Se o século XX foi marcado pela vigência da "era da degradação do trabalho"; no século XXI a classe trabalhadora é o resultado do processo de transformações que ocorreram dos anos 1970 nos países centrais e nos anos 1980 nos periféricos, que possui "novas modalidades e novo modo de ser da precarização, da qual a terceirização tem sido elemento decisivo" (Antunes, 2020, p. 160).

O autor (2020) destaca que pensar no desenho contemporâneo da classe trabalhadora deve, então, abranger o conjunto completo dos/as trabalhadores/as assalariados/as, homens e mulheres que subsistem mediante a comercialização de sua força de trabalho em troca de remuneração, quer atuam no âmbito industrial, agrícola ou nos setores de serviços, bem como nas interconexões que vinculam esses segmentos:

Dadas as profundas metamorfoses ocorridas no mundo produtivo do capitalismo contemporâneo, o conceito ampliado de classe trabalhadora, em sua *morfologia*, deve incorporar a totalidade dos trabalhadores e trabalhadoras, cada vez mais integrados pelas cadeias produtivas globais e que vendem sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário, sendo pagas capital-dinheiro, não importando se as atividades que realizam sejam predominantemente materiais ou imateriais, mais ou menos regulamentadas (Antunes, 2020, p. 33).

Segundo Hillesheim e Molardi (2024) as novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) representam, até o presente momento da história, a manifestação mais aprimorada da dialética relação instaurada entre o ser social e a natureza, na qual ambas as formas de existência estão continuamente sujeitas a transformações e na qual se constroem mediações cada vez mais elaboradas, técnicas, acompanhadas pelas reflexões características do ser social.

Para Hillesheim e Molardi (2024, p. 158) :

As TIC (autômatos, computadores, engenhos cibernéticos), conforme se desenvolveram, passaram a ser mediações mais complexas das relações sociais de produção de tipo capitalista, sendo por elas incorporadas, mas também nelas incorporando suas lógicas; elas vêm exercendo forte poder disruptivo ou de alteração céleres nas atividades do capital – permitindo-lhe maior fluidez em tempos de sua crise estrutural – e, conseqüentemente, nas contradições estabelecidas entre essas atividades e as classes nelas exploradas, que produzem a riqueza, mas apenas de parte dela se apropriam.

Pode-se afirmar que tais tecnologias intensificam a reestruturação produtiva, iniciada na década de 1970, influenciando não apenas a configuração do sistema produtivo como um todo, mas também os níveis superestruturais, incluindo o setor estatal. Representando uma realização histórica da humanidade, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) estão sob o domínio de um número crescente de corporações e proprietários privados, os quais repartem entre si os lucros gerados pela exploração da internet e pelas aplicações dela decorrentes.

Hillesheim e Molardi (2024), afirmam que as TICs representam um indicador contemporâneo do desenvolvimento das capacidades humanas de compreender as

propriedades objetivas da natureza, com o objetivo de orientá-las na resolução dos seus próprios problemas existenciais, ou seja, no contexto da complexificação do processo produtivo. No entanto, devido às exigências históricas e estruturais do modo de produção capitalista, as TICs tendem a se transformar em instrumentos que aprofundam a subjugação das classes produtoras da riqueza social, introduzindo novas complexidades nas relações sociais, o que poderia ser capitalismo de plataforma.

Cabe destacar que Antunes (2018), aponta que esse cenário de avanço tecnológico com o ideário do “fim do trabalho” disseminado a partir da década de 1980, vai se acentuar a partir de 2011 com a chamada Quarta Revolução Industrial, a qual foi impulsionada por investimentos públicos em tecnologias avançadas, especialmente nos Estados Unidos, China, Alemanha e Japão. A proposta de uma nova revolução industrial tem seu surgimento na Alemanha, projetada para promover um avanço tecnológico inovador e significativo, fundamentado nas tecnologias da informação e comunicação (TICs). Sua expansão resultará na intensificação de processos produtivos cada vez mais automatizados e robotizados ao longo de toda a cadeia de valor, de modo que a gestão logística empresarial será completamente controlada por meios digitais (Antunes, 2018, p.8).

De acordo com Antunes (2018), a principal consequência da Indústria 4.0 para o mercado de trabalho será a expansão do trabalho morto, com o maquinário digital assumindo uma posição dominante e liderando todo o processo produtivo. Essa mudança resultará na diminuição do trabalho vivo, possibilitada pela substituição de atividades tradicionais e mais manuais por dispositivos automatizados e robóticos, controlados por informações digitais. A Indústria 4.0 representa uma nova fase da hegemonia informacional-digital, sob a influência do capital financeiro, na qual dispositivos como celulares, tablets, smartphones e similares terão um papel cada vez mais relevante como instrumentos de controle, supervisão e comando na nova etapa da ciber indústria do século XXI.

Guerra (2023), aponta que, com o progresso no desenvolvimento das forças produtivas, o aprimoramento constante da maquinaria moderna e as transformações profundas na estrutura sócio-técnica do trabalho decorrentes da Quarta Revolução Industrial, também denominada Indústria 4.0, os setores de serviços e as políticas

sociais tornam-se influenciados pela incorporação das novas tecnologias de informação e comunicação.

Para o Serviço Social, a autora (2023, p. 11) salienta que, em decorrência dos resultados advindos dessa revolução e do perfil de habilidades que ela demanda, a profissão tem sofrido transformações profundas em suas exigências operacionais. Tais demandas tendem a se tornar cada vez mais polivalentes, caracterizadas por atividades de natureza inespecífica, desprofissionalizadas e dispensando qualquer nível de especialização técnica. Essas atividades são, frequentemente, identificadas como indevidas ou inadequadas. Observam-se mudanças relevantes nos procedimentos e na instrumentalidade utilizados no exercício profissional. A adoção de instrumentos informatizados, guiados por critérios voltados ao aumento da produtividade, não apenas modifica a dinâmica, o ritmo e a intensidade do trabalho, mas também provoca uma redução no número de recursos humanos necessários. Além disso, essa transformação limita significativamente a autonomia técnica dos/as profissionais, comprometendo sua capacidade de exercer julgamento crítico, criatividade e comprometimento.

O que se observa atualmente é que essa racionalidade baseada em tecnologia e algoritmos têm colocado as diferentes áreas profissionais à serviço da acumulação e valorização do capital, direcionando conhecimentos ou princípios específicos para fins de produtividade com o objetivo de reduzi-los a meras técnicas ou tecnologias sociais.

Por fim e de modo sintético, ressalta-se que os elementos aqui elencados permitirão discutir as configurações do mercado de trabalho a partir das transformações ocorridas desde a década de 1970, reconhecendo a crise estrutural do capital. A análise apresenta três aspectos interligados: a hegemonia neoliberal no ocidente, a globalização do capital e a reestruturação da produção e do trabalho. Esses fatores têm impactado significativamente nas condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, mediante a ideologia neoliberal gerencial e as mudanças no mundo do trabalho. Fatores estes que adentram o século XXI com a intensificação das mudanças, encontrando na expansão das TICs e da Quarta Revolução Industrial o seu motor principal.

1.2 Política Social brasileira e mercado de trabalho de Assistentes Sociais a partir da Constituição Federal Brasileira de 1988

Esta subseção propõe analisar a Política Social brasileira na sua relação com o mercado de trabalho de assistentes sociais, tendo como recorte temporal a Constituição Federal brasileira de 1988. Com o objetivo de proporcionar uma organização mais eficaz, será dividido em duas seções. A primeira se dedicará à análise dos elementos sócio-políticos que marcaram as décadas de 1980 e 1990, destacando a dicotomia entre os avanços constitucionais e a ofensiva neoliberal. A segunda parte concentrar-se-á na dimensão contraditória do processo de descentralização e municipalização das políticas sociais no Brasil.

Compete ressaltar que o termo política é carregado de significados. Segundo Pereira (2008), existem duas principais definições, sendo uma, de sentido mais amplo e referente ao tema mais clássico de política no seu sentido partidário, ligado às eleições e ao voto; e a outra, é relativa às ações do Estado diante das demandas e necessidades da população.

A concepção mais moderna do que seria a política pública é a voltada para as ações do Estado:

A política pública, por sua vez, faz parte do ramo de conhecimento denominado *Police Science* que, segundo os autores Howlett e Ramesh (1998, p.2), surgiu nos Estados Unidos e na Europa, no segundo pós-guerra. O aparecimento de seu novo ramo se deu quanto pesquisadores procuraram entender a dinâmica das relações entre governos e cidadãos, extrapolando o estrito apego às tradicionais dimensões normativas e morais e às minúcias do funcionamento de instituições específicas (Pereira, 2008, p. 92).

A autora (2008) ao tratar da abordagem do Policy Science busca, não só se distanciar dos estudos políticos convencionais, mas principalmente restabelecer a conexão orgânica entre teoria política e prática política nesse campo do conhecimento. Logo, destaca que a política pública, possui três principais características:

É multidisciplinar porque rompe com os limites dos estudos sobre instituições e estruturas; é intervencionista porque não se contenta apenas em conhecer o seu objeto de estudo, mas procura interferir nele e modificar; é normativa porque não é pura racionalidade, se defronta com a impossibilidade de separar fins e meios, bem como, os valores e técnicas no estudo das ações dos governos (Pereira, 2008, p. 93).

Entende-se que não existe consenso na definição de política pública, especialmente em relação à sua dinâmica de criação e ao entendimento da natureza da interação entre o Estado e a sociedade que essa dinâmica exige. Uma política pública não é equivalente à política estatal; o termo "pública", que acompanha a palavra "política", está mais associado ao conceito de bem comum, algo que se refere ao que é de todos. Essa ideia tem origem no latim e, por isso, compromete tanto o Estado quanto a sociedade.

No entanto, o que seria então a política social? Para a referida autora, a política social é espécie do gênero de política pública:

[...] salienta-se que, no capitalismo, a política social é a semelhança do Estado que a regula, uma relação que transita entre interesses antagônicos do capital e do trabalho para, contraditoriamente, atendê-los, em conformidade com o poder de fogo de cada um em sempiterno o processo de correlação de forças - até porque tanto o estado quando a política social não se sustentariam se funcionassem exclusivamente para as classes dominantes (Pereira, 2020, p. 4).

Dessa forma, as características gerais da política social perpassam pelo sistema capitalista e nelas, contraditoriamente, encontram uma forma de servir às classes dominantes e a classe trabalhadora.

Segundo Lobato (2022), a política social na trajetória do capitalismo não deve ser vista como um objeto já definido, mas como o espaço que estabelece relações de poder e conflitos, intrínseco a todas as formas de desigualdade e exclusão. A política social nesse contexto se distingue por revelar esses conflitos, tendo a habilidade de modificar a realidade das pessoas e também se formar a partir delas. “É para a política social que confluem os atores, as demandas e as disputas referentes às condições de desigualdade, e é em seu campo, que residem as principais tensões sobre as relações de poder prevalentes (Lobato, 2022, p. 12)”.

A Política Social possui características de norma e institucionalidade; compreende-se que avaliar requer valorar e dar valor. No entanto, reconhecer todas essas contradições, o seu espaço antagônico, lhe torna um campo de conhecimento da dinâmica das relações sociais do capitalismo (Lobato, 2020).

Behring (2006) destaca o quanto é amplamente aceito que a implementação de políticas sociais está diretamente ligada à formação da sociedade burguesa, ou seja, ao modo capitalista de produção e reprodução. Isso não ocorreu desde o início, mas surge quando há o reconhecimento da questão social que permeia as relações

nesse sistema produtivo, especialmente no instante em que os trabalhadores começam a desempenhar papel político e revolucionário.

Outrossim, é necessário destacar o caráter contraditório dessas políticas. Segundo Pereira (2008; 2020), a política social capitalista não é exatamente como aparenta, marcada por nuances e contradições. Para a autora (2020), aqueles que desejam compreender a política social capitalista de maneira profunda devem se proteger contra vícios de percepção, para que possam fazer escolhas conscientes sobre a verdadeira identidade, natureza, utilidade e objetivos dessa política. Para tanto, devem buscar referências não hegemônicas.

A história da Política Social no Brasil encontra na Constituição Federal brasileira de 1988 uma série de avanços e como fio condutor a cidadania. A promulgação da Carta Magna Cidadã (1988), aconteceu no período de efervescência pós Ditadura Empresarial-Militar, na busca por uma sociedade democrática, que será apresentada nos próximos itens.

1.2.1 Lutas sociais, avanços constitucionais *versus* ofensiva neoliberal: a conjuntura brasileira dos anos 1980 e 1990

Esta subseção objetiva abordar os elementos sociopolíticos caracterizadores dos anos 1980 e 1990, assimilando a dicotomia entre os avanços constitucionais (vinculados à CF de 1988) e a ofensiva neoliberal.

A década de 1980 é conhecida, por um grupo de analistas da área econômica, como a década perdida do país. Conforme Behring e Boschetti (2011, p.135), no período militar (1964 - 1985), em seus primeiros anos, houve intenso salto econômico, diante do projeto de internacionalização da economia brasileira, se alinhando ao movimento do capital de países centrais que incentivou o intensivo processo de substituição das importações conduzidas pelo Estado.

Segundo as autoras:

A ditadura militar reeditou a modernização conservadora como via de aprofundamento das relações sociais capitalistas no Brasil, agora de natureza claramente monopolista, reconfigurando nesse processo a questão social, que passa a ser enfrentada num mix de repressão e assistência, tendo em vista manter sob controle as forças do trabalho que despontavam (Behring e Boschetti, 2011, p. 136).

Portanto, neste período, a política social orientou-se pela “intensa institucionalização da previdência e da saúde e, com muito menor importância, da assistência social, que era basicamente implementada pela rede conveniada e de serviços prestados pela LBA - Legião Brasileira de Assistência. (Behring e Boschetti, 2011, p.137). Impulsionaram-se políticas públicas limitadas em relação ao seu acesso, funcionando como estratégia de legitimação. Apesar da ampliação dos acessos, tanto públicos quanto privados, milhões de sujeitos continuavam excluídos do complexo assistencial-industrial-tecnocrático-militar, em contexto ditatorial de censura, tortura e perda das liberdades democráticas.

O período da Ditadura Civil-Militar no país abriu espaço também para o incremento de parcerias público-privadas. De acordo com Draibe (1993), uma diretriz fundamental começou a orientar as políticas sociais, refletindo o princípio do autofinanciamento: os usuários deveriam arcar com os custos dos serviços recebidos, o que resulta na privatização dos serviços sociais, a qual apresenta diversos aspectos:

1) a abertura de espaço para a penetração dos interesses privados no aparelho de Estado através de grupos de pressão, ‘lobbies’; 2) uma forma de articulação bastante estruturada entre o aparelho de Estado e o setor privado produtor de serviços (como os hospitais) ou fornecedor de “produtos sociais” (como as construtoras). Pode-se dizer, portanto, que se estabelece uma divisão entre o estado e o setor privado: O Estado encarrega-se da produção de bens ou da distribuição de serviços; 3) a diminuição da participação relativa do Estado nos setores de educação e de saúde e o correlato crescimento da participação do setor privado na oferta desses serviços (Draibe, 1993, p. 29)

Por conseguinte, ocorre a diminuição relativa do Estado em alguns setores, especialmente saúde e educação, visando a participação privada.

A partir de 1974, segundo Behring e Boschetti (2011, p.135), verifica-se, em função das políticas adotadas, o surgimento das fissuras do esgotamento do projeto tecnocrático, em função do impacto da economia internacional, no qual se restringiu o fluxo de capitais e os limites internos. Os anos subsequentes demonstram um processo lento e gradual de reabertura política e o processo de transição para o regime democrático. Conforme argumentam as autoras (2011, p.138), a transição se concretiza quando o fenômeno do milagre econômico brasileiro evidencia que seus benefícios não seriam repartidos. Nesse contexto, trabalhadores/as e movimentos sociais já começavam a se organizar em resposta à crise econômica que se instaurava. Observa-se um agravamento das dificuldades relacionadas à elaboração

de políticas econômicas que pudessem influenciar positivamente os investimentos e a distribuição de renda, não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina.

Segundo Castro e Ribeiro (2010, p.26):

A reversão do crescimento do PIB, observada no fim dos anos 1970, colocou a gestão financeira da previdência e da assistência médica previdenciária em xeque, pois a crise reduziu o volume de emprego e a massa salarial, apesar de o número de benefícios continuar se elevando. A configuração extremamente pró-cíclica da estrutura de financiamento das políticas sociais, que tinha se mostrado tão virtuosa no período de acelerado crescimento econômico, impõe um rápido estrangulamento ao sistema de políticas sociais então em vigor: justamente quando as carências sociais ampliaram-se, as fontes de financiamento das políticas sociais enfrentaram quedas drásticas.

A herança do regime ditatorial nos anos 1980 aponta para:

Um claro esgotamento do sistema nacional de políticas sociais em vigor até então. A constatação de que o elevado crescimento econômico das décadas anteriores não havia proporcionado os níveis de desenvolvimento social esperados e a frustração das expectativas quanto à possibilidade de o assalariamento formal tornar-se regra geral no mercado de trabalho revelou, de modo inequívoco, a insuficiência do modelo meritocrático para fazer frente às necessidades sociais dos brasileiros (Castro e Ribeiro, 2010, p. 26).

Além do aumento do endividamento externo que teve como efeito o empobrecimento generalizado, a crise dos serviços sociais públicos no contexto de aumento de demanda, desemprego, aprofundamento da informalidade da economia e favorecimento da produção para exportação em detrimento das necessidades internas, como apontou Behring e Boschetti (2011, p. 139).

Segundo Soares (2009, p. 35), sob uma abordagem histórico-estrutural, a manifestação interna da crise que permeou os anos 1980 no Brasil encontra-se na decrepitude do modelo de Estado desenvolvimentista, cujo padrão se sustentava na tríade: Estado, Capital Estrangeiro e Capital Nacional. Este modelo era marcado por episódios de crescimento e desenvolvimento acelerados, que viabilizaram movimentos de "fuga para a frente", nos quais diferentes interesses dominantes buscavam ajustar suas posições. A principal razão que inviabiliza novas tentativas de "fugas para a frente" reside na crise financeira do Estado, originada por um processo contínuo de endividamento externo e interno. Tal dinâmica resulta na desvalorização monetária e na fragilidade das finanças públicas, enfraquecendo também sua capacidade de ação estruturante — não apenas devido à significativa redução dos gastos públicos e investimentos, mas também pela ausência total de políticas voltadas ao desenvolvimento econômico.

Segundo Castro e Ribeiro (2010), os movimentos sociais exerceram um papel crucial no processo de redemocratização e na reestruturação da sociedade civil, evidenciando a urgência de reformar as políticas sociais. Tal demanda fundamentava-se na crítica ao aspecto excludente das políticas sociais que predominaram durante o regime militar.

O movimento de redemocratização foi um processo de construção, ligada especialmente ao processo de se construir uma base para um sistema de políticas sociais no país, o conjunto de transformações a serem almejadas englobava, além da revitalização do Estado democrático de direito, a reestruturação do sistema nacional de políticas sociais, orientando-se para um modelo redistributivo de proteção social (Castro e Ribeiro, 2010).

Dessa forma, o dia cinco de outubro de 1988 é o marco legal da promulgação da nova Constituição Federal Brasileira (CF), estabelecendo no Brasil a república federativa democrática e reconhecedora de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. No preâmbulo da constituição é descrito:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988)

Castro e Ribeiro (2010, p.18) vão sinalizar que:

Alcançava-se um novo patamar de cidadania, comparável à concepção clássica de Marshall (1967), a respeito de direitos civis, políticos e sociais. Muitos desses direitos nunca antes haviam sido objetos de garantia legal no país. Outros, já definidos em legislação anterior, passam a ser garantidos em nível constitucional. E, notadamente, um terceiro grupo de direitos, principalmente os civis e os políticos, já havia sido objeto de garantia legal em constituições anteriores, mas encontravam-se desprotegidos sob o regime da Ditadura Empresarial-Militar, na vigência do Ato Institucional 5 e da Emenda Constitucional (EC) à Constituição de 1967.

A nova Constituição Federal Brasileira de 1988, conhecida como a constituição cidadã, é fruto do processo de redemocratização a partir dos anos 1980 e de organização popular da sociedade. Um dos seus grandes avanços é a implementação do conceito de seguridade social brasileiro, no Art. 194: “A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da

sociedade, destinadas a assegurar os direitos à saúde, à previdência e à assistência social” (Brasil, 1988).

Avalia-se a importância da seguridade social, segundo Castro e Ribeiro (2010, p.28):

Quando se contemplam os princípios orientadores da Seguridade Social: universalidade da cobertura e do atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios e dos serviços às populações urbanas e rurais; equidade e distributividade na prestação dos benefícios e dos serviços; irredutibilidade do valor dos benefícios; equidade na forma de participação no custeio; diversidade da base de financiamento; caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.

O conceito de Seguridade Social refere-se a um sistema coeso que proporciona uma extensa rede de proteção contra os riscos sociais associados ao ciclo de vida, à trajetória profissional e à carência de recursos financeiros, fatores que são intensificados por um modelo econômico excludente e pela desigual distribuição de renda existente no país.

Behring e Boschetti (2011) vão indicar que o texto constitucional promulgado evidenciou a disputa de hegemonia, incorporando progressos em diversas áreas, como os direitos sociais, humanos e políticos, ressaltando a seguridade social conforme discutido anteriormente. Todavia, conservou elementos tradicionais, como a falta de uma abordagem crítica em relação à militarização do poder no Brasil. A Constituição Federal brasileira de 1988 apresenta uma natureza híbrida, mesclando características programáticas e ecléticas.

Ao longo do período da década de 1990, o movimento observado é de “reformas” orientadas para o mercado sob a égide da profunda crise em que o Brasil se encontrava, “reformava-se” com ênfase nas privatizações, desprezando as conquistas apontadas pela carta constitucional de 1988 (Behring e Boschetti, 2011, p. 148).

Destaca-se que o termo “reforma” é amplamente utilizado nos anos 1990 pelo projeto em curso no país, no entanto, segundo Behring e Boschetti (2011, p. 149), parte-se da ideia de que a utilização do mesmo é “apropriação indébita e fortemente ideológica da ideia reformista”, visto que o termo ‘reforma’ ganha sentido no movimento operário socialista, ou seja, “[...] sempre tendo em perspectiva melhores condições de vida e de trabalho para as maiorias.”

Assim sendo, o projeto instalado a partir dos anos 1990 é de contra-reforma neoliberal, como pontua Fagnani (2018, p.156):

Com base em fatos relacionados à seguridade social no período de 1988-2018, pode-se afirmar que o 'capitalismo' brasileiro, visceralmente arcaico e antidemocrático, jamais aceitou o contrato social da redemocratização selado em 1988. A reação contra esse contrato social começou antes mesmo de a Constituição sair impressa da gráfica do Senado. É emblemática a tese do 'país ingovernável', esgrimida pelo presidente da República, José Sarney (1985-1989), para tentar impedir que a Assembleia Constituinte aprovasse o capítulo sobre a Ordem Social, que foi finalmente aprovado.

A década de 1990 no Brasil é caracterizada pelo crescimento e implantação das ideias neoliberais, alinhadas com as tendências econômicas e políticas globais da época. Isso resultará em significativas restrições nos direitos da população mais empobrecida e da classe trabalhadora em geral, o que implica o acesso reduzido a empregos que garantam direitos.

Para Soares (2009, p. 38), o surgimento da proposta Neoliberal no Brasil, manifesta-se inicialmente em meio ao agravamento da crise econômica ocorrida entre 1989 e 1990, ao passo que, por outro lado, evidencia-se o esgotamento do modelo de Estado desenvolvimentista adotado pelo país. A autora (2009) aponta que a ideia de diminuir o papel do Estado e reduzir seu tamanho emerge como uma reação à crise econômica, sem levar em conta, contudo, sua verdadeira causalidade. A proposição neoliberal insiste em omitir o papel histórico desempenhado pelo Estado na formação do capitalismo no Brasil, desde suas origens marcadas por um desenvolvimento tardio e dependente. Foi o próprio Estado brasileiro quem conduziu as políticas econômicas essenciais para o progresso da industrialização.

De acordo com Raichelis (2018, p. 55), a lógica Neoliberal, é baseada na perspectiva privatista e, especialmente no Brasil, “trata-se de impedir os avanços nos caminhos da truncada e inconclusa esfera pública, instaurada pela Constituição Federal de 1988 e sustentada num pacto político.” A autora (2018), avança afirmando que o projeto neoliberal com início no governo do Presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992), se consolida no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC – 1995-2002) e pode ser caracterizado pelo tripé privatização, flexibilização e terceirização; sendo consubstanciado no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995). Este Plano Diretor (1995), é proposto pelo Ministério da Administração e:

Suas bases assentam-se na concepção de administração gerencial do Estado, em conceitos modernos de eficiência e eficácia no controle dos

resultados para fazer chegar ao cidadão-cliente os serviços prestados pelo Estado. Apresentada como a 'modernidade' necessária para superar a gestão burocrática e patrimonialista do Estado brasileiro.

Dessa forma, a década de 1990 é marcada pelo desmonte e pela tentativa de reformatação do Estado Brasileiro para adaptação à lógica capitalista hegemônica.

Lesbaupin e Mineiro (2002) enfatizam que os indicadores econômicos referentes ao período de 1995 a 2001 revelam uma economia relativamente estagnada ao longo desses sete anos, marcada por instabilidades devido às condições de vulnerabilidade estrutural, que comprometem o setor externo e as finanças públicas.

No que concerne ao setor social, os autores sinalizam que:

Depois de privatizar a maior parte do patrimônio nacional, depois de aumentar a arrecadação tributária a cada ano, este aumento da receita em nada beneficiou o social. Ao contrário, a cada ajuste econômico o primeiro setor a ser atingido foi o social. Entre 1995 e 2001, o investimento em saúde cai de 4,8% para 3,9%, a educação desce de 3% para 2%, a parte relativa à habitação permanece durante todo o mandato abaixo de 0,2%, e setor de assistência e previdência oscila de 17,15% para 14,1% até chegar em 2001 com 18,7% - sendo que a maior parte desse orçamento e a parte da previdência (a parte da assistência social caiu fortemente). No conjunto, no período em que a população cresceu, o desemprego explodiu, o investimento na área social foi reduzido (Lesbaupin e Mineiro, 2002, p.40).

Em síntese, os principais afetados pelo referido modelo foram os trabalhadores, que constituem a maior parcela da população. Para esses sujeitos, as condições de vida se deterioraram, evidenciando-se na precarização do emprego ou no aumento do desemprego, na diminuição do poder de compra dos salários e na redução dos investimentos públicos em setores essenciais como saúde, educação, moradia e assistência social. Uma parcela considerável dos serviços públicos foi transferida para o setor privado, resultando em uma piora na qualidade desses serviços e em um aumento significativo de seus custos (Lesbaupin e Mineiro, 2002, p.91).

Conforme Behring e Boschetti (2011, p. 160), constitui-se um sistema de seguridade social avançado, mas incapaz de conter os avanços neoliberais e hegemônicos, na qual a heteronomia e o conservadorismo político se entrelaçam, configurando um projeto que é antinacional, antidemocrático e antipopular, promovido pelas classes dominantes. Nesse contexto, a política social assume uma posição claramente secundária, subordinada à lógica do ajuste fiscal, acompanhada pelo processo de pauperização das políticas públicas, através dos processos de

privatização, focalização/seletividade e descentralização, que serão abordados na próxima subseção.

1.2.2. A dimensão contraditória do processo de descentralização/municipalização das políticas sociais no Brasil

A Assembleia nacional constituinte, marcada pela influência do passado centralizador e autoritário, incorporou a descentralização/municipalização político-administrativa em sua proposta por meio do federalismo cooperativo. D’Albuquerque e Palotti (2021, p.7), apontam que o processo de descentralização não é exclusivo do federalismo, mas “é uma instituição secundária esperada, cujo objetivo é reforçar a separação vertical de poder e manter o funcionamento do sistema de responsabilidades funcionando”.

Em teoria, a descentralização/municipalização político-administrativa oferece a chance de democratização mais ampla da política social, já que os serviços são prestados por governos locais que estão mais próximos dos beneficiários. Entretanto, Alvarenga (2011), destaca que, apenas em meados dos anos 1990, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, foi possível dar andamento ao processo de reforma da política social e o de distribuição da provisão social entre as instâncias do governo, especialmente nas políticas de saúde e educação.

D’Albuquerque e Palotti (2021, p. 12), indicam que o primeiro momento pós Constituição Federal de 1988, parte de três demandas essenciais para o sistema federativo: “a necessidade de descentralizar o poder em direção aos estados e municípios, anteriormente concentrado no governo federal, atrelado à democratização; o combate à hiperinflação e a diminuição da desigualdade social”.

Alvarenga (2011, p. 4), destaca que, ao mesmo passo que a Constituição Federal de 1988, ampliou os direitos sociais, elevou também a responsabilidade do setor público, e ainda a diminuição da qualidade da arrecadação, que é a principal fonte de financiamento das políticas públicas. O caso brasileiro passa a operar com o aumento da complexidade das interações entre os governos, com gestores federais, estaduais e municipais em variados níveis de autonomia nas diversas áreas sociais. A este respeito, o artigo 18 da Constituição Federal de 1988 descreve que “A organização político-administrativa do Brasil é composta pela União, os Estados, o

Distrito Federal e os Municípios. Todos esses entes são autônomos, de acordo com a Constituição”, além dos artigos 29 ao 36, que dispõem sobre a soberania política desses Estados e Municípios.

A partir da década de 1990, o Brasil adere tardiamente ao modelo neoliberal, especialmente durante os governos de Fernando Collor de Mello (1990 - 1992) e de seu sucessor Itamar Franco (1992-1994), no contexto que se convencionou chamar de contrarreforma do Estado brasileiro. Nesse período, destaca-se a criação da Desvinculação das Receitas da União (DRU)⁶, mecanismo que, conforme Fagnani (2018, p. 156), tem por objetivo “capturar, para o Tesouro Nacional, 20% dos recursos constitucionais vinculados ao financiamento da Seguridade Social e Educação”. Tal recurso foi amplamente utilizado durante os mandatos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), cujo governo se alinhava aos princípios do ideário neoliberal.

A Constituição Federal de 1988 conferiu autonomia política e financeira aos estados e municípios, no entanto, isso não estabeleceu uma obrigação constitucional para a implementação das políticas sociais. Com a atribuição de competências e responsabilidades nas áreas sociais a todas as três esferas governamentais, todos estavam habilitados a elaborar programas sociais (Alvarenga, 2011, p.6). O texto constitucional possuía um caráter distributivo e de responsabilização pública na regulação, produção e operação fundamental das políticas sociais.

Os anseios por uma maior descentralização, levaram à criação de um novo esquema nas relações federativas na carta magna. A reconfiguração das funções e dos poderes de decisão entre as unidades federadas, que inclui transferências de recursos da União para estados e municípios, teve impactos significativos na dinâmica do gasto social brasileiro ao longo dos anos 1990.

Segundo Castro e Ribeiro (2010, p. 30):

No tocante às receitas, a Constituição aprofundou o movimento de descentralização que já vinha se configurando desde o início da década de 1980. Redistribuiu competências tributárias entre as esferas governamentais, beneficiando os estados e principalmente os municípios, além de ampliar transferências constitucionais, que alteraram a repartição da arrecadação tributária em favor destas esferas. Com isso, aumentava a capacidade de financiamento dos gastos públicos destes entes federados, o que podia

⁶Segundo Fagnani (2018, p.158), DRU, inicialmente, recebeu o nome de FSE (Fundo Social de Emergência), depois rebatizado para FEF (Fundo de Estabilização Fiscal), até sacramentar-se como DRU (Desvinculação de Recursos da União).

significar menor dependência em relação à União na cobertura das políticas sociais. Além disso, a Constituição elevou os percentuais da receita de impostos federais vinculados à área da educação, de 13% para 18%, mantendo os percentuais de 25% para estados e municípios, definidos pela Emenda Calmon, de 1983.

Logo, a Constituição Federal brasileira de 1988, ao mesmo passo que aderiu a uma gama de direitos civis, políticos e sociais, encontrou dificuldades de operacionalizá-los pela ausência da divisão adequada de deveres entre as esferas subnacionais.

Ao tratar do federalismo, Abrucio (2022, p. 129) assinala para escolha do sistema federalista em situações nas quais as questões territoriais complicam consideravelmente a governabilidade, sendo necessário o emprego de mecanismos especiais para abordar conflitos e estabelecer o sistema político. O autor ressalta que a fórmula federalista é politicamente mais complexa do que Estados unitários e que adotá-la significa uma cultura de barganha e negociação.

Dessarte, para Abrucio (2022, p. 136), a ordem política instituída pela CF de 1988 buscou garantir o federalismo mais democrático, equilibrado e voltado ao combate das desigualdades territoriais com alguns componentes inéditos:

o federalismo triádico, com a novidade do município como ente federativo, o maior equilíbrio tributário, tanto no que se refere aos recursos próprios de cada ente como especialmente pelas formas de participação e transferência institucionalizadas do orçamento global, favorecendo um melhor combate das desigualdades territoriais; a expansão do estado de bem estar social por meio da descentralização com coordenação federativa, utilizando-se do modelo dos sistemas nacionais de políticas públicas; a ampliação e consolidação de salvaguardas federativas, com um modelo de governança mais intergovernamental e menos centralizado; a construção de um relacionamento democrático e baseado na cultura da negociação federativa entre o presidente, os governadores e os prefeitos.

Isto posto, o Brasil tem um sistema com previsão legal que transformou todas as municipalidades em entes federativos e peças fundamentais de sua engrenagem política. Acrescenta ainda que o ganho de ampla autonomia política dos governos locais, que se tornam peças fundamentais na implementação das políticas públicas e dos serviços sociais básicos, convive com a baixa capacidade estatal para exercer a suas funções constitucionais, sendo novo paradoxo na realidade municipal vinculado a questões como baixo capital humano, a sua situação econômico-financeira e a fragilidade na gestão pública. Este novo lugar também transforma as eleições municipais em elemento chave, afetando todos os atores políticos.

Em relação aos elementos orçamentários, o período após a Constituição de 1988, deveria produzir equilíbrio, concedendo autonomia tributária aos estados e municípios, além das transferências obrigatórias como os Fundos de Participação. Porém, existiram problemas de racionalidade e distribuição como por exemplo, “o fato de regiões metropolitanas, onde mora a maior parte da população brasileira terem menos recursos, do que áreas menos populosas; (...) a necessidade de aumentar o caráter cooperativo na cobrança e na responsabilização” (Abrucio, 2022, p. 137).

Os Sistemas Nacionais de Políticas Públicas apresentam definições normativas que visam induzir e apoiar os governos subnacionais, incluindo a descentralização da implementação de mecanismos que promovam a participação dos estados e municípios nas decisões intergovernamentais, estruturados na forma de fóruns (Abrucio, 2022, p. 137).

Os estados e municípios possuem a capacidade de proteger os seus interesses, buscando prevenir centralismos inadequados, especialmente no âmbito estadual, por meio do Supremo Tribunal Federal e do Senado. Outro aspecto relevante é a nova cultura política que permeia a relação entre governadores e presidentes, caracterizada pela barganha e negociação, tanto em períodos eleitorais quanto na ocasião da liberação orçamentária (Abrucio, 2022, p. 137).

O autor aponta que a necessidade de melhoria do federalismo envolve:

o fortalecimento das capacidades estatais locais, a maior republicanização da política subnacional, o aumento da cooperação federativa no plano tributário e orçamentário, a expansão do Sistema Nacional de Políticas Públicas para todos os setores, maior integração e colaboração entre estados e municípios (Abrucio, 2022, p. 138)

Dessa forma, se fazem notórios os avanços encontrados, mas as contradições inerentes à legislação prevista e ao projeto contrareformador do sistema capitalista.

Para Nunes e Teixeira (2014, p. 156), o sistema de proteção social brasileiro a partir do processo de descentralização, aparentemente projeta modelo institucional mais universalista e igualitário da organização da proteção social. No entanto, a forte racionalização neoliberal nos anos subsequentes, irá deflagrar o movimento de desresponsabilização do Estado na gestão para atender as necessidades e demandas dos cidadãos. As autoras compreendem que o processo de descentralização pode ser analisado pelo viés da transferência de responsabilidade

em serviços deteriorados para os níveis locais de governo, acompanhado pelas estratégias de privatização e focalização.

Já Soares (2002) ressalta que a descentralização de programas sociais tem gerado significativo empenho do caciquismo ou coronelismo regional, fortalecendo estruturas tradicionais de poder das elites locais, além de fomentar práticas de clientelismo político e dominação social.

A partir de 1992, entrou em vigor as normas estabelecidas na CF (1988), que causaram incremento da população atendida pelo tripé da Seguridade Social: as políticas de saúde, assistência social e previdência social, que vão contar com orçamento único constitucionalmente. Para Nunes e Teixeira (2014), neste cenário, verifica-se o avanço da mercantilização e da privatização das políticas de saúde e previdência, reduzindo acesso aos benefícios e a falta de financiamento, com impactos para a qualidade dos serviços prestados.

Logo, as políticas de assistência social, saúde e previdência passam por inúmeras desregulamentações. Cabe destacar, que as principais empregadoras de assistentes sociais no Brasil são as políticas de Saúde e Assistência Social.

A assistência social assume papel de enfrentamento à desigualdade social, no entanto, contraditoriamente, se apresenta sob a perspectiva de assistencialização da pobreza, da valorização da parceria público/privado e o discurso da solidariedade. Segundo Alvarenga (2011), a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 1993, tem a sua implementação ao longo da década, promovendo o Sistema Nacional de Assistência Social, com a criação de órgãos, fóruns, conselhos e fundos, no entanto, os programas de transferência de renda emergiram de maneira pouco integrada, com cada ministério desenvolvendo o seu próprio programa e estabelecendo convênios com os governos locais, quando necessário.

A regulamentação da Assistência Social passou também pela criação da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB SUAS, 2012), cujo arcabouço teórico define as atribuições de cada esfera federativa (Estados, Municípios, Distrito Federal e União) no que se refere à estruturação dos processos de trabalho essenciais para o funcionamento do SUAS. Imprescindível expor, que a legislação, ao abordar os trabalhadores e trabalhadoras da política, assegura a formação de equipes de referência, compostas por um conjunto de profissionais aptos a identificar riscos e vulnerabilidades da população em um território

específico, além de orientar as suas intervenções com o intuito de fortalecer a proteção social àqueles que dela necessitam. No caso em que o município não disponha da equipe de referência, é necessário ter uma equipe mínima composta por um/a assistente social e um/a psicólogo. Tais elementos, indicam maior abertura do mercado de trabalho para estes/as profissionais, o que será aprofundado na próxima subseção.

Outra estratégia da Política de Assistência Social, como forma de fragmentação política, foi o incentivo às Organizações Não Governamentais, que teria como estratégia central, a incorporação de critérios econômicos, aprofundando a relação público vs privado, para gestão e execução de políticas públicas, com caráter caritativo, utilizando-se de trabalho voluntário. Tais elementos evidenciam a fragmentação da política e a isenção da responsabilidade do Estado, como aponta Gohn (2013).

A política de saúde tem como diferencial o princípio da universalização da cobertura e do atendimento, garantindo o acesso a toda população através do Sistema Único de Saúde (SUS). Nunes e Teixeira (2014) apontam que o governo federal, entre 1995 e 1999 em suas transferências orçamentárias, 1/3 era destinado à saúde e desses, 70% foram destinados aos municípios brasileiros. Ainda assim, as autoras indicam que, contraditoriamente, o governo FHC empreendeu esforços para regulamentação dos planos de saúde privados, com uma clara tentativa de privatização do setor, em que a parcela de maior renda pudesse pagar pelo serviço.

De acordo com Alvarenga (2011), a conjunção da deterioração na qualidade dos serviços oferecidos pelo setor público, aliada ao incremento da renda da população, incentiva o uso dos serviços de bem-estar disponibilizados pelo setor privado. Este fenômeno resulta na exclusão da classe média do conjunto de consumidores dos serviços públicos, gerando uma dinâmica singular de universalização focalizada, principalmente nos setores de saúde e educação. Dessa forma, a saúde é garantida a todos, mas aqueles que possuem recursos, tendem a optar pelos serviços privados; consequentemente, a saúde pública acaba por ser acessível apenas aos sujeitos em situação de vulnerabilidade econômica, ou seja, àqueles que não têm condições de custear tais serviços.

Segundo Behring e Boschetti (2011, p. 161), a previdência social passou por contrarreformas no ano de 1998, 2003 e 2019. Nestas contrarreformas, foram

estabelecidos critérios que focalizaram ainda mais os direitos na população contribuinte, impuseram limitações aos direitos, diminuíram o valor dos benefícios e resultaram na extensão do tempo de permanência no mercado de trabalho. Corroborando com a lógica apresentada neste trabalho de que a orientação para os direitos da seguridade social perpassa pela seletividade e pela privatização.

A trajetória recente das políticas sociais brasileiras está intimamente ligada à política econômica monetarista e ao ajuste fiscal, que se tornou um caminho para a privatização dos serviços destinados àqueles que podem arcar com os custos, além de promover a focalização/seletividade entre a população empobrecida, e a descentralização, caracterizando o processo de desresponsabilização do Estado, mesmo diante da Constituição Federal de 1988.

Não há como negar que a Constituição Federal de 1988 proporcionou significativos avanços em comparação ao que existia anteriormente no sistema de proteção social brasileiro, especialmente no que diz respeito à seguridade social. Contudo, o projeto neoliberal, que prioriza o aspecto econômico em detrimento do social, sob a alegação de maior eficiência e eficácia do Estado, é caracterizado pelo incentivo à privatização e pela diminuição dos gastos públicos, impactando nas políticas sociais e, por conseguinte, no mercado de trabalho de assistentes sociais que historicamente são, em maioria, contratados(as) pelo Estado para atuar nas políticas sociais.

1.3 O Mercado de Trabalho do Serviço Social a partir da década de 1990: os municípios como principais empregadores

Nesta subseção, com base nas mudanças decorrentes do espraiamento da racionalidade neoliberal no Brasil e da Constituição Federal brasileira promulgada em 1988, busca-se analisar o processo de municipalização/descentralização, e sua relação com o mercado de trabalho dos(as) assistentes sociais, partindo do entendimento de que esses/as profissionais estarão, predominantemente inseridos/as em espaços institucionais de gestão, planejamento, execução, monitoramento e avaliação das políticas sociais, cada vez mais municipalizadas.

De acordo com Raichelis (2018, p. 27):

As políticas sociais constituem mediação privilegiada, embora não exclusiva, para o trabalho profissional e base institucional que impulsiona a profissionalização de assistentes sociais, por meio da formação de um mercado de trabalho que passa a requisitar agentes habilitados.

Logo, a partir dos anos 1980, o Serviço Social brasileiro, impulsionado por um movimento de rompimento com o conservadorismo profissional⁷ mobiliza esforços teóricos e políticos para conferir a legitimidade social à sua intervenção junto aos sujeitos do trabalho profissional, aliando-se ao movimento de ampliação dos direitos das classes subalternas (Raichelis, 2018, p. 27).

O presente trabalho, então, parte do reconhecimento que o/a “[...] assistente social no Brasil é, majoritariamente um funcionário público, que atua predominantemente na formulação, planejamento e execução de políticas sociais com destaque às políticas de saúde, assistência social, educação, habitação, entre outras” (Iamamoto, 2009, p. 5). Assim sendo, as alterações no processo de descentralização/municipalização político-administrativa, citadas anteriormente, terão impactos significativos para a categoria.

A pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (Cfess, 2022), no ano de 2019, com 44.212 assistentes sociais, ao verificar que o vínculo profissional no setor público municipal é uma tendência histórica na profissão, com 43,59% das respondentes da pesquisa empregadas na esfera municipal, 11,01% na esfera estadual e 5,20% na esfera federal.

Segundo Moraes e Aprígio (2025, p. 5):

Outro aspecto importante a ser destacado é a dualidade presente nesse processo de descentralização político-administrativa e municipalização das políticas sociais no Brasil, para os/as assistentes sociais e para os serviços prestados à população. Em um primeiro momento, esse processo trouxe possibilidades para os/as assistentes sociais, uma vez que proporcionou o aumento de seus postos de trabalho. No entanto, cabe uma crítica a respeito de como essas políticas sociais são prestadas à população.

O avanço do capitalismo de tipo neoliberal tem impulsionado o processo de precarização dos serviços sociais, como visto anteriormente. Assim, é fundamental entender que o processo de municipalização revela as condições laborais, assim

⁷ Netto (2009) argumenta que a profissão de Serviço Social se desenvolveu sob uma perspectiva conservadora com dois traços principais. O primeiro é sua formação como uma prática na divisão sociotécnica do trabalho, visando prestar serviços para integrar a classe trabalhadora na economia mercantil e manter a ordem do capital. O segundo traço é sua subordinação às Ciências Sociais, caracterizando-se como uma profissão técnica e pragmática, com aversão a teorias e à produção de conhecimento, sendo sustentada por enfoques mais conservadores das Ciências Sociais.

como instabilidade e falta de segurança nos vínculos empregatícios dos serviços públicos municipais, com ênfase na contratação temporária e no trabalho voluntário. É importante ressaltar que essas modalidades de contratação têm se tornando cada vez mais precárias nas instituições públicas que, historicamente, têm a reputação de oferecer empregos seguros; ademais, esses profissionais enfrentam maiores obstáculos para obter formação continuada e qualificação.

Desde 2011, o Brasil enfrenta uma desaceleração econômica decorrente da crise global de 2008/2009, levando ao aumento do desemprego e ao agravamento da Questão Social, além de incursões à legislação protetora do trabalho referentes às novas e antigas expressões da precarização do trabalho. Reconhece-se que a precarização impacta, de maneira diferenciada, os trabalhadores, revelando novas manifestações que se fundamentam em sua indissociabilidade com a terceirização (Druck, 2011).

O recente impulso das ofensivas neoliberais pode ser identificado em 2012, quando foi submetido ao Congresso Nacional um documento denominado “101 Propostas para Modernização Trabalhista”, no qual os empresários pleiteavam a diminuição de direitos que foram historicamente conquistados pelos trabalhadores brasileiros (Ramos e Dionísio, 2016). Em sequência, a crise econômica, o avanço das forças neoliberais, o golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e a crise política contribuíram para a desestruturação da legislação social e de proteção ao trabalho, com o Estado favorecendo interesses empresariais em detrimento da proteção social.

No final de 2016, o presidente Michel Temer (2016 - 2018) enviou a proposta de contrarreforma trabalhista através do Projeto de Lei n. 6.787, que foi aprovado em julho de 2017 como a Lei nº 13.467. Essa contrarreforma alterou mais de 100 artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), reduzindo o valor do trabalho e aumentando a extração da mais-valia, o que também foi fortalecido pela aprovação da Lei de Terceirização nº 13.429, em março de 2017. Durante o governo Temer foi aprovada a Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016, que institui, de acordo com o Artigo 106, “[...] o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por vinte exercícios financeiros, nos termos dos Arts. 107 a 114 [...]”. Ou seja, a EC n. 95/2016 instituiu um limite no teto de gastos públicos dos três poderes.

Conforme mencionado por Coutinho (2017), a contrarreforma trabalhista promovida por Temer resultou em 201 ataques aos direitos dos trabalhadores e afetou 120 artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Na prática, após a implementação da contrarreforma, observou-se um aumento no número de trabalhadores atuando na informalidade, sem registro em carteira, além de um crescimento entre aqueles que trabalham por conta própria e as modalidades de trabalho irregular. Em relação a PEC 95, é uma importante estratégia neoliberal que promove a privatização dos bens públicos, assim como a concentração de renda e o aumento da desigualdade social. Os progressos na desestruturação das legislações sociais e trabalhistas foram integrados à agenda radical neoliberal de Jair Bolsonaro (2019-2022), que promoveu contrarreformas em favor do mercado.

Neste panorama, Moraes e Aprigio (2025, p. 7), apontam que na entrada do século XXI, há a ampliação do mercado de trabalho de assistentes sociais, impulsionada dentre outros elementos, pela Política de Assistência Social, mediante “a implementação de serviços socioassistenciais vinculados à proteção social básica e a proteção social especial. Tais elementos tornaram a política de assistência social, em conjunto com a política de saúde, os principais campos de atuação de assistentes sociais no Brasil.”

Segundo Raichelis (2018), o mercado de trabalho do Serviço Social a partir da hegemonia das políticas neoliberais, é marcado pela ampliação dos processos de subcontratação, configurando-se o exercício profissional autônomo, temporário, por tarefa, de acordo com as novas formas de organização e operação das políticas sociais. Em relação às instituições do aparelho do Estado:

Ampliam-se parcerias públicas privadas em diferentes modalidades e áreas das políticas sociais. Ao mesmo tempo que se assiste a importantes deslocamentos nos modos de gestão e contratação de trabalhadores através da terceirização dos serviços públicos por meio de subcontratação de empresas ou instituições intermediadoras (Raichelis, 2018, p. 51).

Partindo do entendimento do Estado neoliberal, na concepção adotada por Dardot e Laval (2016) o Estado brasileiro vão impor a “mercadorização da instituição pública”. Dessa forma, adentrando no Estado uma nova lógica e, especialmente pela forma de contratação, reitera Raichelis:

O que se observa na administração brasileira é um quadro em que grande parte dos serviços públicos é realizada não mais pelo servidor público, profissional concursado, cujas relações de trabalho são regidas por regime

jurídico próprio, mas pelos mais diferentes tipos de trabalhadores, em geral empregados de forma precária, com contratos temporários, sem os mesmos direitos do funcionalismo estatutário, com salários mais baixos e expostos a maiores riscos e inseguranças – constituindo novas hierarquias entre os próprios trabalhadores, ‘de primeira e segunda classe’ (Raichelis, 2018, p. 53, 54).

Constata-se que essas novas gestões adentram o sistema público e são o espelho da reestruturação produtiva do capital, mudança que ocorre nos países capitalistas centrais desde a década de 1970, tendo como objetivo adequar a razão pública à lógica privada, visando aliviar custos e maximizar resultados (Dardot e Laval, 2016; Raichelis, 2018). O Serviço Social encontra-se integrante dessa dinâmica neoliberal, devido a necessidade de venda da sua força de trabalho, mas participa da disputa ideológica e se apresenta como resistência ao se organizar como categoria profissional.

Por fim, a presente seção elucida as bases de sustentação para pensar a realidade municipal de São Gonçalo (RJ) e o mercado de trabalho de assistentes sociais na Prefeitura municipal, que é objetivo do presente trabalho. Compreende-se que os municípios são figuras centrais nesse debate, implicados no Estado Capitalista Contemporâneo, consequentemente imbricados nos processos de precarização do trabalho, subcontratação e terceirização. No Estado Brasileiro a promulgação da Constituição Federal de 1988 é um divisor significativo para as políticas sociais, especialmente a descentralização/municipalização que designa aos entes federativos mais responsabilidades administrativas. O que se observa ao longo dos anos são municípios e estados com mais responsabilidades, no entanto, com baixa capacidade para gerir, afetando diretamente as políticas públicas, especialmente, usuários e profissionais.

2 “TERRA DE MALBORO?” ⁸SÃO GONÇALO E A SUA FORMAÇÃO SOCIAL

Esta seção investigou a formação social do município de São Gonçalo/RJ, selecionado como o recorte geográfico deste estudo. Na sua análise, são apresentadas as características econômicas da região por meio de consulta a documentos e produção bibliográfica local, assim como dados fornecidos por institutos de pesquisa, incluindo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de meios de comunicação amplamente acessíveis ao público e reconhecidos no contexto estadual e nacional, tais como canais televisivos e sites jornalísticos. Em sequência, compreende-se a importância dos municípios a partir da nova regulamentação na Constituição Federal brasileira de 1988, colocados como figuras centrais para as políticas sociais brasileiras e, em sua maioria, contratantes de assistentes sociais, como aponta pesquisa do CFESS (Conselho Federal de Serviço Social, 2022).

Isto posto, uma das abordagens para entender o espaço geográfico e suas dinâmicas é através do conceito de Formação Econômica e Social, que pertence ao pensamento marxista. Segundo Santos (1977), esse conceito diz respeito à evolução diferenciada das sociedades, tanto em seus contextos interno quanto externo que, muitas vezes, proporciona o impulso por meio da produção, ou seja, do trabalho de transformação do espaço pelo ser humano, conforme leis historicamente estabelecidas. A partir disso, Santos (1977) sugere o conceito de “Formação Social” por meio do reconhecimento do espaço como uma das dimensões da existência. A proposta do autor (1977) não tem como objetivo apenas adicionar uma linha ao debate semântico acerca das formações sociais, mas introduzir uma nova perspectiva: a dimensão espacial. Em outras palavras, sugere que, ao se analisar a evolução de uma sociedade específica, deve-se também levar em conta o aspecto espacial no qual essa sociedade se desenvolve.

O município de São Gonçalo faz parte da área metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (mapa 1). Segundo Ferreira (2017), as regiões metropolitanas podem ser definidas como formações espaciais específicas que apresentam um núcleo urbano dinâmico, ao qual se vinculam outros municípios que, apesar de sua independência

⁸ Trata-se de uma expressão popular usada para descrever um lugar sem leis, perigoso ou abandonado, em que prevalece a desordem. A origem da expressão é ligada comerciais antigos do cigarro Marlboro que mostravam paisagens desertas e selvagens, associadas ao estilo de vida dos cowboys (Dicionário Técnico).

administrativa, compartilham com o núcleo uma dinâmica social, econômica e cotidiana.

Figura 1 - Estado do Rio de Janeiro limites e regiões



Fonte: Prefeitura Municipal de São Gonçalo, 2025.

As terras adjacentes à Baía da Guanabara, atualmente ocupada pela Cidade de São Gonçalo, eram habitadas por grupos indígenas, predominantemente pelos Tamoios, antes da chegada de colonizadores portugueses e franceses.

A história de São Gonçalo por muitas vezes é difusa e dificilmente identificada em produções bibliográficas. Tanto que, de acordo com Braga (2023), a controvérsia das informações, especialmente no que diz respeito às datas e localidades, revela uma persistente precariedade de dados.

Segundo a autora (2023), São Gonçalo originou-se da doação de uma sesmária em 1579, evoluindo para a freguesia de São Gonçalo em 1645 e, posteriormente, tornando-se vila em 1890. Não houve uma fundação formal do município, ao invés disso, o seu surgimento ocorreu gradualmente ao longo dos anos, passando por etapas como sesmária, freguesia e finalmente cidade, com um notável crescimento populacional e econômico. A data de 22 de setembro de 1890 marca a sua emancipação político-administrativa e é celebrada como o aniversário do município. Contudo, se considerada a data da concessão da sesmária, a região já superou os quatrocentos anos de existência.

Em concordância com os dados oficiais registrados no Plano de Assistência Municipal de São Gonçalo (2022-2025), no ano de 1892, o decreto nº1, datado de 08 de maio, extinguiu o município de São Gonçalo, reintegrando-o temporariamente a

Niterói, por um período de sete meses. Este município foi restabelecido pelo decreto nº 34, emitido em 7 de dezembro do mesmo ano. Ademais, em 1922, o decreto 1797 conferiu-lhe novamente a condição de cidade, revogada em 1923, que rebaixou a localidade à categoria de vila. E em 1929, a Lei nº 2.335, promulgada em 27 de dezembro, atribuiu a classificação de cidade a todas as sedes dos municípios.

Necessário ressaltar que, em 1943, também ocorreu uma nova divisão territorial no Estado do Rio de Janeiro. Tendo em vista este contexto, São Gonçalo perdeu o Distrito de Itaipu para o município de Niterói, ficando com apenas cinco distritos: São Gonçalo (sede), Ipiíba, Monjolo, Neves e Sete Pontes, que permanecem até os dias atuais.

Durante as décadas de 1940 e 1950, teve início a instalação em larga escala de grandes fábricas e indústrias na cidade de São Gonçalo. O seu parque industrial se destacou como o mais significativo do Estado, o que resultou no apelido de Manchester Fluminense, em alusão à cidade inglesa de Manchester, reconhecida por seu intenso desenvolvimento industrial (Plano de Assistência Municipal 2022-2025).

Senna (2004) salienta que a diminuição do setor industrial e a ampliação da terceirização das atividades econômicas representam uma tendência que vêm se consolidando em São Gonçalo a partir dos anos 1970. Este fenômeno também pode ser observado de maneira mais ampla na região metropolitana do Rio de Janeiro, com uma intensificação notável a partir dos anos 1980. No caso específico de São Gonçalo, destaca-se que o setor industrial foi predominantemente formado por indústrias voltadas à produção de bens de consumo não duráveis e caracterizadas por uma baixa intensidade tecnológica.

A ocupação inicial de São Gonçalo foi decorrente do processo brasileiro de formação dos primeiros núcleos populacionais, vinculados aos ciclos econômicos que moldam a trajetória histórica do Brasil. Portanto, a presença de engenhos de açúcar, juntamente com a agricultura do milho e a pecuária, além da exploração mineral, justifica as ocupações europeias nos núcleos formadores.

Este mergulho histórico se faz necessário para compreender que a formação do município de São Gonçalo após tantos anos de subordinação, e mesmo durante os períodos de autonomia, ainda apresenta vestígios da época que marcou o início do desenvolvimento do município (Braga, 2023).

Cabe destacar conforme Carvalho (2019, p. 44) que:

O desenvolvimento urbano de São Gonçalo assemelha-se ao processo ocorrido na região conhecida como Baixada Fluminense, onde a expansão da linha férrea, associada ao baixo valor dos terrenos (devido principalmente 45 à baixa oferta de transportes, saneamento e serviços públicos básicos), conformou uma periferia marcada por ser uma grande área fornecedora de mão de obra pouco qualificada para o centro metropolitano. Durante a intensa urbanização do centro metropolitano fluminense, a cidade recebeu diversos migrantes (forças de trabalho) vindos do interior do Estado do Rio de Janeiro e do Norte-Nordeste do país que não conseguiram se instalar ou se manter em uma metrópole de solo urbano muito caro.

A autora (2019) aponta a necessidade de pensar sob a concepção de cidade-dormitório, que é entendida na literatura urbana, como uma decorrência do fenômeno da metropolização. Para Rosa (2017) é “hierarquização do espaço a partir da dominação de centros que exercem sua função administrativa, jurídica, fiscal, policial e de gestão”.

Segundo Rosa (2017, p. 275), precisa-se pensar na relação metrópole e periferia⁹ com “a concentração espacial de empresas, sedes administrativas, renda e postos de trabalho define a metrópole na medida em que para ela convergem majoritariamente fluxos de mercadorias e pessoas” em que “esta concentração espacial gera vantagens para a metrópole e a diferencia dos espaços que se encontram em seu entorno. Enquanto a metrópole desponta para a centralização de uma rede de fluxos globalizada, “a periferia, em geral, aparece como sua antítese, relegada às limitações da localidade, dependente do centro e de baixa relevância econômica” (2017, p. 276). Dessa forma, apresenta-se os dados do município compreendendo que o seu pano de fundo é atrelado a uma gama complexa que a condição de cidade periférica se une a noção de cidade-dormitório e vai produzir efeitos ao longo da história do município.

2.1 Aspectos sociodemográficos, econômicos e político-administrativos do município de São Gonçalo,RJ

9 Segundo Rosa (2010, p. 23) “entendemos a periferia como uma condição e não apenas enquanto distância do centro metropolitano. Se ‘morar na periferia é se condenar duas vezes à pobreza’ (SANTOS, 1987, p. 115) é a observância das esferas de produção, circulação e consumo que não nos permite conceber os espaços periféricos apenas a partir da distância do centro mais dinâmico. Então, é a incipiente oferta de equipamentos públicos e suas respectivas funções sociais que nos permitem identificar estes espaços periféricos.”

Quanto aos aspectos sociodemográficos, o município de São Gonçalo, segundo o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2022), tem uma população composta por 896.744 pessoas. Isso coloca a cidade com a densidade demográfica de 3.613,57 habitantes por quilômetro quadrado.

Do total de habitantes, 53% da população se identifica como do sexo feminino e 47% masculino. Quanto à autoidentificação étnico-racial, 45,9% se consideram pardos; 36,9% brancos e 17% pretos (IBGE, 2022). Nas eleições de 2022, o município foi registrado como o terceiro maior colégio eleitoral do estado, conforme informações do TSE (2021).

Em relação ao PIB per capita¹⁰ de 2021, foi de aproximadamente R\$18.504,81, no ranking no país em 3.323 de 5570 cidades e no estado de 88º de 92.

Situado na área metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, o município abrange uma extensão de 248.160 km² e é cortado pelas principais rodovias que conduzem ao Norte do Estado: a Rodovia Amaral Peixoto, que se bifurca na RJ-104 e RJ-106, e a Niterói-Manilha, ambas integradas ao sistema BR-101. Isso proporciona um acesso facilitado às demais regiões do país. O município faz limites ao norte e a leste com Itaboraí; ao sul com Maricá; a sudoeste com Niterói; e a oeste com a baía de Guanabara. Essas características posicionam São Gonçalo como um ponto de passagem quase indispensável para importantes áreas turísticas do Estado, como a Região dos Lagos (IBGE, 2022).

De acordo com os dados disponíveis no site da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, o município é formado por 90 bairros e vários sub-bairros, que se originaram, em sua maior parte, do parcelamento de terras que anteriormente eram fazendas, sítios ou chácaras. Se organiza político-administrativamente em cinco distritos, conforme estabelecido pelo Decreto Lei Estadual nº 1.063, datado de 28 de janeiro de 1944. Esses distritos são: São Gonçalo, Ipiíba, Monjolos, Neves e Sete Pontes.

A análise da distribuição demográfica evidencia que o Distrito-sede é o mais densamente povoado, apresentando uma população no ano 2000, quase duas vezes

¹⁰ Resultado da divisão do produto interno bruto de um local pelo número de habitantes desse local. Indica a contribuição média de cada habitante para a formação do produto interno bruto, ou, reciprocamente, a participação média de cada habitante na sua absorção (IBGE Atlas).

superior à do Distrito de Monjolos, que ocupa a segunda posição em termos populacionais.

O município de São Gonçalo enfrenta diversos desafios relacionados ao planejamento urbano, especialmente no que concerne à mobilidade urbana. A cidade carece de políticas públicas específicas que promovam uma mobilidade equitativa, o que tem impactos negativos no desenvolvimento econômico local (Carminatti, 2020). Desde 2023, tem sido elaborado o Plano de Mobilidade Urbana para São Gonçalo, demonstrando a necessidade de modernização e aprimoramento dessas estruturas. Dentre os principais projetos alinhados entre o Governo Estadual e o Municipal destaca-se o MUVI, um corredor exclusivo para ônibus do tipo BRS (*Sistema Bus Rapid Transit*), que passará por 18 bairros do município. Conforme estudos realizados para esse corredor, o BRS consiste em um sistema operacional destinado a aumentar a velocidade e o conforto dos usuários ao oferecer faixas preferenciais para os ônibus, minimizando interferências com o tráfego geral — uma iniciativa inicialmente implantada na cidade do Rio de Janeiro em 2011.

A estratégia desse método baseia-se na otimização do transporte coletivo por meio de corredores prioritários e na implantação de pontos de parada escalonados. Contudo, até a presente data, as obras ainda não foram concluídas, perpetuando os problemas de mobilidade urbana na cidade. Assim sendo, o plano atualmente proposto também prevê melhorias na infraestrutura recreativa local, incluindo a restauração de áreas destinadas ao lazer e a recuperação de espaços públicos voltados ao convívio social, contato com a natureza e atividades recreativas — ações voltadas para elevar a qualidade de vida dos moradores. Entretanto, grande parte dessas intervenções não possui prazos ou datas definidas pela administração municipal.

São Gonçalo exibe um índice de pobreza de 39,86% (2003 - IBGE) em relação à totalidade de sua população. É importante ressaltar que a estimativa populacional e os dados elaborados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) servem como fundamento para o cálculo de indicadores sociodemográficos. Esses dados alimentam as informações dos Ministérios e das Secretarias Estaduais e Municipais, facilitando a implementação e a avaliação de políticas públicas. Aliás, essa estimativa constitui um critério para a alocação de recursos aos Fundos de Participação de Estados e Municípios, os quais financiam diversas iniciativas de políticas públicas.

Dados sistematizados pela Casa Fluminense, por meio do Mapa da Desigualdade Regional de 2023, evidenciam uma série de questões estruturais que afetam o município de São Gonçalo. No que se refere ao saneamento básico, especialmente à coleta e ao tratamento de esgoto, apenas 31,8% da população local possui acesso ao serviço de tratamento. Quanto ao abastecimento de água, 90% da população é atendida. No que tange ao acesso aos serviços de atenção básica do Sistema Único de Saúde (SUS), o índice atinge 51,6% da população gonçalense, percentual consideravelmente inferior à média nacional, que é de 77%. Em relação ao abandono escolar no ensino médio da rede pública, São Gonçalo apresenta uma média de 5,3%, situando-se abaixo da média nacional, que é de 6,5%.

Os dados do Mapa da Desigualdade Regional (2023) também evidenciam informações relevantes sobre a Política de Assistência Social no município. No que se refere à média de famílias inscritas no Cadastro Único e atendidas pelos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), no ano de 2023 indicam que São Gonçalo contabiliza 11.649 famílias acompanhadas por unidade. Esse número ultrapassa significativamente o parâmetro estabelecido pela Norma Operacional Básica do Sistema único de Assistência Social (NOB/SUAS), que prevê o atendimento de, no máximo, 5.000 famílias por unidade, indicando uma sobrecarga na estrutura local de atendimento. Esse dado revela não apenas a elevada demanda por serviços socioassistenciais, mas também a sobrecarga enfrentada pelo equipamento e suas equipes. Refletindo a tensão entre a ampliação das demandas e os limites operacionais imposto pela diretriz de austeridade fiscal do capitalismo.

No que se refere a trabalho e rendimento, os dados do IBGE apontam como população ocupada¹¹, no ano de 2022, 136.864 pessoas, aproximadamente 15,26% dos/as gonçalenses. A Relação Anual de Informações Sociais – Rais, produzida pelo Ministério do Trabalho (2021), destaca que o número de empregos formais registrados no Brasil, em dezembro de 2020, foi de 46.236.176, 1% menor do que no ano de 2019. No estado do Rio de Janeiro, a Rais registrou, no ano de 2020, que o número de empregos formais totalizava 3.767.037, o que representa queda de 4,88% do emprego

11 São classificadas como ocupadas aquelas que na semana de referência, são consideradas pessoas que trabalharam pelo menos uma hora em atividades remuneradas, em troca de dinheiro ou benefícios, ou que ajudaram em atividades econômicas de membros do domicílio, incluindo aqueles temporariamente afastados de seu trabalho remunerado (IBGE Glossário).

formal em relação ao ano anterior, decorrente da perda de 193.328 postos de trabalho, importante destacar que esse período foi marcado pela crise sanitária de Covid-19.

Neste contexto, a Rais fornece um panorama da evolução do emprego por setor da economia de São Gonçalo:

Figura 2 – Empregos formais município de São Gonçalo

	2019	2020	Variação	%
Extrativa mineral	74	82	8	11%
Indústria de transformação	8.424	8.282	-142	-2%
Serviços industriais de utilidade pública	744	832	88	12%
Construção civil	4.810	4.642	-168	-3%
Comércio	31.030	30.243	-787	-3%
Serviços	43.255	37.940	-5.315	-12%
Administração pública	17.360	19.834	2.474	14%
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	69	53	-16	-23%
Total	105.766	101.908	-3.858	-4%

Fonte: TCE/RJ, 2021.

As informações aqui expostas demonstram que os setores de comércio e serviços são os principais responsáveis pela geração de empregos formais no município. Quanto às contratações feitas pela Prefeitura Municipal de São Gonçalo, o TCE/RJ (2021) indica:

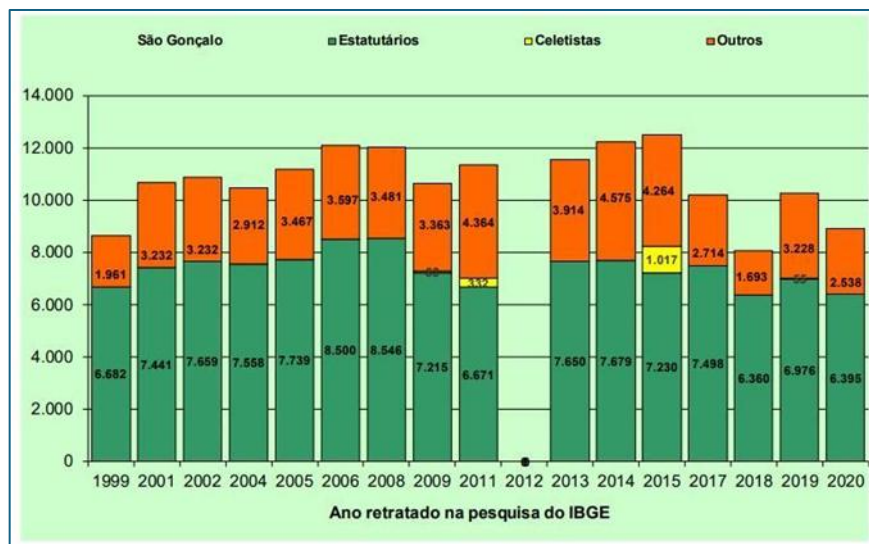
Gráfico 1 - Evolução do número de funcionários do município



Fonte: TCE/RJ, 2021.

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, em 2021, também apresenta dados sobre a contratação dos/as profissionais pela Prefeitura Municipal de São Gonçalo:

Gráfico 2 - Funcionários da administração por vínculo empregatício



Fonte: TCE/RJ, 2021

Essas informações permitem uma visão geral do município de São Gonçalo, evidenciando que a maior parte dos/as profissionais atua nos setores de serviço e comércio. Ademais, em 2020, observou-se redução no número de funcionários da administração pública local, além do aumento na contratação de trabalhadores/as classificados/as como "outros/as", sem que se possa identificar o tipo de contratação.

Dados do Anuário do Tribunal de Contas do Estado (TCE/RJ, 2021)¹² indicam ressalva no município de São Gonçalo pelas formas de contratação profissional na administração pública com mão de obra terceirizada, ou mesmo contratações de pessoas físicas com remunerações formalizadas por meio de recibo de pagamento autônomo, em substituição de quadros oficiais. Este mesmo documento, ainda indica a falta de divulgação da documentação de Prestações de Contas anual do governo.

Compreende-se que os/as profissionais de Serviço Social estão inseridos(as) nesse contexto geral do município. As informações iniciais obtidas sobre o Serviço Social no Estado do Rio de Janeiro revelam que existem 16.850 profissionais registradas/os no Conselho Regional de Serviço Social/CRESS - 7ª Região, o que

¹² Os dados são retirados do anuário de 2021, o único disponível no sítio eletrônico do TCE/RJ.

representa 24,20% dos profissionais da região Sudeste. Ademais, conforme dados do CRESS/RJ, o número de assistentes sociais ativos/as e residentes no município de São Gonçalo/RJ é de 1.333, correspondendo a aproximadamente 08% do total de profissionais do Estado do Rio de Janeiro. Imprescindível informar, que a próxima seção irá aprofundar o debate aqui apresentado. No entanto, apenas com profissionais do município realizando uma análise sobre o mercado de trabalho de assistentes sociais na cidade.

Com relação a sua atual organização político administrativa, o município de São Gonçalo constitui ente essencial da República Federativa do Brasil e integra o Estado do Rio de Janeiro possuindo autonomia política, administrativa e financeira, em conformidade com os princípios determinados na Constituição da República de 1988. Municipalmente é organizada pelo Gabinete do Prefeito e mais 22 secretarias municipais¹³.

Senna (2004, p. 117) sinaliza que o desenvolvimento e a execução de uma política pública específica dependem invariavelmente de um conjunto de preferências e alternativas, que envolvem cálculos estratégicos, seleções e deliberações realizadas pelos múltiplos atores sociais presentes no cenário político. Essas opções, por sua vez, funcionam dentro de um contexto caracterizado pela presença de diversos intervenientes que moldam a dinâmica política local, conferindo elevada complexidade às análises relativas ao processo decisório. Assim sendo, torna-se imprescindível estudar a dinâmica política da esfera local para compreender com maior profundidade o planejamento e o funcionamento dos serviços públicos municipais.

A administração de São Gonçalo, no momento da realização da pesquisa, é conduzida por uma coalizão política de orientação conservadora, cuja influência deixada na cultura política da região é significativa e duradoura. Essa marca é particularmente evidente durante o segundo mandato do Capitão Nelson (2020-2024 / 2024-2028), atualmente filiado ao Partido Liberal (PL).

O governo do prefeito Capitão Nelson integra a base política alinhada ao bolsonarismo. Conforme apontam Araujo e Carvalho (2021), o bolsonarismo promove

¹³ Secretaria Municipal de Administração; de Agricultura e Pesca; de Assistência Social; de Compras e Suprimentos; de Comunicação Social; de Conservação; de Controle Interno; de Desenvolvimento Econômico; de Desenvolvimento Urbano; de Educação, de Esporte e Lazer; de Fazenda; Gestão Integrada e Projetos Especiais; Municipal de Governo; de Habitação; Meio Ambiente e Transporte; Ordem Pública; Políticas sobre Álcool e Drogas; Saúde; Defesa Civil; Turismo e Cultura (São Gonçalo, 2025).

uma combinação de ultraliberalismo, militarismo e reacionarismo político-cultural. No âmbito econômico, há uma recorrente investida contra direitos sociais e uma tendência à postergação da implementação de políticas sociais, refletindo uma dimensão estrutural que demonstra pouco comprometimento com as classes populares. O militarismo encontra eco na administração pública através de um ethos de militarização das ações governamentais. Além disso, essa conjuntura envolve episódios de afronta aos direitos humanos, resistência às pautas feministas, LGBTQIA+, do movimento negro, e manifestações constantes de confronto político principalmente direcionadas às forças da esquerda.

No entanto, de acordo com Oliveira (2022, p. 12) é notável observar como o Capitão Nelson mantém uma proximidade com o ex-presidente, ao mesmo tempo em que preserva traços distintivos de sua habilidade de articulação política, elevando-se a um nível único dentro do bolsonarismo. Diferentemente do ex-presidente, Nelson adotou uma postura de cautela para evitar conflitos públicos que possam comprometer sua imagem. Porém, dá continuidade a uma política de clientelismo, demarcada pela troca de favores, que encontra uma simbiose entre poder Executivo e Legislativo, visto o grande apoio que encontra na câmara municipal.

Outro fator interessante de se analisar, indica Senna (2004, p. 131), é a fragilidade da sociedade civil do município, no que tange à sua estrutura e capacidade de mobilização coletiva, agravada pela contínua diminuição do sentimento de pertencimento de seus habitantes ao território onde residem:

a condição de cidade-dormitório contribuiu sobremaneira para que o município se constituísse, para muitos de seus moradores, apenas como um local para dormir, enquanto que as atividades ligadas a estudo, trabalho, lazer, compras e militância política são desempenhadas em outras localidades, sobretudo na vizinha Niterói, o que certamente dificulta a criação de laços de identidade e mesmo de pertencimento àquele território.

A condição de fragilidade da sociedade civil resulta, entre suas consequências imediatas, na carência ou insuficiência dos mecanismos de controle sobre as decisões governamentais, fato que, por sua vez, impacta negativamente o funcionamento institucional do governo municipal.

O município de São Gonçalo funde a condição periférica com a noção de cidade-dormitório, que apresenta inúmeras expressões da Questão Social. De acordo com dados do Instituto Fogo Cruzado (2024), no primeiro semestre de 2024, São Gonçalo esteve entre os municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro que

mais sofreram com a violência armada. Já os dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), no ano de 2014, apontam que São Gonçalo se encontrava entre os cinco municípios¹⁴ com maior número de habitantes em situação de extrema pobreza.

Segundo Carvalho (2019, p. 46) a periferia se torna um sinônimo de pobreza, considerando os reduzidos índices socioeconômicos das cidades adjacentes ao núcleo metropolitano. Para o autor, “estes indicadores são condicionados pela baixa oferta de empregos qualificados, escassez de saneamento básico e infraestrutura urbana, grande número de moradias inadequadas e um conjunto de equipamentos públicos que reforçam o contraste entre a periferia e o núcleo metropolitano.”

De acordo com Pereira (2020), o século XXI “é o do aumento e da multiplicação das desigualdades e das afrontas aos direitos humanos”, movimento acompanhado mundialmente. Para a autora (2020), há uma deterioração da democracia, evidenciada pelo grotesco abismo entre pobreza e riqueza, bem como pela notável concentração de bens para um número restrito de sujeitos. O que se percebe é o mercado dirigindo as políticas sociais, enquanto o Estado assume um papel secundário diante da avareza capitalista.

A pergunta que intitula este capítulo, se responde através dos dados, longe de ser uma Terra de Malboro - uma terra sem leis - São Gonçalo tem sua condição de município atrelado ao processo de avanço do capitalismo e das expressões da questão social.

Esta seção teve como objetivo destacar aspectos centrais do processo histórico de conformação de São Gonçalo enquanto município periférico, evidenciando sua inserção em uma dinâmica socioespacial marcada pela segregação. Tal configuração condicionou, ao longo das últimas décadas, a estruturação da área metropolitana do Rio de Janeiro. Trata-se de um município com expressiva densidade populacional, profundamente marcado por desigualdades sociais e territoriais, cuja condição periférica não anula sua centralidade dinâmica e sua crescente articulação com a região metropolitana em que se insere.

Conhecer o território se faz necessário para que os dados apresentados na próxima seção sobre o resultado da pesquisa sejam analisados à luz da realidade e

¹⁴ Os outros quatro municípios são: Rio de Janeiro (capital), Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Belford Roxo.

do concreto que representa o território para as(os) profissionais de Serviço Social que possuem como objeto de trabalho as expressões da Questão Social e as políticas sociais como espaço de atuação profissional.

3 O MERCADO DE TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO, RJ

Esta seção tem como objetivo identificar o atual perfil profissional das/os assistentes sociais, atuantes na Prefeitura Municipal de São Gonçalo (PMSG) - RJ e analisar as expressões objetivas do mercado de trabalho profissional, particularmente, por meio das seguintes variáveis: carga horária de trabalho, vínculo contratual, área de atuação e salário.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (mediante parecer consubstanciado do CEP nº 7.488.554) e realizada nos meses de abril e maio de 2025, com contribuição na divulgação e envio do questionário pelas coordenações de Serviço Social, das políticas de Assistência Social, Saúde, Previdência Municipal, Esporte e Lazer. O envio dos questionários ocorreu para os endereços eletrônicos institucionais e em grupos de Whatsapp de profissionais atuantes na PMSG.

O questionário foi estruturado em dois eixos principais e composto por perguntas fechadas e abertas: o primeiro eixo se refere às informações sobre o perfil profissional, incluindo questões relacionadas a gênero, pertencimento étnico-racial, faixa etária, tempo de formação na área de Serviço Social e a natureza da formação, especialização, município e bairro de residência. Já o segundo eixo aborda aspectos relacionados à área de atuação, tempo de experiência profissional, carga horária de trabalho semanal, faixa salarial, vínculo empregatício e se exerce outra atividade laboral.

Recebemos 45 respostas, das quais 42 foram consideradas válidas, visto que 03 respostas não atenderam aos critérios estabelecidos para a pesquisa, quais sejam: por se tratar de uma profissional aposentada; a profissional exerce o trabalho em outro município; e uma assistente social que não trabalha atualmente.

Além disso, a presente autora realizou contato com a Coordenação Geral da Política de Assistência Social Básica e Especial; Coordenação Geral da Rede de Atenção Psicossocial de São Gonçalo, com a responsável pela pasta da Infância e Adolescência; com a Coordenação Técnica do Hospital Luiz Palmier; com profissionais da Maternidade Mário Nijar e da Unidade de Saúde Clínica Municipal Gonçalense - Mutondo.

A partir disso, realizou-se uma sistematização do quantitativo de profissionais de Serviço Social atuantes em instituições públicas, no município de São Gonçalo. Desta forma, esta seção será dividida em 3 subseções: 3.1. “Mapeamento das instituições sociais da Prefeitura Municipal de São Gonçalo (PMSG) com atuação de assistentes sociais”; 3.2 “Quem são as/os profissionais de Serviço Social que trabalham para a Prefeitura Municipal de São Gonçalo, RJ?”, indicando os dados do perfil profissional; e no item 3.3 abordaremos as “Expressões objetivas do mercado de trabalho do Serviço Social: particularidades da Prefeitura Municipal de São Gonçalo”.

Embora não seja possível generalizar os resultados da pesquisa, ao considerar os limites de amostra, reconhecemos que eles permitem produzir importantes análises sobre o perfil profissional das/os assistentes sociais da PMSG, bem como a respeito do mercado de trabalho profissional, evidenciando profundos processos de precarização do trabalho, o que converge com resultados de outras pesquisas, nacionais e locais, a respeito do tema (CFESS, 2022; Moraes et al, 2023; Santos e Manfroi, 2012).

3.1 Mapeamento das instituições sociais da Prefeitura Municipal de São Gonçalo (PMSG) com atuação de assistentes sociais

Esta seção tem o intuito de apresentar um mapeamento das instituições vinculadas à Prefeitura Municipal de São Gonçalo (PMSG) e que, entre os recursos humanos, contam com atuação de assistentes sociais. Justifica-se esta investigação devido a uma das limitações da pesquisa: a dificuldade de identificar o quantitativo total de assistentes sociais atuantes na Prefeitura Municipal de São Gonçalo, RJ.

No Portal da Transparência consta apenas um profissional vinculado à Fundação de Saúde e Assistência ao Servidor. Além disso, contatamos a SG-PREVI¹⁵, que respondeu que precisaríamos buscar tais informações no site oficial da Prefeitura (verificação realizada que não possui o dado).

Diante deste cenário, ao realizar o contato com as coordenações dos serviços públicos, buscou-se contabilizar o quantitativo de assistentes sociais atuantes, na

¹⁵ Instituição responsável pela Previdência Municipal dos Servidores de São Gonçalo.

intenção de compreender como era a organização das secretarias, especialmente nas áreas de saúde, assistência social, educação, previdência social e esporte e lazer, conforme serão apresentadas e analisadas nesta ordem, nos quadros abaixo.

Quadro 1: Quantitativo de profissionais por unidade de saúde em São Gonçalo.

Unidades de Saúde	Profissionais em Serviço Social
HOSPITAL LUIZ PALMIER	15
HOSPITAL RETAGUARDA GONÇALENSE	7
PRONTO SOCORRO INFANTIL	7
MATERNIDADE MÁRIO NIAJAR	10
PRONTO SOCORRO CENTRAL	14
HOSPITAL DO CÂNCER E DO CORAÇÃO	14
CLÍNICA MUNICIPAL GONÇALENSE, UNIDADE COLUBANDÊ	1
CLÍNICA MUNICIPAL GONÇALENSE, UNIDADE MUTONDO	1
CLÍNICA MUNICIPAL DA CRIANÇA	1
CENTROS DE REFERÊNCIA EM AUTISMO	1
FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE AO SERVIDOR (FUNASG)	1
REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (RAPS)	27
TOTAL:	99

Fonte: Da autora (2025).

Para obtenção destes dados, foram buscadas informações com a Coordenação Técnica do Hospital Luiz Palmier, com profissionais da Maternidade Mário Nijar e da Unidade de Saúde Clínica Municipal Gonçalense - Mutondo, além da Coordenação de Saúde Mental do Município. Tentou-se contato com o RH da Secretaria de Saúde, apurando o quantitativo de profissionais, mas não obtivemos retorno. Compreende-se que os dados apresentados fazem parte de uma estimativa, a partir do relato das/os gestoras/es, que especificam o quantitativo de profissionais atuantes e relatam sobre outros equipamentos.

Em relação aos hospitais, que fazem parte da alta complexidade, as unidades hospitalares necessitam de, pelo menos, uma/um assistente social por plantão, cujo regime de trabalho nas unidades Luiz Palmier, Retaguara, Pronto Socorro Infantil e Mario Nijar é por meio de escala de 24h trabalhadas por 72h de descanso. Já as unidades Pronto Socorro, Hospital do Câncer e do Coração são de 12h trabalhadas por 36h de folga. Esses dados foram obtidos em contato com a Coordenação Técnica

do Luiz Palmier e com profissionais de Serviço Social do Hospital Mário Nijar, informações essas colhidas com as coordenações.

No que se refere aos dados relativos as/os profissionais atuantes na área de Saúde Mental, foi estabelecido contato com a coordenação geral por e-mail, além da realização de visita institucional.

No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) possui diferentes níveis de atenção e assistência à saúde. A Atenção Primária à Saúde (APS) é a porta de entrada preferencial do SUS. Já a atenção especializada, que é dividida em atenção secundária (média complexidade, tratamento ambulatorial) e que se refere aos serviços de saúde especializados, inclui consultas com profissionais especializados, exames laboratoriais e procedimentos cirúrgicos de menor porte.

Já a atenção terciária (alta complexidade hospitalar) trata de procedimentos e serviços que demandam tecnologia avançada, elevados investimentos financeiros e equipes de saúde altamente especializadas, visando o manejo de condições clínicas complexas e severas (Brasil; Ministério da Saúde, 2025).

São Gonçalo possui instituições nos diferentes níveis de atenção. Contudo, como não existe uma obrigatoriedade regulamentada pela legislação do SUS a respeito da atuação profissional de assistentes sociais nos equipamentos deste nível de atenção, não é possível verificar a presença de profissionais de forma sistematizada nestes equipamentos.

Em termos de organização do sistema municipal de saúde, o município é subdividido em 5 áreas de Polo Sanitário: Washington Luiz Lopes, Hélio Cruz, Paulo Marques Rangel, Jorge Teixeira de Lima e Rio do Ouro, com a responsabilidade de atender as 107 Unidades Básicas de Saúde presentes na cidade (São Gonçalo, 2025).

Em relação à média complexidade na saúde, existem duas clínicas municipais que ofertam serviços de especialidades, além da Clínica Municipal da Criança, que realiza atendimentos especializados infantil e que, no conjunto, contam com duas assistentes sociais.

Para tratar da alta complexidade, o município dispõe dos seguintes equipamentos:

1) Hospital Luiz Palmier (HLP) - Unidade hospitalar mais antiga do município, que conta com sistema de enfermagem cirúrgica e clínica, emergência psiquiátrica e unidade intensiva (São Gonçalo, 2018);

2) Hospital da Retaguarda Gonçalves - Tem por finalidade atender pacientes que requerem internação hospitalar, porém não necessitam de serviços de urgência e emergência (São Gonçalo, 2023);

3) Pronto Socorro Infantil - Oferta tratamento hospitalar especializado, voltado ao atendimento de urgências e emergências para crianças e adolescentes (São Gonçalo, 2025);

4) Maternidade Mário Nijar - Funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana e dispõe de serviços de cartório, posto do Detran, realizando aplicação de vacinas e conduzindo testes em recém-nascidos (São Gonçalo, 2025);

5) Pronto Socorro Central - Atua com urgências e emergências, no centro de São Gonçalo (São Gonçalo, 2025);

6) Hospital do Câncer e do Coração (HCCOR) - Realiza exames e cirurgias eletivas, de alta complexidade, no âmbito cardiovascular, abrangendo procedimentos cardíacos e oncológicos (São Gonçalo, 2023).

Todas essas unidades somam 67 (sessenta e sete) assistentes sociais em atuação.

Ademais, o SUS prevê aos municípios a execução da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que consiste em uma organização coordenada e integrada de diversos pontos de atenção à saúde, destinados a oferecer suporte às pessoas que enfrentam sofrimento psíquico e apresentam necessidades relacionadas ao uso nocivo de álcool e outras drogas.

A operacionalização desses serviços acontece pelos Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), que são locais que disponibilizam serviços de saúde acessíveis à comunidade, colaborando de forma integrada para atender às demandas relacionadas à saúde mental, abrangendo, especialmente, aqueles/as que lidam com questões provocadas pelo consumo nocivo de álcool e outras substâncias psicoativas (Brasil; Ministério da Saúde - Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, 2025). Conta, também, com equipamentos como: Serviço Residencial Terapêutico (SRT) consiste em residências destinadas ao cuidado e acolhimento de pessoas em grave e persistente sofrimento psíquico, egressas de internações psiquiátricas de longa duração; e as Unidade de Acolhimento (UA), são residências temporárias para pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas em situação

de vulnerabilidade social e/ou familiar e que demandem acolhimento terapêutico e protetivo (BRASIL, Ministério da Saúde - RAPS).

Em São Gonçalo-RJ, o atendimento em saúde mental é ofertado por meio de duas unidades de CAPSI (Centro de Atenção Psicossocial): CAPS II Paulo Marcos Costa e CAPS III Francisco dos Santos Siqueira; e dois CAPS AD para álcool e drogas¹⁶, uma unidade de UA infantil e uma unidade de SRT (CIB, 2023). Estes equipamentos contam com a atuação de 27 (vinte e sete) assistentes sociais.

O município conta, também, com o Centro de Referência em Autismo Maria José da Silva Rodrigues, que oferece intervenções individualizadas, ajustadas às necessidades específicas de cada sujeito e que possui, no quadro profissional, a atuação de um assistente social.

Além das instituições de saúde descritas, o município de São Gonçalo possui uma Fundação de Assistência à Saúde dos Servidores de São Gonçalo (Funasg), que abrange a administração do sistema de saúde dos servidores públicos municipais e de seus dependentes. A instituição cria programas de medicina do trabalho, destinados aos servidores públicos da administração direta e indireta dos Poderes do Município de São Gonçalo, visando implementar a política de saúde estabelecida pelo Poder Executivo Municipal para os funcionários efetivos, aposentados e pensionistas, possuindo um profissional de Serviço Social.

Assim, verifica-se que, na política de saúde, o município conta com equipamentos de diversos níveis de complexidade, no entanto, identifica-se maior inserção das/dos assistentes sociais em instituições vinculadas à alta complexidade.

Segundo Moraes (2020, p. 164), a atuação de assistentes sociais nos hospitais, a exemplo de outras profissões, tem ocorrido em meio a um constante confronto entre

¹⁶ Segundo o Ministério da Saúde: CAPS II: Atende prioritariamente pessoas em intenso sofrimento psíquico decorrente de problemas mentais graves e persistentes, incluindo aqueles relacionados ao uso decorrente de álcool e outras drogas, e outras situações clínicas que impossibilitem estabelecer laços sociais e realizar projetos de vida. CAPS I: Atende crianças e adolescentes que apresentam prioritariamente intenso sofrimento psíquico decorrente de problemas mentais graves e persistentes, incluindo aqueles relacionados ao uso decorrente de álcool e outras drogas, e outras situações clínicas que impossibilitem estabelecer laços sociais e realizar projetos de vida. CAPS ad Álcool e Drogas: Atende pessoas de todas as faixas etárias que apresentam intenso sofrimento psíquico decorrente do uso de álcool e outras drogas, e outras situações clínicas que impossibilitem estabelecer laços sociais e realizar projetos de vida. CAPS III: Atende prioritariamente pessoas em intenso sofrimento psíquico decorrente de problemas mentais graves e persistentes, incluindo aqueles relacionados ao uso decorrente de álcool e outras drogas, e outras situações clínicas que impossibilitem estabelecer laços sociais e realizar projetos de vida.

as necessidades sociais dos sujeitos atendidos e as exigências burocráticas dos serviços, bem como as restrições relacionadas à oferta desses mesmos serviços. Esse debate será aprofundado nos próximos itens, compreendendo que a política de saúde é, historicamente, uma das principais empregadoras de assistentes sociais no Brasil.

Já na Política de Assistência Social, mapeou-se os seguintes dados dispostos no quadro 02:

Quadro 2: Quantitativo de profissionais por setor da Política de Assistência Social em São Gonçalo.

UNIDADES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	Número profissionais em Serviço Social
ATENÇÃO SOCIAL BÁSICA (PSB)	56
ATENÇÃO SOCIAL ESPECIAL (MÉDIA COMPLEXIDADE - PSE)	23
CONSELHO TUTELAR (I, II, III, IV)	4
INFÂNCIA E JUVENTUDE (ALTA COMPLEXIDADE)	15
SUBSECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	5
TOTAL	103

Fonte: Da autora (2025).

A obtenção desses dados se deu pelo contato com a Coordenação da PSE e PSB, além do administrativo da Infância e Adolescência. Além disso, realizamos contato, via e-mail, com a Subsecretaria da Mulher.

A Política de Assistência Social, enquanto política de proteção social, representa uma realidade inédita no contexto do Brasil. Consiste na garantia do acesso a todos aqueles que dela necessitam e sem contribuição prévia. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS, 2005) define uma estrutura organizacional para as ações relativas à política de Assistência Social, levando em consideração a complexidade dos serviços oferecidos. De um lado, encontra-se a atenção social básica e, do outro, a atenção social especial, que compreende serviços de alta e média complexidade.

No município de São Gonçalo-RJ, em conformidade com a legislação, a Política de Assistência Social é subdividida nas áreas descritas no quadro 02 (PSB, PSE, Conselhos Tutelares, Infância e Juventude e Subsecretaria da Mulher). O quantitativo

de assistentes sociais atuantes nesta política (103 profissionais), foi disponibilizado pelas coordenações destas áreas, por meio de consulta realizada por e-mail.

Segundo o Plano Municipal de Assistência Social, de 2022-2025, no contexto da Proteção Social Básica, o município de São Gonçalo dispõe de quinze Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), cuja oferta principal de serviços inclui o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Serviço de Proteção Social Básica no domicílio, destinado às pessoas com deficiência e idosos, conforme estabelecido na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, através da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009.

Ademais, o município dispõe do Centro de Referência LGBTQIA+, que realiza articulação com a rede de serviços para oferecer à pessoa LGBTQIA+ o suporte necessário ao atendimento integral. Segundo informações disponibilizadas na rede social oficial¹⁷, atualmente existem dois assistentes sociais em atuação nesta instituição¹⁸. O quantitativo total de profissionais inseridos na PSB é de 56 (cinquenta e seis) profissionais.

A Proteção Social Especial está subdividida em níveis de Média e Alta Complexidade. A Média Complexidade é composta por 05 (cinco) CREAS (Centros de Referência Especializado de Assistência Social), os quais oferecem suporte e acompanhamento sociofamiliar mediante o PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos); o MSE (Serviço de Proteção Social destinado a adolescentes sob Medida Socioeducativa em Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade); além das ações promovidas pelo PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), totalizando vinte e três profissionais de Serviço Social (Plano Municipal de Assistência Social, 2022-2025).

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade, no âmbito da política de assistência social, compreende os serviços destinados em assegurar a proteção integral de famílias e sujeitos, em circunstâncias de risco pessoal e social,

¹⁷ Link do perfil: <https://www.instagram.com/centrolgbtisg/?hl=pt-br>.

¹⁸ Cabe destacar que este equipamento é um diferencial para a política de pessoas LGBTQIA+. No estado do Rio de Janeiro algumas cidades como Niterói e Campos dos Goytacazes possuem centro de referências, mas são ligados ao Programa Estadual Rio Sem LGBTIFOBIA, que tem como objetivo realizar o acolhimento, acompanhamento psicossocial e jurídico, orientação e garantia ao acesso à direitos básicos. Além disso, promovem capacitações, jornadas formativas e sensibilizam servidores públicos estaduais e municipais. São Gonçalo reconhece a importância do tema e possui seu próprio equipamento.

especialmente aqueles/as cujo vínculo familiar foi rompido ou extremamente fragilizado, com o montante de quinze profissionais de Serviço Social, alocadas nas instituições descritas abaixo (Plano Municipal de Assistência Social, 2022-2025).

Em São Gonçalo, os serviços de acolhimento institucional são compostos por um Serviço de Família Acolhedora, 3 (três) Instituições de Acolhimento destinadas às crianças e aos adolescentes retirados de suas famílias; uma Residência Inclusiva, que é uma modalidade de serviço de acolhimento institucional, destinada a jovens e adultos com deficiência, a partir de 18 anos, que requerem apoio nas atividades diárias e não dispõem de condições para autossuficiência ou suporte familiar (Plano Municipal da Assistência Social, 2022-2025).

Soma-se também um Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), dedicado ao fornecimento de assistência especializada à população em situação de rua, com a finalidade de atuar como um ponto de referência, oferecendo acolhimento, orientação e encaminhamento aos serviços adequados; um Abrigo Santa Rita, que realiza trabalho voltado para mulheres adultas, além do Abrigo Cristo Redentor e do Lar Samaritano, como instituições do terceiro setor conveniadas com a Prefeitura (Plano Municipal da Assistência Social, 2022-2025).

Os Conselhos Tutelares constituem órgãos públicos permanentes e autônomos, com vínculo à Secretaria de Assistência Social. Tem como responsabilidade fundamental a fiscalização do cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes, conforme disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990).

Consistem em assegurar que os direitos dessas populações sejam respeitados e preservados, intervindo sempre que houver situações de risco ou violações desses direitos (Plano Municipal da Assistência Social, 2022-2025). O município dispõe de quatro Conselhos Tutelares, contando com a atuação de um/a profissional de Serviço Social em cada unidade. Essa informação foi obtida através de contato com o coordenador de um dos referidos conselhos.

A Subsecretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, de acordo com o Plano Municipal de Assistência Social de 2022-2025, tem como missão oferecer suporte à administração pública municipal na elaboração, proposição, monitoramento,

coordenação e execução de iniciativas governamentais voltadas à promoção da igualdade de gênero, com o propósito de ampliar os direitos das mulheres.

Também tem o intuito de promover programas que visem à construção da autonomia econômica feminina; implementar ações destinadas ao fortalecimento e à participação das organizações do movimento feminista; além de coordenar políticas de proteção às mulheres em situação de vulnerabilidade.

Segundo o Plano Municipal de Assistência Social, de 2022-2025, a Subsecretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, possui como serviços:

1) Centro Especial De Orientação À Mulher (CEOM) Zuzu Angel - Atua como rede de apoio e acolhimento às mulheres que chegam ao local, a partir de uma equipe multidisciplinar composta por psicólogas, assistentes sociais, advogados e guarda municipal);

2) Feira das Mulheres Empreendedoras - Ocorrem atendendo todos os bairros do município, com exposições de artesanato e opções gastronômicas;

3) Projeto Lidera Mulher - Promove a qualificação feminina, incentivando a criação de negócios próprios por mulheres de São Gonçalo, por meio de oficinas de empreendedorismo, formalização e gestão financeira realizadas pelo Sebrae, com foco na autonomia e fortalecimento do empreendedorismo feminino;

4) Coordenação Igualdade Racial - Busca combater o racismo, preconceito, discriminação, xenofobia e intolerância religiosa, além de reduzir as desigualdades raciais nos aspectos econômico, social, político e cultural;

5) Sala Lilás - Objetiva proporcionar um espaço de atendimento especializado e humanizado às mulheres vítimas de violência física e sexual.

Atualmente, a Subsecretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres conta com 5 (cinco) profissionais de Serviço Social.

Em nossa pesquisa, a Política de Assistência Social é identificada como a maior empregadora de assistentes sociais no município de São Gonçalo, RJ. Dado convergente com outras pesquisas em diferentes regiões do país (Yacoud e Ribeiro, 2007; Ferraz, 2018; Borges, 2015).

Contudo, conforme afirma Faria et al. (2016, p. 251):

No Brasil, as estruturas e ações no campo da assistência vem sendo historicamente marcadas por práticas fragmentadas e descontínuas [...]. Estudos indicam o predomínio de caráter paternalista e assistencialista

destas ações, bem como a reprodução de ações emergenciais que não viabilizam direitos e acabavam apenas por controlar e remediar tensões.

Para as autoras (2016), a trajetória histórica da Política de Assistência Social se caracteriza por uma ambiguidade, tanto no campo político, quanto no conceitual, acompanhada de uma equipe profissional geralmente insuficiente, apresentando consideráveis lacunas teóricas e técnicas, além de evidenciar um processo de desprofissionalização.

Além disso, para Raichelis (2010, p. 751), embora a política de assistência social seja um campo de atuação multiprofissional e interdisciplinar, ela se consolidou, ao longo da história, como uma das principais áreas de mediação do exercício profissional das/os assistentes sociais, sendo reconhecidas/os socialmente como profissionais de referência:

As transformações contemporâneas que afetam o mundo do trabalho, seus processos e sujeitos provocam redefinições profundas no Estado e nas políticas sociais, desencadeando novas requisições, demandas e possibilidades ao trabalho do assistente social no âmbito das políticas sociais. A implantação do Suas e sua rápida expansão por todo o território nacional vem ampliando consideravelmente o mercado de trabalho para os assistentes sociais e demais profissionais atuantes nessa área. Ao mesmo tempo e no mesmo processo, contraditoriamente, aprofundam a precarização das condições em que este trabalho se realiza, considerando o estatuto de trabalhador assalariado do assistente social, subordinado a processos de alienação, restrição de sua autonomia técnica e intensificação do trabalho a que estão sujeitos os trabalhadores assalariados em seu conjunto (Raichelis, 2010, p. 751).

Assim, faz-se importante refletir sobre qual dinâmica e em que condições se insere a/o profissional de Serviço Social no SUAS, compreendendo toda a sua complexidade e desafios.

Em seguida, destaca-se a Política de Previdência Social Municipal, que compreende a administração dos regimes próprios de previdência social (RPPS) dos entes municipais, cujo objetivo é assegurar aposentadorias e pensões por morte aos servidores públicos efetivos. Essa política encontra fundamentação na Constituição Federal de 1988 e em legislação específica, cabendo a cada município estruturar o RPPS, estabelecendo normas para o funcionamento e gestão (Brasil, 2024).

Em São Gonçalo, essa política constitui o SG-PREVI (Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de São Gonçalo), entidade incumbida da administração da previdência dos funcionários públicos municipais, abrangendo o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), bem como a concessão e quitação de aposentadorias e

pensões. Neste Instituto foi identificada a atuação de um profissional de Serviço Social.

De acordo com dados levantados pelo CFESS (2024, p. 48), considerando os espaços socioocupacionais de assistentes sociais, a Previdência Social foi identificada como o sétimo maior campo de atuação de assistentes sociais, atrás de áreas como Assistência Social, Saúde, Educação, Sociojurídico, Docência em Serviço Social e Habitação. É um campo de atuação profissional de grande importância, mediante processos de desregulamentação do trabalho no Brasil e de envelhecimento da população brasileira.

Outra política que se apresenta como espaço ocupacional é a Política de Educação que, de acordo com o CFESS (2022), é um campo emergente de atuação de profissionais de Serviço Social, regulamentado pela Lei nº13.935, promulgada em 2019, em que se determina a presença de psicólogos e assistentes sociais nas escolas públicas, necessitando maiores investimentos dos municípios na contratação dessas/es profissionais.

Foi realizada uma visita institucional à Secretaria Municipal de Educação de São Gonçalo, com o objetivo de obter informações sobre o quantitativo de profissionais de Serviço Social vinculados à pasta. No entanto, o representante do setor de Recursos Humanos, por meio de informação verbal, declarou, no dia 02 de julho de 2025, não possuir dados sobre a presença de assistentes sociais atuando diretamente na SEMED-SG.

Diante disso, a orientação foi que a demanda fosse encaminhada à Subsecretaria Pedagógica. Em contato com o referido setor, foi solicitado o envio do pedido de informação por meio eletrônico. Contudo, até a finalização deste trabalho, não houve retorno quanto à existência ou quantitativo de assistentes sociais inseridos na Política de Educação do município.

Todavia, o site oficial da Prefeitura Municipal de São Gonçalo indica que a inserção do Serviço Social, na educação, aconteceria através do projeto Centro de Inclusão Municipal Hellen Keller (CIM)¹⁹:

¹⁹ Instituição voltada à inclusão social, fundada em conformidade com a Lei 103/2007 no município de São Gonçalo, situado no estado do Rio de Janeiro, em dezembro de 2007. Proporciona suporte pedagógico especializado e humanizado aos estudantes da rede pública municipal de educação. Ademais, presta assessoria às escolas no que diz respeito ao processo de inclusão e ao atendimento pedagógico de alunos com necessidades educacionais especiais, capacitando os professores da rede

O CIM conta com uma estrutura composta por uma equipe multidisciplinar de 68 profissionais, a saber: 1 diretor geral, 1 diretor adjunto, 1 secretário, 3 orientadores educacionais, 3 orientadores pedagógicos, 2 dirigentes de turno, diversos professores com habilitação em Fisioterapia, Fonoaudiologia, Psicomotricidade, Psicologia, Psicopedagogia, Serviço Social, Pedagogia, Atendimento Educacional Especializado – AEE, Educação Física, Arteterapia e Musicoterapia, além de Atendimento Domiciliar e Hospitalar – AED/H (São Gonçalo, 2025).

Mediante essa informação, realizamos contato telefônico com a instituição, que informou não haver assistentes sociais no quadro profissional. Em relação ao descrito no site da prefeitura, a redação gera dúvidas relativas ao termo “professores com habilitação... em Serviço Social”, o que gera o questionamento se são profissionais com outra formação e que também atuam como assistentes sociais, ainda que não sejam identificados no quadro profissional, o que pode apontar para o exercício profissional sem a contratação para tal. Ou, ainda, se é um erro de digitação.

É importante salientar que, apesar de ser uma regulamentação recente em âmbito nacional, a presença do Serviço Social na educação já apresentava significativa relevância, ao se observar dados regionais e internacionais. Conforme Moraes (2022), a educação se configura como o terceiro maior campo de atuação no município de Campos dos Goytacazes, ficando atrás apenas da Política de Saúde e da Política de Assistência Social.

Ademais, o município de Nova Iguaçu (RJ) promoveu, recentemente, um concurso público para a contratação de assistentes sociais para atuação na Política de Educação. Segundo Moleda (2019), na Argentina a área da educação é uma das que mais absorve assistentes sociais. Sem respostas oficiais sobre a participação de profissionais de Serviço Social, há um dado alarmante sobre o município de São Gonçalo.

Por fim, compreendendo que lazer e esporte fazem parte de um direito do cidadão e que a Prefeitura se organiza com projetos voltados ao esporte na comunidade, realizou-se contato, via e-mail, com a Secretaria de Esporte e Lazer, que tem como objetivo promover políticas públicas que incentivem estilos de vida saudáveis entre os habitantes gonçalenses, através da implantação de programas de exercícios físicos, esportes e atividades recreativas.

Estabelece-se como uma referência na realização de práticas esportivas e de lazer no município, sobretudo pelo compromisso com a melhoria da qualidade de vida dos/as residentes gonçalenses. Contudo, não obtivemos resposta ao e-mail enviado. Ao realizar contato telefônico com a Secretaria, foi informado não possuir assistentes sociais no quadro profissional.

A necessidade desse levantamento decorreu da insuficiência de informações oficiais, disponibilizadas por meio do portal da transparência e do sítio eletrônico da prefeitura. Por essa razão, a coleta desses dados foi realizada de forma individualizada, considerando cada equipamento e contando com as respostas da maioria das coordenações e dos/as servidores/as da instituição.

No total, verificamos cerca de 203 assistentes sociais atuando no município, sendo 50,7% na Política de Assistência Social; 48,7% na Política de Saúde e 0,6% na Previdência Municipal. Cabe destacar que é possível que existam profissionais de Serviço Social em exercício em outro campo de atuação, que não foi previsto nesse trabalho, uma vez que foram privilegiadas políticas reconhecidas como campos de atuação profissional.

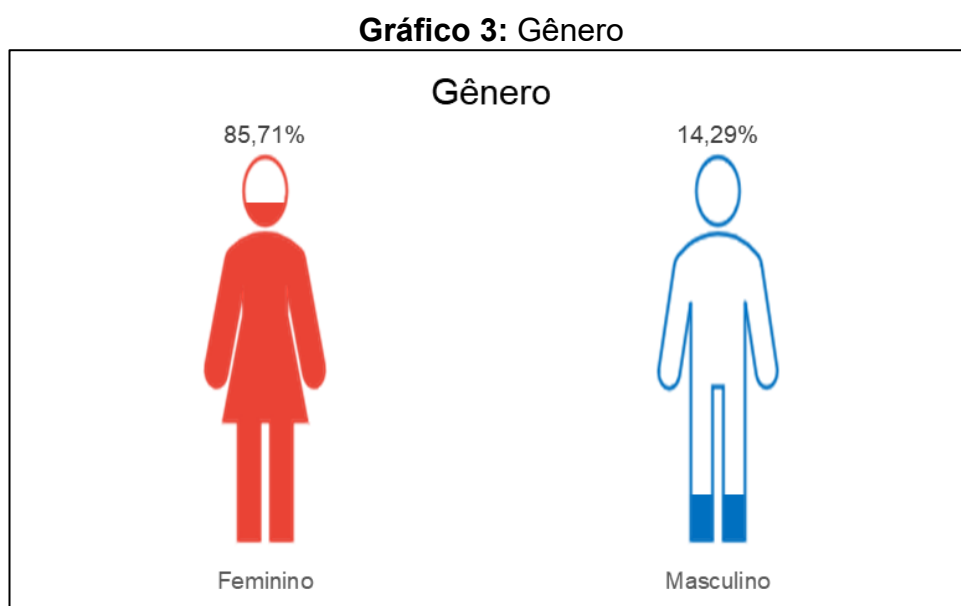
É notória a maior inserção profissional na Política de Assistência Social, seguida pela Política de Saúde, o que converge com os dados nacionais, publicados no ano de 2024, pelo CFESS. Não obstante, a dificuldade de respostas de alguns equipamentos e a falta de dados oficiais relativos ao quantitativo de assistentes sociais reafirmam a importância de pesquisar o mercado de trabalho profissional, com ênfase no mapeamento das políticas sociais municipais. Mediante tais dados, nos próximos itens abordaremos o perfil profissional das assistentes sociais e algumas expressões do mercado de trabalho profissional, com o recorte na atuação na Prefeitura Municipal de São Gonçalo.

3.2 Quem são as/os profissionais de Serviço Social que trabalham para a Prefeitura Municipal de São Gonçalo, RJ?

Esta seção objetiva identificar o atual perfil profissional das assistentes sociais, atuantes na Prefeitura Municipal de São Gonçalo, considerando as seguintes variáveis: gênero, pertença étnico-racial, faixa etária, estado civil, filiação, local de moradia, formação profissional e participação cívico política. Para tanto, contou com

a validação de 42 questionários, respondidos pelas assistentes sociais na PMSG, que representa 20,6% do quantitativo total mapeado e apresentado no item anterior.

No que diz respeito ao gênero, do universo de 42 profissionais, 85,7% das/os participantes se identificam com o gênero feminino, enquanto 14,3% das/os respondentes se reconhecem com o masculino, como aponta o gráfico 3. Ademais, não foram registradas respostas relacionadas às identidades não-binárias.



Fonte: Da autora (2025)

Os dados divulgados pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), em setembro de 2022, abordam o perfil das/os profissionais de Serviço Social no ano de 2019, em todo o território brasileiro. A pesquisa contou com a participação de 41.083 profissionais e aponta a predominância da identidade feminina na profissão. Os dados nacionais refletem a realidade observada no âmbito municipal. Contudo, o CFESS (2022) ressalta que os registros mais recentes indicam mudanças lentas e dispersas na ampliação do número de sujeitos que se identificam com o gênero masculino e com outras expressões de gênero.

No que concerne à predominância de mulheres, é fundamental salientar que a identidade feminina, relacionada à atividade profissional, reconhece as disparidades e a desvalorização atribuídas ao trabalho desempenhado por mulheres (Moraes, 2022, p. 245). Há um amplo debate na academia acerca da dupla jornada de trabalho

feminina, que envolve o cuidado com a família, a manutenção do lar e o desempenho de atividades laborais, fora do ambiente doméstico.

A pesquisa desenvolvida pelo Instituto Data Popular, SOS Corpo e Instituto Patrícia Galvão, para compreender o cotidiano das mulheres brasileiras, indica que, apesar da expansão do mercado de trabalho para mulheres e do aumento dos níveis de escolaridade na primeira década do século XXI, os padrões familiares continuam sendo reproduzidos, evidenciando que a maioria das respondentes não compartilha as tarefas domésticas com seus parceiros (Costa, 2014). Para Costa (2014, p. 9), essa realidade tem estado:

[...] imune à mudança, a injusta distribuição entre os sexos do tempo gasto em afazeres domésticos permaneceu intocada na última década. As mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelos cuidados com a casa, com as crianças, com os idosos e os doentes.

Essa condição está intrinsecamente relacionada ao Serviço Social, ensejando reflexões acerca das consequências enfrentadas por essas mulheres que, diariamente, vivem em uma sociedade patriarcal²⁰.

Outro levantamento pertinente ao perfil profissional é à pertença étnico-racial: 43% se autodeclararam brancas, 38% pardas e 19% pretas, não possuindo outras respostas. Ao considerar o somatório de pretas e pardas, verifica-se o quantitativo de 57% negras.

Os dados apresentados convergem, nos primeiros índices, com os publicados pelo CFESS (2022, p. 30), ao apontar que entre as assistentes sociais brasileiras, 50,34% se auto identifica como preta/negra/parda; 46,98% brancas; 1,85% amarelas; 0,32% indígenas; e 0,51% outras. O CFESS reconhece que o termo “negra” abrange tanto as pessoas pretas quanto as pardas, porém, empenha-se também em distinguir separadamente a proporção daquelas que se autodeclararam como “pardas”, tendo em vista o debate vigente acerca da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012).

Além disso, ressalta que:

²⁰De acordo com Narvaz e Koller (2006) o patriarcado constitui uma configuração de organização social na qual as relações são orientadas por dois princípios fundamentais: primeiramente, as mulheres ocupam uma posição hierárquica inferior em relação aos homens; em segundo termo, os jovens encontram-se subordinados hierarquicamente aos homens mais velhos. A supremacia masculina, promovida pelos valores patriarcais, conferiu maior valor às atividades desempenhadas pelos homens em detrimento daquelas atribuídas às mulheres; além disso, legitimou o controle sobre a sexualidade, os corpos e a autonomia feminina; por fim, estabeleceu papéis sexuais e sociais nos quais o masculino detém vantagens e prerrogativas específicas.

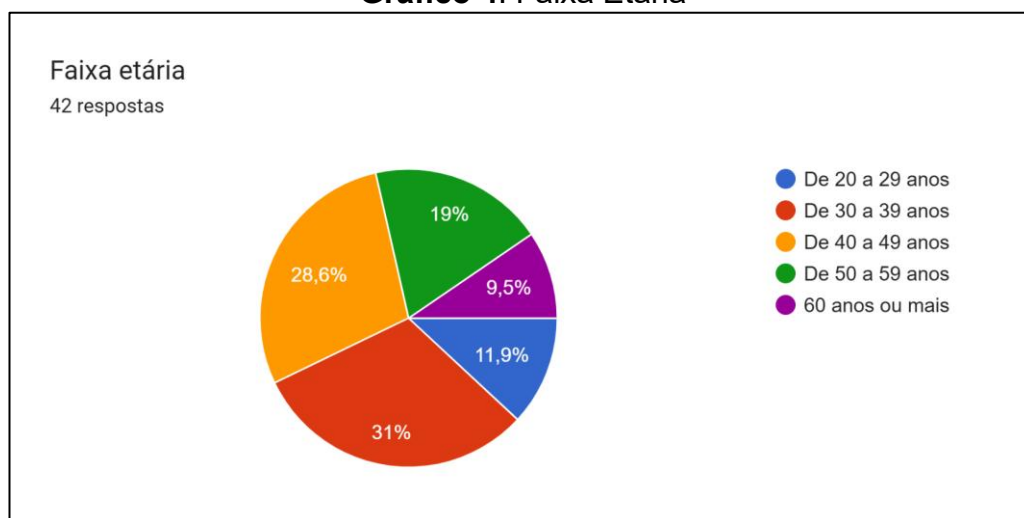
É importante refletir sobre as origens dessa classificação étnico-racial e sua repercussão na hierarquização das relações sociais que reverberam até os dias atuais. Segundo Quijano (2005), no processo de colonização, os europeus (brancos) foram definidos como naturalmente superiores, e os demais povos, negros, índios e mestiços, como inferiores. Assim, a partir dessas novas 'identidades', foram estabelecidas hierarquias sociais, papéis e funções associadas ao par dominador/dominado, legitimando as relações de dominação colonial (CFESS, 2022, p. 31).

Apontando que as maiores proporções de profissionais, autodeclarados negros ou negras, estão em unidades federativas fortemente vinculadas ao processo de colonização brasileira, como é o caso da Bahia, com 23,71%, e do Rio de Janeiro, com 21,03% (CFESS, 2022, p. 33) .

Reis (1996, 2019) e Costa (2020) apresentam uma análise centrada nesses dois estados, salientando que, durante o período colonial, essas regiões mantêm um elevado número de escravizados devido à sua importância como portos marítimos de entrada, durante aquele tempo. Nesse contexto, os autores relacionam essa trajetória às redes de apoio e resistência construídas naquelas cidades, cuja finalidade era possibilitar à população negra a prática de suas religiões e a constituição de ambientes que preservam suas identidades culturais e diversidade.

Na busca por traçar o perfil profissional das assistentes sociais de São de Gonçalo, identificou-se à faixa etária dessas/desses profissionais, conforme consta no gráfico 4:

Gráfico 4: Faixa Etária

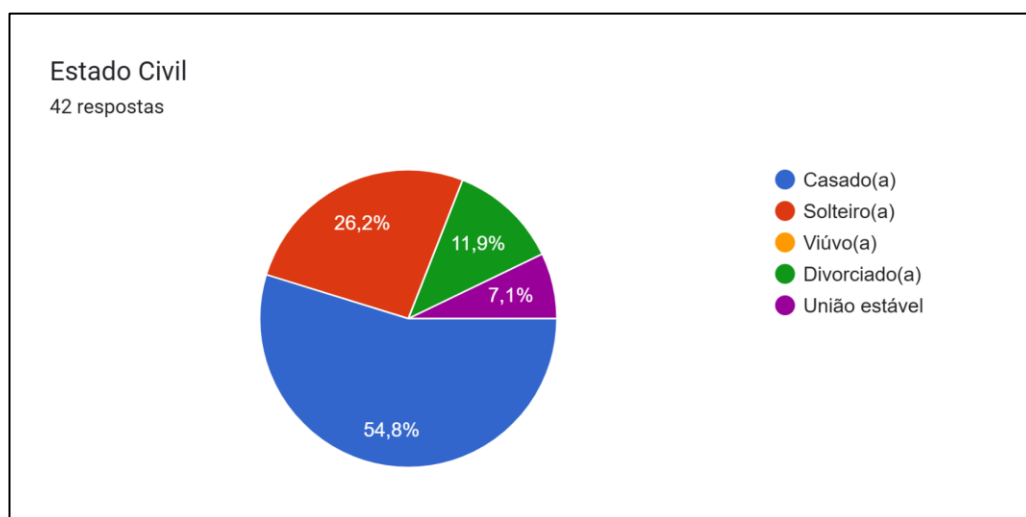


Fonte: Da autora (2025)

O gráfico aponta a predominância de mulheres na idade reprodutiva do trabalho, ainda que quase 10% possuam faixa etária acima de 60 anos.

Em relação ao estado civil, observamos no gráfico 5:

Gráfico 5: Estado Civil

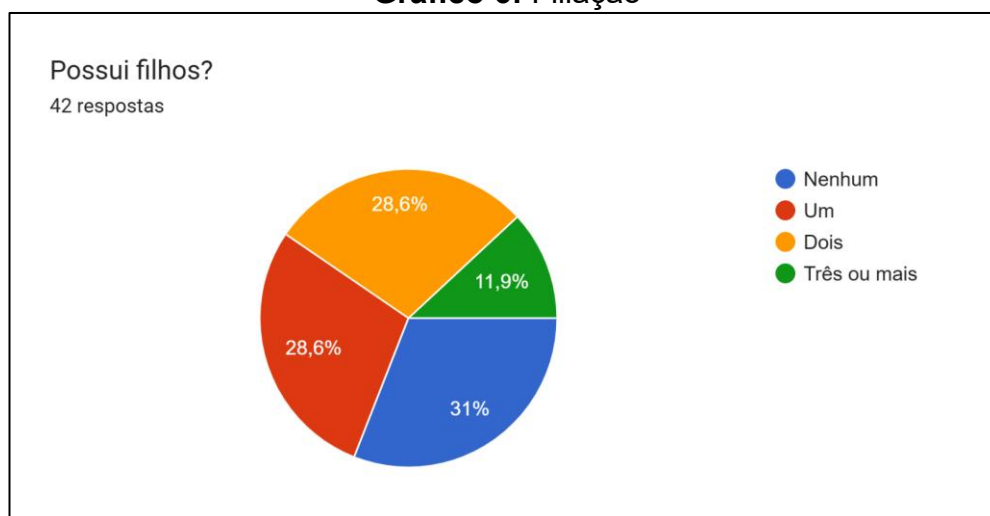


Fonte: Da autora (2025)

Os resultados demonstram que a maioria das profissionais está casada ou em união estável, em que, somados os casos, alcançam aproximadamente 62% da amostra.

A respeito de filhos, verificamos os dados registrados no gráfico 6:

Gráfico 6: Filiação



Fonte: Da autora (2025)

Ainda que com pequena diferença, é expressiva a quantidade de profissionais sem filhos. Dados do IBGE (2024) indicam que, no período de 2000 a 2023, a taxa de fecundidade no Brasil diminuiu de 2,32 para 1,57 filho por mulher, uma projeção que sugere nova redução para aproximadamente 1,44 até o ano de 2040, momento em que alcançará o seu nível mínimo. Paralelamente, a idade média da população brasileira atingiu 35,5 anos em 2023 e deve aumentar para cerca de 48,4 anos até o ano de 2070.

A pesquisa do CFESS (2022, p. 25) abordou essas mudanças e indicou que a presença simultânea de desemprego, o aumento das disparidades de gênero e a ausência de serviços públicos destinados ao cuidado infantil, impõem uma carga considerável às mulheres, sobretudo em relação à manutenção da reprodução social. Essa análise se soma ao encontro do perfil identificado, majoritariamente composto por mulheres, casadas e em idade reprodutiva de trabalho.

Dando sequência à análise, foi questionado o local de moradia, identificando que 81% residem no município de São Gonçalo, enquanto 19% reside em outros municípios, tais como Rio de Janeiro, Niterói e Maricá.

Em relação ao quantitativo de profissionais residentes em São Gonçalo, foram sistematizados 28 bairros diferentes²¹, desde bairros centrais, até outros mais afastados do centro e/ou em condições mais precarizadas, como Jardim Catarina, Itaúna e Marambaia.

Em relação aos 19% residentes em outros municípios²², optou-se por aprofundar a análise dos dados, com o intuito de compreender se essas teriam condições de trabalho mais favoráveis, justificando a sua mobilidade até o município. Verificamos que 50% têm o vínculo de estatutário, com faixa salarial de 4 a 5 salários mínimos; 37% são vinculadas a um cargo comissionado, RPA, com faixa salarial de 1 a 2 salários mínimos; e 13% são celetistas, com faixa salarial entre 2 a 3 salários mínimos.

²¹ Todos os Bairros da Pesquisa: Alcântara, Antonina, Boa Vista, Camarão, Centro, Coelho, Colubandê, Galo Branco, Itaúna, Jardim Catarina, Laranjal, Marambaia, Maria Paula, Nova Cidade, Pacheco, Paraíso, Porto do Rosa, Porto Velho, Raul Veiga, Rocha, Santa Catarina, São Miguel, Sete Pontes, Trindade, Vila Lage e Vista Alegre.

²² Os outros municípios envolvem: Niterói, município limítrofe de São Gonçalo, atualmente a Secretaria de Assistência Social de São Gonçalo localiza-se a 5km do Centro de Niterói; o município do Rio de Janeiro aparece com bairros como Parada de Lucas (possui 43 km de distância de São Gonçalo) e Freguesia (possui 47 km de distância de São Gonçalo); por último aparece Maricá que também é uma região limítrofe a São Gonçalo.

Além disso, questionamos a respeito da participação em atividade cívico-política, em que 62% das/dos assistentes sociais respondentes indicaram não participar, seguido de 21% que atuam em atividades religiosas²³, 7% apontaram participar de Conselhos de Direitos ou de Políticas Sociais, 7% de Movimentos da Categoria (CFESS, CRESS, ABEPSS) e 3% de Partidos Políticos.

Ao analisar as respostas das/os 62% assistentes sociais que declaram não participar de atividade cívico-política, verificamos que 38,5% possuem outro vínculo de trabalho, 53,8% são casadas e 73% possuem filhos. Esses dados podem indicar a existência de múltiplas jornadas de trabalho, por parte destas mulheres, o que pode representar um fator limitante quanto à inserção em atividades cívico-políticas.

Destaca-se, ainda, que o segundo maior percentual é em relação à participação em atividades cívico-políticas de natureza religiosa. Ao observar as respostas dessas profissionais, verifica-se que 77,7% são casadas e 66,6% possuem filhos.

É importante salientar que, desde 2014, o Conjunto CFESS/CRESS discute de que maneira a religião tem atuado como um obstáculo e, ao se manifestar na rotina laboral das/os assistentes sociais, infringe o direito à liberdade religiosa dos usuários, os quais podem se sentir constrangidos ao revelarem aspectos de suas vidas, que possam contrariar os princípios religiosos da/o profissional responsável pelo atendimento.

Ainda orienta à categoria a não utilização de símbolos religiosos em instrumentos e técnicas empregados no exercício profissional. Em dados mais recentes do CFESS (2024), a maioria das/os assistentes sociais se declara católica, seguida pela religião evangélica, espírita e outras. Ademais, as/os que não possuem nenhuma religião ocupam o sétimo percentual na pesquisa.

Bonfim (2011) examina a repercussão da formação moral brasileira, no cotidiano de trabalho das/os assistentes sociais na contemporaneidade. Além disso, identifica a ausência de compreensão adequada acerca das atribuições e competências profissionais, bem como uma maior capilarização de valores ético-

²³É importante salientar que São Gonçalo, assim como outros municípios do Estado do Rio de Janeiro, mantém uma significativa ligação com diversas manifestações religiosas, sendo por alguns estudiosos (Brown 1985; Aguiar *et al*, 2022) considerado o berço da umbanda. Ao mesmo passo, desde a década de 1980, observa-se um crescimento do pentecostalismo concomitante à crise econômica do município, resultando em um aumento na participação religiosa na política local, reflexo da entrada dos pentecostais na arena política nacional. Além da forte presença do catolicismo, o município é reconhecido pela realização do maior e mais tradicional desfile de Corpus Christi da América Latina.

políticos dentro da categoria, os quais são influenciados pela fragilidade do preparo profissional e por valores morais de caráter conservador, propagados por uma sociedade capitalista.

O perfil delineado, até o momento, composto predominantemente por mulheres negras, casadas, residentes em São Gonçalo e que demonstram algum envolvimento com atividades cívico-políticas de natureza religiosa, contribui na análise do próximo aspecto, referente à formação profissional em Serviço Social.

3.2.1 Anos de contrarreforma: formação profissional de assistentes sociais atuantes na PMSG, RJ

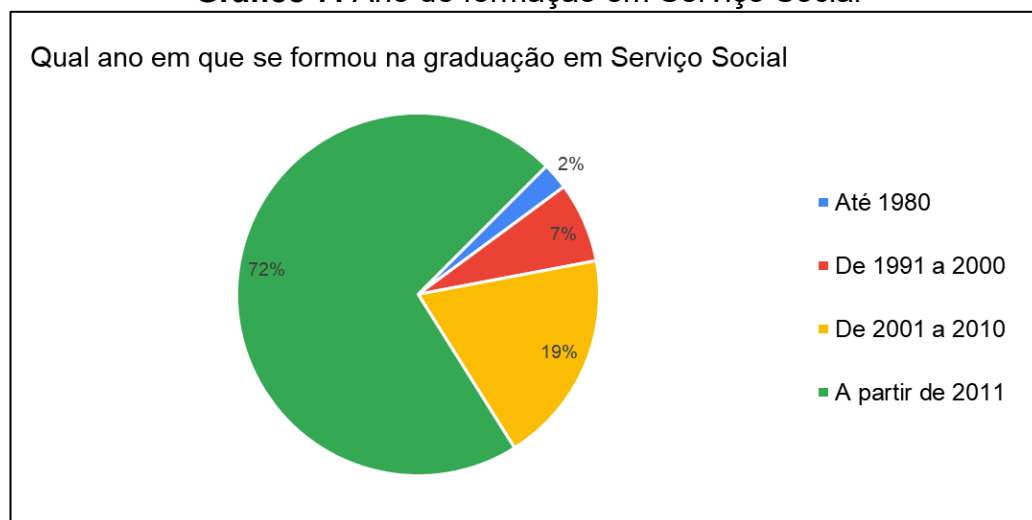
Neste item, abordaremos as informações referentes à formação acadêmica das/os assistentes sociais participantes da pesquisa. No Brasil, o Serviço Social é uma profissão regulamentada pela Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, a qual dispõe sobre a obrigatoriedade da obtenção do diploma em curso de graduação em Serviço Social, reconhecido oficialmente pelo Ministério da Educação (MEC), emitido por instituição de ensino superior existente no país, registrada junto ao órgão competente. Ademais, a denominação “Assistente Social” é exclusiva daquelas/es que possuem a habilitação, conforme previsto na legislação vigente.

De acordo com Azevedo (2024), o Serviço Social, que teve as origens como uma profissão alinhada ao capitalismo, desde o Movimento de Reconceituação, especialmente o que Netto (1999) denomina de “intenção de ruptura”, configura-se como uma profissão voltada hegemonicamente à defesa da classe trabalhadora e à construção de uma nova ordem societária.

Nesse processo de defesa, já há um conflito evidente entre a profissão e o sistema capitalista. Com a ascensão da face neoliberal, a categoria profissional enfrentou (e continua enfrentando) as contrarreformas neoliberais do ensino superior, que investiram (e investem) vigorosamente contra as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social de 1996. As dimensões profissionais teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, defendidas no Projeto Ético-Político Profissional, são duramente atacadas, seja por questões ideológicas e éticas ou, ainda, pela não valorização merecida da profissão.

Esses desafios estão postos na formação e no trabalho profissional e, para isto, os dados relativos as/os profissionais do município de São Gonçalo são relevantes. Diante disso, no gráfico 7, observa-se o ano de formação em Serviço Social das profissionais atuantes em São Gonçalo:

Gráfico 7: Ano de formação em Serviço Social



Fonte: Da autora (2025)

A maioria das respondentes indica ter se graduado em Serviço Social a partir de 2011 e, além disso, não se registraram respostas de profissionais graduadas entre 1981 a 1990.

Com isso, cabe sinalizar a reestruturação que o Brasil realiza no ensino superior. De acordo com Gerardi (2021), durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), houve a implementação das diretrizes do Banco Mundial voltadas ao Ensino Superior nos países em desenvolvimento, incluindo o Brasil.

A partir desse período, passou a ser evidenciada a necessidade de maior flexibilidade na integração entre ensino, pesquisa e extensão, resultando em uma diversidade de iniciativas voltadas tanto ao ensino presencial nas instituições públicas quanto privadas, quanto ao ensino a distância nos setores público e privado.

Conforme dispõe o Ministério da Educação (MEC), a modalidade de Ensino a Distância (EAD) caracteriza-se por uma estrutura na qual estudantes e docentes encontram-se separados, seja em termos físicos ou temporais, tornando imprescindível a adoção de recursos tecnológicos e de comunicação para viabilizar o processo educativo. Essa modalidade encontra respaldo em legislação própria e é passível de implementação tanto na educação básica (incluindo programas de jovens

e adultos, na formação técnico-profissional de nível médio) quanto na educação superior.

O MEC, em decreto nº 12.456/2025, indica que a oferta de Educação a Distância (EaD) constitui uma estratégia fundamental para ampliar e facilitar o acesso ao ensino superior em um país de dimensões continentais como o Brasil. A política, além de abordar a disponibilização de cursos presenciais, institui uma nova modalidade de oferta, o semipresencial, e determina que as atividades on-line, sejam elas síncronas ou assíncronas mediadas (aulas interativas realizadas a distância em tempo real), façam parte integrante do Ensino a Distância. Como também, definiu a vedação de oferta EAD em alguns cursos²⁴ (medicina, direito, enfermagem, odontologia e psicologia) que deverão ocorrer, exclusivamente, no formato presencial.

Entretanto, o debate sobre a expansão e desregulamentação do ensino, especialmente, o superior, é analisado há alguns anos pela área e suas entidades representativas. Segundo Costa (2018) na década de 2000, as universidades públicas enfrentaram um processo de profunda reestruturação, especialmente após a implantação do programa Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), que promoveu a criação de novas universidades e diversos campi universitários, contribuindo para a ampliação significativa das vagas disponíveis em cursos de graduação e pós-graduação em universidades públicas.

Nesse cenário, sob a justificativa de promover a democratização do acesso, a reorganização do sistema universitário, embora responda às demandas concretas por educação superior, também atende às novas exigências de ampliação da reprodução do capital. Dessa forma, um caráter contraditório também favorece a hegemonia burguesa e prioriza a lógica da produtividade.

Durante o governo de Dilma Rousseff (2011-2016), houve esforços para ampliar e democratizar o acesso ao ensino, mas há a continuação da política de privatização da educação superior, consolidando uma contrarreforma nesse setor (Costa, 2018). Lógica esta que se intensifica no Governo Michel Temer (2016-2018) com o documento “Uma ponte para o futuro” que, de acordo com Lima (2019), possuía como

²⁴Os demais cursos da área da Saúde, assim como as licenciaturas, não poderão ser oferecidos na modalidade a distância, devendo ser disponibilizados exclusivamente em formatos presencial ou semipresencial.

pauta política o aprofundamento das políticas relativas ao pagamento de juros e amortizações da dívida pública, em detrimento do financiamento público das ações governamentais; as desvinculações das receitas da União, especialmente aquelas destinadas às despesas de saúde e educação públicas; bem como a contrarreforma da Previdência Social, na qual se aprova a Emenda Constitucional nº 95/2016, congelando os gastos públicos por 20 anos; revogou-se a obrigatoriedade de vincular as despesas com Saúde e Educação à receita líquida da União; o governo também tornou indisponíveis os ajustes nos salários dos servidores públicos e a realização de concursos públicos. Dessa forma, por um período de duas décadas, independentemente do número populacional ou das crescentes demandas sociais, os investimentos nas áreas de Saúde e Educação permaneceram iguais aos valores praticados em 2017.

Em relação ao Governo Bolsonaro (2018-2022), para Gerardi (2021), o programa Future-se deixa clara a intenção do governo de não assumir a responsabilidade pela educação superior pública, ao mesmo tempo em que direciona o avanço do conhecimento às organizações sociais e ao mercado, negligenciando a dimensão da educação enquanto direito social e tratando-a como uma mercadoria.

Desta forma, evidencia-se investimento na educação privada, em uma lógica mercantilista, na qual podemos pensar o curso de Serviço Social inserido nessa dinâmica. Segundo Santos (2012) os cursos de Serviço Social, oficializados pelo Ministério da Educação (MEC), experimentaram um crescimento de 500% entre os anos de 1998 e 2012, destacando a severidade do procedimento de privatização e mercantilização do ensino superior, caracterizado pelo crescimento sem avaliação prévia das condições de infraestrutura e corpo docente dos cursos privados nas mais variadas áreas.

De acordo com Pereira et al (2025), no curso de Serviço Social observou-se uma rápida ampliação no número de matrículas, especialmente após a implementação dos cursos disponibilizados na modalidade a distância. Os dados apontados pelas autoras demonstram que a partir do ano de 2012 registra-se maior quantitativo de concluintes na modalidade EAD do que formado em cursos presenciais, tanto particular quanto público. Informações fornecidas pelas autoras indicam que, em 2022, a modalidade EAD apresentava 9.556 concluintes, os cursos presenciais privados 3.196 e os presenciais públicos 2.130 concluintes.

Na particularidade da pesquisa, verificamos em relação a natureza da formação das/dos respondentes, que 50% possuem formação pública com Caráter Presencial; 38% Particular com Caráter Presencial e 12% particular com Caráter à Distância, ou seja, metade dos respondentes se formaram em instituições privadas.

Este dado torna-se relevante, à medida que São Gonçalo se localiza geograficamente próxima às cidades de Niterói e Rio de Janeiro que, ao total, compreendem 5 universidades públicas com formação presencial (Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro), referência para formação de Serviço Social tanto na graduação e, com exceção da UNIRIO, na pós-graduação stricto sensu. O Estado do Rio de Janeiro possui o maior número de instituições de Ensino Superior públicas em Serviço Social do Brasil.

Em relação a pós-graduação, as respostas obtidas apresentam que 79% possuem alguma modalidade de pós-graduação e 21% não possuem. Neste caso, é imprescindível revisitar as indagações relativas à ampliação do ensino a distância. Pesquisa realizada pelo Instituto Semesp em 2023, revela que, aproximadamente 173 mil cursos de especialização estavam em funcionamento no Brasil, dos quais 54,2% eram oferecidos na modalidade a distância. Essa proporção representa um incremento de 479% em comparação a 2019. Tal tendência tem se mantido mesmo após o encerramento do período pandêmico de COVID-19, que obrigou as instituições de ensino a adaptarem-se ao formato on-line. Além disso, deve-se destacar que, o crescimento na procura por cursos EAD no país não ocorreu, exclusivamente, devido às medidas de isolamento social durante a pandemia, mas também foi impulsionado pelo menor custo associado a essa modalidade de ensino.

O Serviço Social acompanha um movimento nacional de expansão das graduações e pós-graduação, especialmente no modelo à distância. Há quase 20 anos, Iamamoto (2007, p. 36) já apontava que:

Esse crescimento exponencial traz sérias implicações para o exercício profissional, as relações de trabalho e condições salariais por meio das quais se realiza. Pode-se antever, já no curto prazo, um crescimento acelerado do desemprego nessa área, visto que dificilmente a oferta de postos de trabalho poderá acompanhar, no mesmo ritmo, o crescimento do contingente profissional, pressionando o piso salarial e estimulando, no curto prazo, a precarização das condições de trabalho e a insegurança do trabalho. A hipótese é que o crescimento do contingente profissional, ainda que reflita a

expansão do mercado de trabalho especializado, poderá desdobrar-se na criação de um exército assistencial de reserva. Isto é, um recurso de qualificação do voluntariado no reforço do chamamento à solidariedade em um ambiente político que estimula a criminalização da questão social e das lutas dos trabalhadores e o caráter assistencial das políticas sociais, como já salientado.

Assim, para a autora (2007), a crescente expansão pode significar a deterioração da qualidade do ensino universitário, promover o fortalecimento de mecanismos ideológicos que propiciam a submissão dos/as profissionais às "normas do mercado", resultando em um processo de despolitização da categoria, o qual é agravado pelo isolamento decorrente do ensino remoto e pela ausência de experiências coletivas na vida universitária.

Nesta mesma publicação, ela ainda destacou que:

O estímulo à graduação a distância é um recurso para a ampliação da lucratividade das empresas educacionais – este sim o seu objetivo maior – a que se subordina a qualidade do ensino e da formação universitária. É isto que permite vislumbrar, como faces de um mesmo processo, a precarização do ensino e do trabalho profissional. Essa tendência é compatível com premissa de que o ‘mercado’ – leia-se o capital – é portador da racionalidade sociopolítica e o agente principal do bem-estar da República. Importa salientar que aqui não se trata simplesmente de uma recusa ingênua da tecnologia do ensino a distância, o que atesta a iniciativa deste curso. O problema está no contexto de privatização do ensino superior em que ocorre o ensino graduado e sua incidência em um curso universitário de caráter teórico-prático que exige estágio supervisionado e que tem uma relação direta com a vida cotidiana dos sujeitos com que se trabalha (Iamamoto, 2007, p. 37).

Para Azevedo (2024, p. 55):

[...] com aproximadamente 242 mil assistentes sociais com registro no Brasil, diante do número exponencial de formações em IES privadas presenciais e EAD, é necessário ser acompanhado e investigado se a hegemonia do Serviço Social e os valores profissionais do Projeto Profissional ainda se mantêm consolidados, em especial após a forte onda de conservadorismo (o bolsonarismo) que assolou (e assola) o país. Entendemos que diante de um hipercapitalismo que se agiganta mais e mais, no campo material e imaterial, as nações estão tendo as subjetividades de seus sujeitos sucumbidas progressivamente devido à consolidação de plutocracias, isto é, um modelo de sociedade em que quem detém maior quantidade de renda é quem a comanda ou a controla, inclusive por meio da educação.

Sendo assim, é pertinente pesquisar, refletir e questionar sobre o impacto da formação profissional na categoria, e assim contribuir para uma formação crítica, com tripla competência - teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política - defendida pela categoria por meio de suas entidades organizativas, especialmente a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Ao pensar

o mercado de trabalho de Assistentes Sociais, é necessário considerar que a expansão de cursos de graduação tornou-se um nicho profissional para a contratação de profissionais bacharéis como professores ou tutores, movimento que necessita de estudos mais aprofundados sobre o tema.

Diante disso, os dados aqui trabalhados constataam a maioria feminina entre as respondentes, residentes no município de São Gonçalo, metade se formaram em universidades públicas, e outra metade instituições privadas, o que demonstra consonância com o perfil nacional. Tais elementos foram considerados relevantes para abordar, na próxima seção, as expressões do mercado de trabalho do Serviço Social na Prefeitura Municipal de São Gonçalo, RJ.

3.3 Expressões objetivas do mercado de trabalho do Serviço Social: particularidades da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, RJ

Esta seção analisa os dados da amostra respondente em relação as expressões objetivas do mercado de trabalho do Serviço Social, com recorte para as/os profissionais atuantes na Prefeitura Municipal de São Gonçalo, RJ, por meio das seguintes variáveis: carga horária de trabalho, vínculo contratual, área de atuação e salário.

No que diz respeito às áreas de atuação, 62% correspondem à Política de Assistência Social, enquanto 38% atuam na Política de Saúde. Não foram registradas respostas relativas às áreas da educação, esporte, previdência municipal ou outros possíveis setores de atuação. Acredita-se que, essa maioria de respostas vinculada à atuação na Política de Assistência Social, além de convergir com os dados apresentados na primeira seção deste capítulo, pode ter sofrido alguma influência da colocação da presente autora nesta Política, na Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

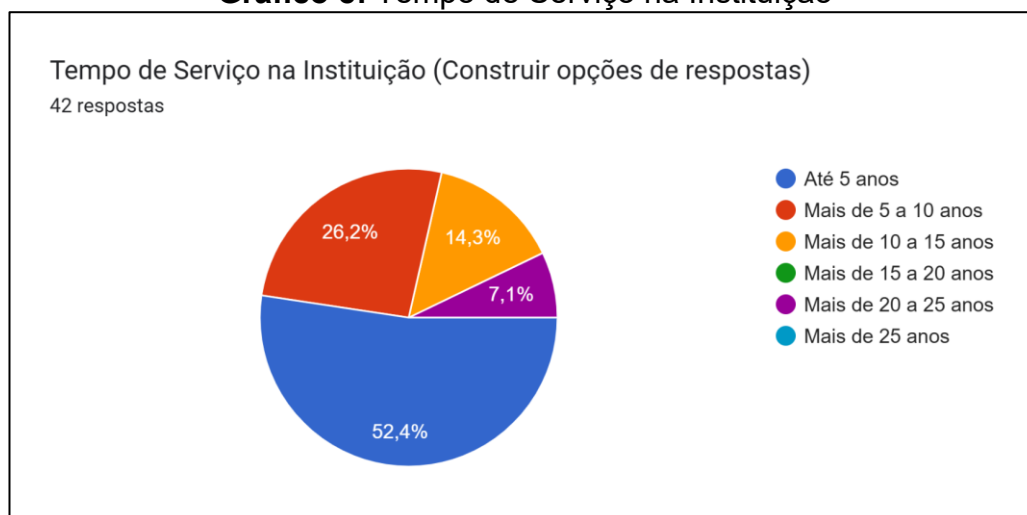
Como apontado no item 3.1, a Política de Assistência Social vem se consolidando como o principal campo de atuação do Serviço Social no Brasil, desde a aprovação das Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993 e da implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005, seguido pela Política de saúde, que até o início dos anos 2000, foi apontada como a principal área de atuação profissional.

Para Faria et al (2016), as análises da política de Assistência Social no âmbito municipal precisam passar os seguintes pontos:

Na realidade municipal, os desafios tangenciam a qualidade técnica nas gestões, perpassadas pelo primeiro-damismo, que por sua vez, tende a perpetuar interesses clientelistas no âmbito público, e reforçar a cultura dos favores; alta rotatividade profissional, caracterizando a prefeitura como locus de empregabilidade para eleitores de políticos locais em detrimento do funcionário concursado; além de outros fatores identificados que engendram um reduzido quadro técnico para operar a política; um pífio financiamento à proteção básica e pouco compromisso com as ferramentas de controle social (Faria et al, 2016, p. 252)

Além disso, em relação ao tempo de serviço nas instituições públicas do município de SG, verificamos conforme o gráfico 8, o seguinte:

Gráfico 8: Tempo de Serviço na Instituição



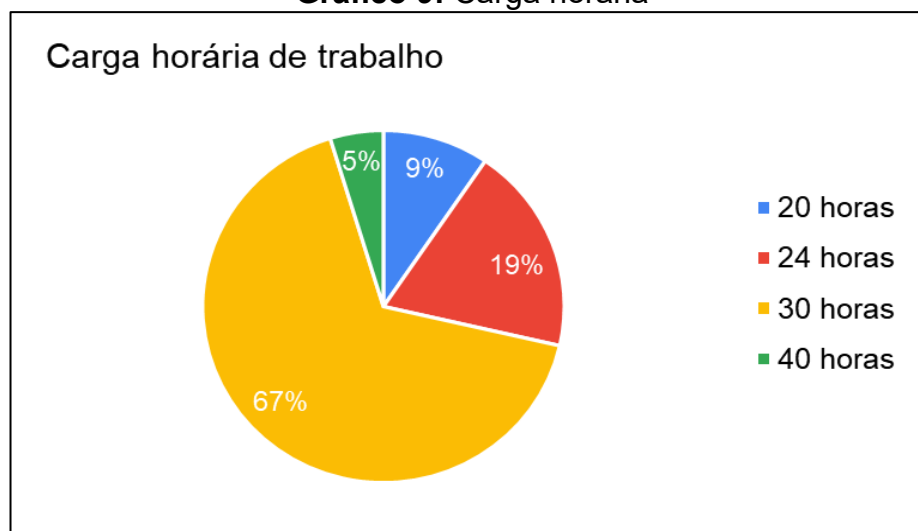
Fonte: Da autora (2025)

Observa-se que grande parte das/os profissionais estão inseridas/os até 5 anos, seguido de mais de 5 a 10 anos no Serviço.

Quando analisado as/os profissionais que estão inseridos “até 5 anos de Tempo de Serviço”, observa-se que 95% são contratadas no formato RPA (Recibo de Pagamento Autônomo) ou afirmam não possuir vínculos. Dado este que poderia indicar a rotatividade profissional devido a forma de contratação, conforme também apontado por Faria et al anteriormente (2016) e que será aprofundado mais à frente.

No que se refere à carga horária de trabalho, o gráfico 9 apresenta os resultados:

Gráfico 9: Carga horária



Fonte: Da autora (2025)

De modo geral, os dados referentes à carga horária de trabalho revelam elementos significativos. Observa-se o cumprimento da Lei nº 12.317/2010, que estabelece a carga horária máxima de 30 horas semanais para assistentes sociais. No entanto, 5% das respondentes informaram atuar sob regime de 40 horas semanais. A análise desse grupo indica que, em sua maioria, trata-se de profissionais que ocupam cargos de gestão ou que mantêm mais de um vínculo empregatício.

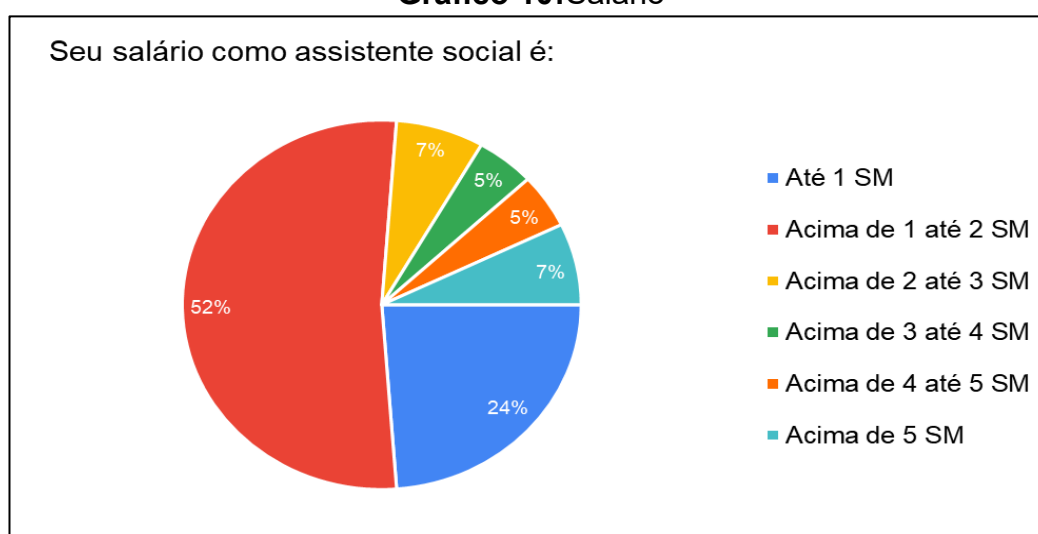
Cabe problematizar que, com a incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), há um processo de intensificação do trabalho, conforme discutido na primeira seção deste estudo. Para Guerra (2023), com o desenvolvimento das forças produtivas, a constante inovação na maquinaria moderna e as transformações profundas na estrutura sociotécnica do trabalho, os serviços e as políticas sociais passam a ser influenciados pela implementação das novas TICs:

Notam-se mudanças significativas no *modus operandi* e na instrumentalidade do trabalho profissional. A introdução de instrumentos informatizados regidos por critérios que visam o aumento da produtividade não apenas altera a dinâmica, o ritmo de trabalho, sua intensidade, e leva ao enxugamento dos recursos humanos quanto, especialmente, retira das profissionais a possibilidade de exercer sua autonomia técnica com competência e criticidade, criatividade e compromisso. O que temos visto é que essa racionalidade tecnológica e algorítmica tem colocado as diferentes disciplinas profissionais a serviço da acumulação/valorização do capital, visando à aplicação de um conjunto de conhecimentos ou princípios direcionados à produtividade, de modo a reduzi-las a meras técnicas ou tecnologias sociais (Guerra, 2023, p. 11).

Desse modo, o trabalho invade a vida doméstica do trabalhador, demandando a sua atuação em dias e horários não previstos para as atividades laborais, desmobilizando a luta coletiva e incentivando a lógica da produtividade exacerbada.

O gráfico 10 aborda uma dimensão central para a categoria profissional: a questão salarial. Os dados evidenciam que, no município de São Gonçalo, RJ, a média salarial das assistentes sociais encontra-se, majoritariamente, na faixa de até dois salários-mínimos.

Gráfico 10: Salário



Fonte: Da autora (2025)

Entre as/os 24% das respondentes que declararam receber até um salário-mínimo, observa-se que 90% atuam na Política de Assistência Social, enquanto 10% estão vinculadas à Política de Saúde. Além disso, verifica-se que 100% desse grupo foram contratadas por meio de Recibo de Pagamento Autônomo (RPA) ou possuem contrato por tempo determinado.

A pesquisa do CFESS (2022, p. 62) indica que nas novas modalidades de ingresso e contratação de trabalhadores e trabalhadoras nas esferas municipal, estadual e federal, observa-se que os níveis salariais mais baixos e precários são aqueles praticados por meio de contratos temporários e de prestação de serviços, que, geralmente, se situam na faixa de 1 a 3 salários-mínimos.

Ao final do questionário, em espaço destinado para possíveis comentários das respondentes, o relato de um(a) assistente social contratado(a) por Recibo de

Pagamento Autônomo (RPA), revelou, possui remuneração líquida aproximada à de um educador social. A hipótese é que o rebaixamento salarial na área de Serviço Social, articulado à precarização da formação profissional, configura uma estratégia de aprofundamento da tecnificação dos postos de trabalho profissionais, o que segundo Moraes, Senna e Moleda (2025) parece impactar na profissionalidade do Serviço Social, não apenas no contexto brasileiro, mas também argentino.

Entre as profissionais que recebem acima de 5 salários-mínimos, examinou-se que todas são mulheres, estatutárias, trabalhadoras da Política de Saúde e com mais de 10 a 15 anos de tempo de serviço na instituição, possuem algum tipo de especialização e 66% dessas não possuem vínculos com outra instituição.

De acordo com o CFESS (2022, p. 122), a pesquisa realizada em 2019, à nível nacional, apura uma significativa predominância das(os) assistentes sociais que possuem apenas um vínculo empregatício, com rendimento na faixa salarial, em sua maioria (86,7%), entre R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00. Quando analisado as/os profissionais que têm mais de um vínculo empregatício (2, 3 ou 4 vínculos), a faixa de remuneração mais incidente é exatamente a mesma de quem tem apenas um vínculo. Logo, para o CFESS (2022, p. 122) “o que se destaca é que o rebaixamento salarial se apresenta de forma categórica entre as/os respondentes, pois mesmo quando trabalham para mais de um empregador, em mais de um local, a/o profissional não tem sua renda total aumentada.”

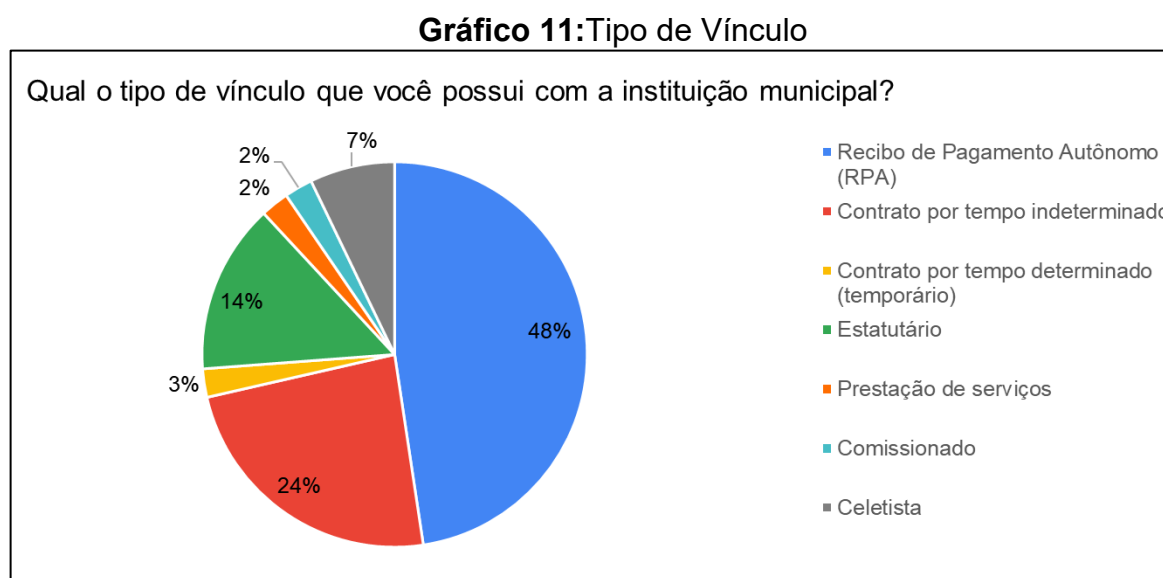
Na realidade de São Gonçalo, as profissionais que indicam possuir a maior faixa salarial, em sua maioria, não apresentam acúmulo de vínculos e sim um vínculo mais estável. Para o CFESS (2022), os dados nacionais demonstram um processo de rebaixamento do nível salarial e deterioração das condições econômicas da categoria profissional, o qual se insere em um contexto mais amplo de precarização e degradação das condições de vida da classe trabalhadora, mesmo considerando que assistentes sociais integram o segmento das/os profissionais qualificados, com formação universitária (graduação).

Nesse contexto, observa-se um panorama no qual os/as profissionais vinculados/as às instituições públicas enfrentam, de forma progressiva, a ampliação do número de contratos temporários e a redução das garantias trabalhistas, resultado do processo de implementação do projeto neoliberal no país, cuja influência também se reflete nas condições laborais, que tendem a se agravar. Iamamoto (2006, p. 186)

argumenta que a compatibilidade entre o mercado de trabalho e a formação profissional constitui uma condição essencial para a sobrevivência da categoria profissional. Nesse sentido, o/a assistente social, enquanto integrante da divisão sociotécnica do trabalho, torna-se dependente da comercialização de sua força de trabalho para garantir sua subsistência.

Como já dito anteriormente, as relações no mundo capitalista perpassam as relações de poder e a transformação de tempos em tempos de como Capital, Estado e sociedade se desenvolvem. Na razão neoliberal a intenção não consiste em diminuir a atuação do Estado, mas sim em impor uma lógica de privatização à sua estrutura, sujeitando-o às regras da competição, à redução de despesas e ao direcionamento dos recursos públicos para fins privados. Essa transformação é guiada pela racionalidade instrumental, em oposição à racionalidade pública (Dardot e Laval, 2016). Se historicamente trabalhar para alguma instituição pública era sinônimo de segurança, boa remuneração, isso ao longo do tempo, vem se transformando, com maior incidência na esfera municipal.

No que se refere ao tipo de vínculo, o gráfico 11 apresenta o resultado encontrado relativo à São Gonçalo:



Fonte: Da autora (2025)

Quando questionados em relação ao vínculo de trabalho com a Prefeitura Municipal de São Gonçalo, a maioria aponta para o Recibo de Pagamento Autônomo (RPA). Evidencia-se a variedade de modalidades de contratação, incluindo respostas

como "RPA sem contrato, apenas pagamento", "contrato por tempo indeterminado" e "comissionado". Contudo, todas essas denominações apontam para a ausência de formalização da contratação perante a prefeitura, bem como para a inexistência de vínculo para profissionais que mantêm uma relação direta com a Prefeitura Municipal de São Gonçalo.

Destaca-se que o RPA constitui uma forma de remuneração praticada por indivíduos que realizam atividades autônomas, ou seja, sem estabelecer um vínculo empregatício convencional. Em substituição ao contrato de trabalho clássico, que assegura direitos trabalhistas, o/a trabalhador/a é remunerado/a diretamente mediante emissão de um recibo, sem a necessidade de formalizar uma relação jurídica regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), prática altamente utilizada no Estado do Rio de Janeiro²⁵.

De acordo com o CFESS (2024, p. 58), a realidade brasileira indica a predominância de contratação de profissionais de Serviço Social por meio de concurso público ou seleção simplificada, no entanto, não deve mascarar as tendências emergentes no mercado de trabalho profissional tanto no setor público quanto no setor privado, as quais afetam as modalidades de ingresso e de vínculos contratuais, refletindo a nova configuração do trabalho e da classe trabalhadora, incluindo assistentes sociais.

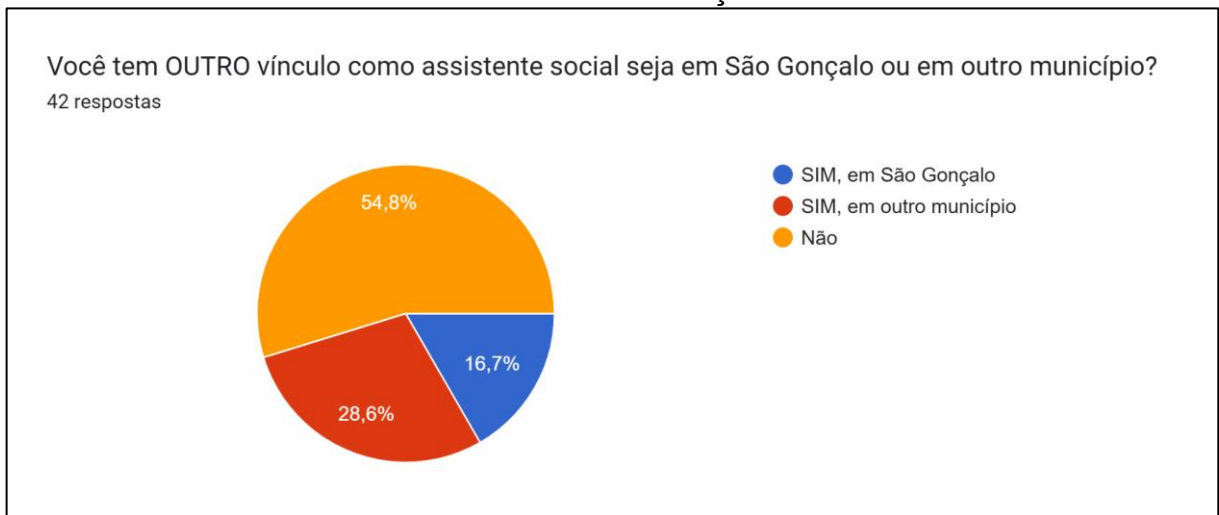
[...] observa-se que está em plena consolidação, na administração pública brasileira, a dinâmica crescente de apropriação privada dos processos de gestão e execução de serviços sociais públicos por empresas prestadoras de serviços sociais, em busca de novos espaços de rentabilidade financiados pelo fundo público. O que introduz por dentro das instituições públicas, relações tipicamente empresariais, que modificam as formas de seleção, contratação e gestão da força de trabalho profissional, padronizando e

²⁵ Cabe destacar que o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) em dezembro de 2024, implementou restrições à contratação por meio dessa modalidade, decisão essa que impactou prefeituras, órgãos estaduais e outras entidades públicas fluminenses. O TCE-RJ identificou uso indevido do Recibo de Pagamento Autônomo (RPA), especialmente na contratação de serviços fixos e permanentes sob a aparência de empregados, porém sem assegurar os direitos trabalhistas previstos na legislação. A recentíssima determinação proibiu o emprego do RPA em quatro contextos específicos: primeiramente, na prestação de serviços contínuos ou regulares, isto é, aqueles cuja execução ocorre de forma frequente e não esporádica; em segundo lugar, quando há subordinação direta do trabalhador ao contratante, corroborando uma relação empregatícia; em terceiro lugar, na imposição de horários fixos ou na necessidade de controle de ponto por parte da Administração Pública, circunstância que também caracteriza vínculo empregatício; por fim, quando o pagamento efetuado é realizado de forma fixa e periódica, como salário mensal, e não com base em tarefas específicas. De acordo com o TCE-RJ, essas medidas têm por objetivo resguardar os direitos trabalhistas e impedir que a administração pública contorne as normas legais vigentes. Assim sendo, sempre que a contratação envolver serviço regular e contínuo, deve ser formalizada de modo a garantir todos os direitos assegurados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

prescrevendo conteúdos e formas de processamento do trabalho de assistentes sociais e demais trabalhadores/as das políticas públicas. É esta situação que os dados desta pesquisa revelam, reforçando as mesmas tendências encontradas na pesquisa do cadastramento (CFESS, 2024, p. 59).

Além disso questionou-se se as(os) profissionais possuíam outro vínculo profissional, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 12: Outra vinculação laboral



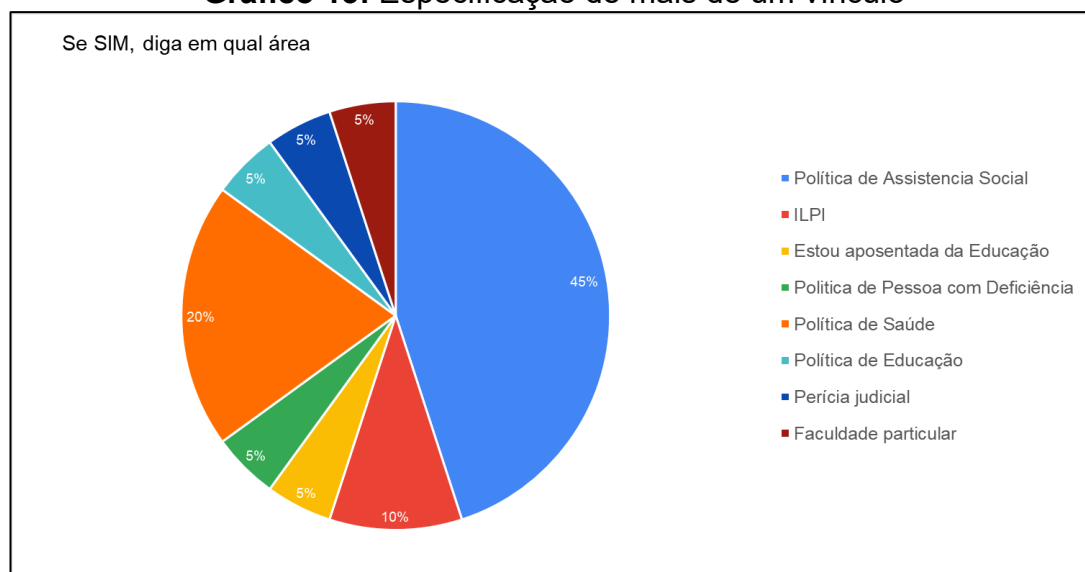
Fonte: Da autora (2025)

A partir da análise do gráfico, observa-se que as profissionais que possuem outro vínculo, seja no município de São Gonçalo ou em outras localidades, correspondem, juntas, a aproximadamente 45,3% das respostas. Ao analisar esse grupo, observa-se que 89,5% são mulheres, 68,4% casadas ou em uma união estável e 73% possuem filhos.

Ao observar com maior atenção o grupo de assistentes sociais que não apresentam nenhum outro vínculo profissional, 52% vão desenvolver paralelamente outra ocupação que não seja o Serviço Social e 91,6% possuem contratos ou contratadas na modalidade RPA.

Quando analisadas as respostas sobre em qual área de atuação seria o outro vínculo profissional em serviço social, encontram-se respostas em relação a diversas áreas:

Gráfico 13: Especificação de mais de um vínculo



Fonte: Da autora (2025)

A maior parte das(os) respondentes ressalta que o segundo vínculo está ligado à Política de Assistência Social e, em seguida, à Política da Saúde, áreas de tradicional atuação de assistentes sociais. Entretanto, é importante ressaltar a inserção profissional em instituições, tais como: Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), geralmente privadas ou vinculadas ao terceiro setor. Em nossa análise, o crescimento dessas instituições está ligado ao envelhecimento populacional que, de acordo com o último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a parcela da população composta por idosos corresponde a 15,7%, apresentando crescimento em relação a 2012, ocasião em que essa faixa etária representava 11,3% do total populacional (Brasil, 2022).

A resposta "Faculdade Particular" está relacionada ao processo anteriormente mencionado, que consiste na expansão do ensino privado nos níveis de graduação e pós-graduação. Ademais, representa um nicho profissional que necessita aprofundar debate em novos estudos.

Há o registro de atuação na "Perícia Judicial" que se trata de uma nova requisição do meio sociojurídico. A finalidade da perícia consiste em esclarecer os aspectos técnicos relacionados a uma causa. O perito, enquanto especialista na área avaliada, baseia as suas conclusões em sua experiência e no conhecimento técnico especializado, é nomeado por um Juiz, recebendo por cada perícia realizada e não

possuindo vínculo de trabalho com o Tribunal de Justiça. A atuação como perito tem sido difundida pela mídia e redes sociais, vinculada à lógica do empreendedorismo e reconhecida como alternativa para conquistar renda extra.

Em relação as/os respondentes que afirmam possuir vínculos em outros municípios, observa-se com maior frequência Niterói e Araruama, e que, juntas, correspondem a 66% das respostas. Em incidência menor, aparecem os seguintes municípios: Nova Iguaçu, Itaguaí, Nilópolis e Rio de Janeiro, representando 33% das respostas.

A presença de Niterói era esperada devido à proximidade entre as cidades, no entanto municípios como, Araruama (localizado a 92 km de São Gonçalo), tem como respostas profissionais que moram em São Gonçalo e viajam para trabalhar em outro município. Destas, 75% dessas são profissionais com contrato ou pela modalidade RPA.

Em relação às respostas que contemplam a cidade de Nilópolis (localizada 57 km de São Gonçalo) são de profissionais que não residem em São Gonçalo e são estatutárias, igual a respostas que indicam outro vínculo em Itaguaí (localizada 93 km de São Gonçalo) e que também não residem em São Gonçalo e apresentam vínculo estatutário. Já em Nova Iguaçu (localizada a 57 km de São Gonçalo), há profissionais que residem em São Gonçalo e têm vínculo por contrato ou pela modalidade RPA, assim como na cidade do Rio de Janeiro (localizada a 35 km de São Gonçalo), em que profissionais com outro vínculo também residem em São Gonçalo e trabalham por contrato ou pela modalidade RPA.

Os dados aqui apresentados podem indicar que combinado a vínculos precários, diante de rebaixamento salarial das assistentes sociais atuantes na PMSG, a atuação em outras ocupações tem sido necessária para a garantia da sua sobrevivência. Para Santos (2018, p. 73), ao pensar essas novas relações de trabalho

podemos deduzir que estamos diante de uma lógica de mercadorização das políticas sociais, das relações de trabalho, enfim, da própria vida, que abarca o conjunto dos trabalhadores, inclusive os assistentes sociais. Dessa forma, desvelar os mecanismos ocultos de acumulação do capital que se concentram na expropriação do trabalho e da própria vida dos trabalhadores é, portanto, um imperativo no Serviço Social. Esta realidade incide no projeto ético-político do Serviço Social, o qual propõe não resguardar apenas o exercício profissional dos assistentes sociais, mas também define um claro compromisso com os interesses da classe trabalhadora, estando, portanto, em uma relação antagônica com o projeto societário hegemônico.

É importante destacar que, enquanto integrantes da divisão social, sexual, racial e técnica do trabalho, os/as assistentes sociais encontram-se igualmente suscetíveis às mudanças decorrentes da ofensiva neoliberal. Martins (2022) observa que a ampliação do mercado de trabalho do Serviço Social durante os primeiros anos do século XXI, aliada às normas de flexibilização, tende a resultar em uma significativa precarização em alguns postos de trabalho, o que transcende as diferenças relacionadas ao regime de contratação, à carga horária e à remuneração.

No questionário, perguntamos se os/as profissionais desempenham outra ocupação, que não fosse o Serviço Social e 60% das(os) respondentes apontaram que “não”, já 40% disseram que “sim”. Dentre as respostas sobre atuar em outras áreas, as justificativas apontaram para o empreendedorismo, trabalho com vendas de cosméticos e alimentícios, voluntariado em projeto social e ocupações no terceiro setor.

Nesta seção, é imprescindível retomar as análises efetuadas na seção inicial deste estudo, conforme afirmado por Dardot e Laval (2016), de que a lógica neoliberal não irá apenas adequar um modelo de Estado, toda a sociedade passa a ser entendida como um “mercado”, no qual cada sujeito funciona como uma “empresa” em constante competição. Essa nova racionalidade torna-se, então, o elemento mediador de todas as relações sociais; assim seria o sujeito neoliberal.

Esse sujeito neoliberal deve adequar-se à atual configuração do Estado-empresarial, na qual previdência, saúde, educação e lazer são considerados bens de consumo disponíveis aos cidadãos sob a condição de liberdade de escolha e aquisição, bem como lidar com o desemprego estrutural persistente, a deterioração das condições de trabalho, das relações de produção e das interações sociais decorrentes.

Essa situação implica na normalização do risco individual, atribuindo aos indivíduos a responsabilidade pelas consequências de suas decisões, além de promover a transformação dos sujeitos em empreendedores de si próprios. Por outro lado, essa mesma lógica demanda que o indivíduo neoliberal esteja em constante superação, demonstrando flexibilidade para acompanhar as transformações impostas pelo mercado, ajustando-se às incessantes alterações na demanda e assumindo perpetuamente os riscos envolvidos.

As respostas das assistentes sociais vêm indicando que pouquíssimas profissionais pesquisadas não possuem um outro vínculo ou uma outra ocupação, sugerindo a intensificação do fenômeno de precarização do mercado de trabalho dos assistentes sociais atuantes na Prefeitura Municipal de São Gonçalo. Indicando que a lógica mercadológica avança e faz parte da realidade profissional.

3.3.1 “Faço de tudo um pouco”: o Serviço Social no rastro do avanço do neoliberalismo

Nesta seção analisamos respostas que tratam de temas, tais como: o impacto do vínculo no trabalho profissional, obtendo as justificativas das/dos profissionais.

Inicialmente, no questionário perguntamos se o vínculo de trabalho causa impacto no trabalho profissional. Para 74% das respondentes “sim”, enquanto 27% responderam não causar, a pergunta solicitava uma justificativa e registrou-se respostas como:

O vínculo estatutário me dá segurança e tranquilidade para construir projetos pessoais e profissionalismo de longa duração (Respondente 02, 2025).

A segurança do vínculo traz mais autonomia no exercício profissional e liberdade para reivindicar melhorias (Respondente 04, 2025).

Por outro lado, verificamos as seguintes justificativas relacionadas à insegurança do trabalho:

Em SG os vínculos são fragilizados por intervenção política, o que interfere diretamente na forma de conduzir o trabalho (Respondente 07, 2025).

O vínculo precário e o baixo salário demonstram claramente a falta de importância que nosso trabalho com os mais invisibilizados da sociedade tem. Trabalho sem repasse para o INSS, não possui fundo de garantia, direito a férias, do pouco salário que recebo ainda preciso tirar minha passagem. Meu espaço de trabalho é sucateado. É muito difícil fazer um trabalho de excelência nessas condições, mas a cada dia tento que essas coisas influenciam o mínimo no meu atendimento. Infelizmente nem sempre é possível (Respondente 08, 2025).

As respostas apontam que a fragilização do vínculo, sem garantia de direitos trabalhistas, articulada ao sucateamento das condições de trabalho e as interferências político-partidárias, impactam diretamente no trabalho profissional, podendo provocar alterações nas finalidades do trabalho.

Para Raichelis e Arregui (2021) a deterioração das condições laborais não constitui uma inevitabilidade, conforme muitos/as tentam fazer crer, e sim uma tática integrante do modelo de acumulação capitalista no contexto da globalização neoliberal, presente tanto nas regiões centrais quanto na periferia dependente. Trata-se de um instrumento de reorganização do trabalho, inserido na estrutura do capitalismo dominado pelas finanças, que une flexibilização, terceirização e informalidade laboral.

Além disso, ao questionar a respeito da percepção da profissional sobre os reflexos do vínculo trabalhista e das condições de trabalho na sua vida enquanto sujeito, obtivemos respostas, tais como:

A segurança do vínculo contribui para a preservação da saúde mental, uma vez que não há medo de demissão, algo tão comum entre os contratados nas mudanças de gestão. Por outro lado, as condições de trabalho ainda insatisfatórias, apesar de melhorias em andamento, afetam a auto-estima (Respondente 04, 2025).

Fico limitada nas vivências da minha vida pessoal, sou afetada em todas as áreas da minha vida. O baixo salário me limita a acessar uma boa alimentação, lugares sociais, vestimentas e afins. Além da questão psicológica, porque não posso me expressar enquanto profissional. (Respondente 05, 2025).

Na minha vida enquanto sujeito, a exigência de 30h, com baixa remuneração, causa um desgaste enorme, sem ajuda de custo para passagem, o valor do salário do técnico se aproxima com o valor do salário de um educador social, que não necessita da formação do curso superior (Respondente 06, 2025).

Pensar a profissão como classe trabalhadora, evoca a compreensão dos processos objetivos e subjetivos, para Santos e Manfroi (2015, p. 180):

Sendo o assistente social um trabalhador que vende sua força de trabalho, ele se insere nas formas contemporâneas de exploração. E isso não é apenas uma 'palavra de ordem' a ser repetida, mas sim uma questão central. Aliados às condições objetivas do trabalho – baixos salários, contratações temporárias, precarização dos vínculos e das condições de trabalho – encontram-se, ainda, os aspectos subjetivos, quais sejam, as ideologias neoliberais, as concepções pós-modernas e neoconservadoras. São, muitas vezes, 'o canto da sereia', que encanta os menos avisados e que impacta diretamente na forma de se compreender o real e, conseqüentemente, no agir do assistente social.

Para as autoras (2015), um ponto fundamental é entender que a precarização do trabalho das/os assistentes sociais, em sua maioria contratadas pelo Estado, vai além das questões de acesso e inserção no mercado de trabalho formal. Ela também se relaciona diretamente com as condições de trabalho no dia a dia da instituição, demonstrando que o problema é mais amplo.

Santos e Manfroi (2015) indicam que, enquanto trabalhadora, a assistente social se encontra inserida nos processos condicionantes das políticas sociais, especialmente no contexto brasileiro, vinculados a um país periférico, em que a estrutura de organização das políticas sociais no atual estágio do capitalismo, influência de modo considerável o desempenho profissional do/a assistente social.

Para tanto, Sawaia (2018) utiliza o conceito de "sofrimento ético-político" para estabelecer a dialética na análise da interação entre emoções e políticas públicas. A autora realiza uma investigação específica com profissionais do SUAS, partindo do entendimento de que essas trabalhadoras estão situadas no âmbito do biopoder²⁶, o que lhes impõe um sofrimento decorrente da relação entre conhecimento e autoridade. Além disso, aponta que "o ético-político não indica apenas que se trata de sofrimento determinado socialmente, já que todos os sofrimentos o são, mas que está associado à trama da servidão e da autonomia em suas diferentes particularidades" (Sawaia, 2018, p. 265).

As/os profissionais de RPA consultadas/os, de maneira geral, manifestam uma sensação de angústia ao serem indagadas/os sobre as suas relações laborais e o desenvolvimento de suas atividades. Segundo a autora:

esse território ontológico lembra que a luta de classes é uma 'questão social' que passa pelas afecções do corpo e da mente de cada um, mediados pelos modos particulares de alienação, na forma de paixões tristes, mas que apesar da eficácia disciplinadora, não conseguem eliminar a potência de vida (Sawaia, 2018, p. 273).

Conforme observado por Sawaia (2018), o sofrimento ético-político atravessa a perspectiva subjetiva dos/as trabalhadores da política social, configurando-se como um elemento central para a análise, em que a saída desse contexto se busca na coletividade, visto que a superação da servidão é no campo do compartilhado.

Assim, os relatos denotam a intensificação da precarização do trabalho, sobretudo para assistentes sociais com atuação e/ou formação mais recente, estando ligadas/os através de vínculos informais ou desprotegidos.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2025), a taxa de desemprego atingiu, em 2024, os menores níveis desde 2012 (chegando a 6,6%),

²⁶Termo criado por Michel Foucault para compreender o poder enquanto uma relação de forças imanentes, materializadas por meio de práticas, técnicas e disciplinas diversas e dispersas na sociedade, englobando igualmente os dominadores e os dominados (Sawaia, 2018).

enquanto a taxa de informalidade dos assalariados chegou a 31,77%, o maior percentual do período. Dessa forma, o Instituto destaca que a redução do desemprego acompanha o crescimento da informalidade do trabalho. Ademais, os dados apontados pelo IPEA (2025), indicam que a alta taxa de informalidade no mercado de trabalho nacional está vinculada à redução da capacidade do Estado em garantir a observância das normas trabalhistas.

Ressalta-se, nesse contexto, a insuficiência no número de auditores fiscais do trabalho ligados ao Ministério do Trabalho e Emprego (MET), profissionais indispensáveis para assegurar o respeito aos direitos dos trabalhadores pelos empregadores. O instituto indica ainda que a formalização dos contratos de trabalho é fundamental para promover um crescimento econômico mais inclusivo no Brasil (Ipea, 2025).

Além disso, ficou evidente que a informalidade não só traz impactos sociais aos trabalhadores, que ficam sem acesso a programas de proteção social em casos de desemprego ou doença, como também afeta a arrecadação do governo.

Na particularidade do Serviço Social, parte das respondentes apresentaram algumas reflexões relativas à necessidade de maior atuação dos órgãos representativos da categoria, como o conjunto CFESS-CRESS na perspectiva da fiscalização das condições de trabalho:

Gostaria de acrescentar sobre o papel omissor do CRESS que está ciente de toda a precarização do trabalho, adoecimento dos profissionais e desistência da profissão e ainda assim não serve para nada além de cobrar uma anuidade exorbitante e oferecer um péssimo atendimento. Estamos cansados de denunciar e nenhuma atitude ser tomada (Respondente 01, 2025)

Gostaria que nossa classe e nosso conselho fossem mais unidos para lutar pelos nossos direitos. Trabalhamos com a viabilização da garantia de direito e estamos tão vulneráveis. (Respondente 02, 2025)

Sobre o papel dos órgãos quanto a fiscalizar esses vínculos de trabalho e a realização de concurso público (Respondente 03, 2025)

Compreende-se que é necessário maior imbricação dos órgãos responsáveis, buscando a melhoria das condições de vida e de trabalho destes profissionais. Diante de um cenário complexo e desafiador, se faz necessário que se resgate a radicalidade do projeto-ético político da profissão, que se constituía uma base de dados da profissão, mas que se (re)construa mecanismos de luta coletiva e articulada ao conjunto da classe trabalhadora.

As análises aqui desenvolvidas contribuem para compreensão da realidade do mercado de trabalho das assistentes sociais atuantes na PMSG. Os dados apontam para maior concentração de profissionais nas Políticas de Assistência Social e Saúde, evidenciando a centralidade dessas políticas na absorção da força de trabalho da categoria no município de São Gonçalo. No entanto, a dificuldade de acesso as informações institucionais e a ausência de dados oficiais sistematizados sobre o quantitativo de profissionais reforçam a necessidade e a relevância de estudos que se proponham a mapear e analisar criticamente o mercado de trabalho do Serviço Social nos municípios brasileiros.

O perfil delineado ao longo da pesquisa, é composto majoritariamente por mulheres negras, casadas, residentes no município, e com pouco envolvimento cívico-político que, quando existente, tem caráter religioso, o que, no conjunto, revela intersecções importantes entre gênero, raça e condições de trabalho, que precisam ser consideradas na análise profissional.

Constata-se também a múltipla vinculação profissional dentro do Serviço Social e, ainda, vinculação com outras áreas de trabalho, visando a composição da renda familiar. Esse cenário indica a precarização, entre aquelas que estão vinculadas ao setor público; denuncia a crescente influência da lógica do mercado sobre o exercício profissional, desafiando os princípios que orientam o projeto ético-político da profissão.

Por fim, os achados desta etapa da pesquisa não apenas subsidiaram a compreensão da realidade das assistentes sociais atuantes na Prefeitura Municipal de São Gonçalo, mas também reafirmaram a urgência de aprofundar a reflexão crítica sobre as formas contemporâneas de inserção profissional e sua implicação para o fortalecimento da profissão no campo das políticas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve por objetivo geral investigar o atual mercado de trabalho de assistentes sociais, particularizando as trabalhadoras da Prefeitura Municipal de São Gonçalo (RJ), com ênfase na caracterização profissional e nas expressões objetivas do mercado de trabalho, por meio das seguintes variáveis: carga horária de trabalho, vínculo contratual, área de atuação e salário.

Ao longo do estudo, identificamos características e contradições relativas ao mercado de trabalho profissional, que permeiam o município. Dessa forma, a presente dissertação oferece uma contribuição para a compreensão sobre o tema.

As análises desenvolvidas, especialmente no primeiro capítulo, apontaram que, nos anos 1970, ao reconhecer a crise estrutural do capitalismo, há a predominância do neoliberalismo no Ocidente e o processo de reestruturação da produção e do trabalho. Esses elementos têm exercido um impacto substancial nas condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, impulsionado pela Razão Neoliberal Gerencial e pelas transformações ocorridas no âmbito do trabalho.

Tais fatores persistem ao longo do século XXI, agravando-se com a expansão das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e na Quarta Revolução Industrial. Foram exploradas as principais abordagens teóricas e conceituais relacionadas a esses eixos de análise, com o objetivo de compreender as características e implicações no contexto da sociedade capitalista de tipo neoliberal gerencial.

O segundo item da primeira seção buscou analisar o liame entre Política Social no Brasil e mercado de trabalho de assistentes sociais, considerando como marco temporal a Constituição Federal de 1988. Compreendemos que a história da política social brasileira encontra na CF/88 o fio condutor da cidadania, na medida em que se constitui o Sistema de Seguridade Social.

Entretanto, no jogo de características e contradições que se apresenta na história brasileira, os anos subsequentes à CF de 1988 indicam o avanço neoliberal, na qual a heteronomia e o conservadorismo político se combinam, moldando uma proposta contrária aos interesses da democracia e do povo. Nesse cenário, a política social ocupa uma posição secundária, subordinada à lógica do ajuste fiscal,

acompanhada pelo processo de pauperização das políticas públicas, por meio da privatização, da focalização/seletividade e da descentralização.

Esses fatores permitem apontar para os avanços significativos na legislação brasileira ao final da década de 1980. Contudo, o projeto neoliberal prioriza o aspecto econômico em detrimento do social, sob a justificativa de alcançar maior eficácia e eficiência do Estado. É nesse ponto que se estabelece uma relação central com o mercado de trabalho das/os assistentes sociais.

De acordo com o CFESS (2022), o Estado tem sido, historicamente, o principal empregador dessas/es profissionais, cuja atuação tem por objeto de trabalho as expressões da questão social. Nesse contexto, as/os assistentes sociais enfrentam, por um lado, a focalização e a precarização das políticas sociais no campo de atuação e, por outro, a precarização nas próprias formas de contratação promovidas pelo Estado.

Para aprofundamento do tema, foi indispensável analisar o processo de descentralização político-administrativa, conforme a CF/88. Entende-se que estados e municípios passaram a ocupar posição central, assumindo maiores responsabilidades administrativas, especialmente os municípios. No entanto, isso se deu com limitada capacidade de gestão, impactando diretamente as políticas públicas e acarretando a precarização, tanto para os usuários, quanto para as/os profissionais.

A segunda seção teve como tema principal o município de São Gonçalo e a formação social, apontando os aspectos sociodemográficos, econômicos e político-administrativos. Uma das formas de compreender o espaço geográfico e suas dinâmicas é através da formação social e, para Santos (1977), esse conceito considera a evolução das sociedades, em relação aos contextos interno e externo, com ênfase no trabalho e na transformação do espaço, sendo a dimensão espacial essencial para a compreensão do desenvolvimento social.

São Gonçalo integra a região metropolitana do estado do Rio de Janeiro e possui autonomia administrativa, interligada a um núcleo dinâmico, ao qual se vinculam outros municípios, que compartilham uma dinâmica social, econômica e cotidiana.

O município enfrenta inúmeros desafios no âmbito do planejamento urbano e apresenta um índice de pobreza vinculado a 39,86% da população, segundo dados do IBGE (2003). No âmbito da Assistência Social, observa-se que cada unidade do

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) acompanha, em média, 11.649 famílias (número que excede significativamente o limite de 5.000 famílias estabelecido por unidade pela NOB/SUAS). Além disso, cabe destacar que, no município, a maioria dos trabalhadores está inserida nos setores de serviços e comércios.

Para Senna (2004), o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas dependem de um conjunto de preferências e alternativas, que envolvem escolhas estratégicas e deliberações realizadas pelos atores sociais, que compõem o cenário político.

Deste modo, ao pensar no município de São Gonçalo como empregador de assistentes sociais, fez-se necessário compreender a dinâmica da política social local, que é alinhada por uma coalizão política de orientação conservadora, com uma recorrente ofensiva contra os direitos sociais e uma tendência de postergação da implementação de políticas públicas, com baixo comprometimento com as demandas das classes populares, marcada pelo clientelismo e pela troca de favores.

A fim de avançar na reflexão sobre o mercado de trabalho de assistentes sociais, com atuação na Prefeitura Municipal de São Gonçalo (PMSG), foi necessário realizar um levantamento do quantitativo profissional, mediante à ausência de dados oficiais sobre o contingente total de trabalhadores no Portal da Transparência ou Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ).

Neste sentido, a terceira seção deste trabalho foi abordado a partir de três eixos centrais de análise. O primeiro se dedica ao “Mapeamento das instituições sociais da Prefeitura Municipal de São Gonçalo (PMSG) com atuação de assistentes sociais”. O segundo busca identificar “Quem são as/os profissionais de Serviço Social que trabalham para a Prefeitura Municipal de São Gonçalo, RJ”. E, por último, o terceiro eixo aborda as “Expressões objetivas do mercado de trabalho do Serviço Social: particularidades da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, RJ”.

No primeiro, buscamos identificar a distribuição de assistentes sociais nas instituições sociais da PMSG, as áreas de trabalho e as características estruturais. Cabe destacar que a autora enfrentou significativas dificuldades no acesso aos números, mesmo após a realização de diversas tentativas por meio de ofícios, e-mails, visitas institucionais e contatos telefônicos.

Os dados apresentados apontam que existem, aproximadamente, 203 assistentes sociais atuantes na Prefeitura de São Gonçalo, sendo 50,7% na Política de Assistência Social; 48,7% na Política de Saúde e 0,6% na Previdência Municipal.

Tal evidência indica que a atuação da/o assistente social na PMSG encontra centralidade nas políticas de Assistência Social e Saúde. Ressalta-se, ainda, a ausência de profissionais na Política de Educação, aspecto significativo para a categoria, sobretudo considerando a existência de legislação específica que respalda essa inserção.

Ademais, ao se analisar as respostas no âmbito da Política de Saúde, observa-se uma predominância da atuação profissional em instituições de natureza biomédica, em detrimento de uma concepção ampliada de saúde, na qual a determinação social ocupa um papel central. Essa orientação tem implicações diretas no trabalho profissional que se constrói nessas instituições.

No segundo item, foi possível aprofundar a análise do perfil profissional, identificando que 85,7% são do gênero feminino, 43% se autodeclararam brancas, 38% pardas e 19% pretas, 62% casadas e 31% sem filhos, 28,6% com um filho, e 62% das/dos assistentes sociais respondentes indicaram não participar de atividades cívico-políticas.

Não é possível dissociar esses dados da tendência contemporânea de redução do quantitativo populacional, a qual se relaciona diretamente com a precarização das condições de vida, marcada por baixos salários e pelo alto custo de vida enfrentado pelos sujeitos. Com uma maioria feminina, é preciso pensar na dupla jornada de trabalho e nos impactos que podem gerar para a participação cívico-política da categoria profissional.

Ainda nesse item, destaca-se a formação profissional das assistentes sociais em âmbito nacional (Dahmer, 2025), cujas tendências trazem reflexos na realidade municipal pesquisada. Verifica-se um quantitativo significativo de profissionais graduados no ensino à distância, especialmente no estado que concentra o maior número de cursos presenciais públicos de graduação em Serviço Social.

Assim, o avanço do ensino à distância se configura como uma realidade consolidada que demanda investigação e problematização, uma vez que apresenta também um nicho específico do mercado de trabalho ao contratar bacharéis em Serviço Social para atuar como tutores.

Logo, quem são esses profissionais? Qual a formação que dispõem para essa atuação? Qual a carga horária de trabalho e o salário? A investigação se faz necessária, para se aproximar da realidade de maneira crítica e contribuir para uma formação em Serviço Social que esteja, antes de tudo, de acordo com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) e adensar as críticas em relação ao mercado de trabalho.

Por fim, abordamos as expressões do mercado de trabalho na PMSG, tendo sido possível identificar baixos salários acompanhados de vínculos precários, realidade que se apresenta no panorama nacional na pesquisa do CFESS (2022).

Conforme verificamos, o trabalho constitui uma dimensão fundamental da vida da classe trabalhadora, ficando evidente que a precarização do trabalho impacta, de diferentes formas, a vida das/os trabalhadoras/es. Inseridas/os na divisão social, técnica, sexual e racial do trabalho, as/os assistentes sociais fazem parte da classe trabalhadora, estando, portanto, expostas/os a essa condição.

Destaca-se, ainda, a presença de profissionais que mantêm dois vínculos empregatícios (45,3%), bem como daqueles que recorrem a outras fontes de renda como forma de complementar seus rendimentos. Aqui, retorna-se ao debate realizado na primeira seção e vinculado à lógica do empreendedorismo, e como os sujeitos no capitalismo moderno estão lançados à própria sorte. O Estado gerencialista vai traduzir aos municípios brasileiros, de forma progressiva, a ampliação do número de contratos temporários e a redução de direitos trabalhistas, cuja influência reflete nas condições laborais.

Compreende-se como fundamental uma maior articulação entre órgãos e as entidades representativas da categoria profissional, diante de um cenário marcado por complexidades e desafios que afetam a profissão, sendo necessário refletir coletivamente e realizar ações objetivas a respeito de instrumentos de mobilização e enfrentamento coletivo.

Para concluir, os resultados apresentados e discutidos nesta dissertação evidenciam a necessidade de refletir criticamente sobre a realidade profissional vivenciada pelas/os assistentes sociais na PMSG. Deve-se destacar que a indisponibilidade de informações públicas a respeito do quantitativo profissional e das políticas sociais no município, além de ferir a transparência das informações, pode ser

funcional à precarização das políticas sociais e do mercado de trabalho de assistentes sociais vinculados à PMSG, evidenciada nesta pesquisa.

Ao ser confirmado o pressuposto de pesquisa, o mercado de trabalho de Serviço Social na PMSG reflete as tendências identificadas em nível nacional, marcadas pelo processo de precarização dos vínculos empregatícios, aviltamento salarial, predominância do gênero feminino (85,7%) e de assistentes sociais negras (57%), residentes em São Gonçalo.

Os dados que evidenciam a precarização do mercado de trabalho das assistentes sociais na PMSG não se dissociam da contrarreforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017) e da lei de terceirização (Lei nº 13.429/ 2017), visto que 26% das assistentes sociais atuantes na PMSG nos últimos 5 a 10 anos foram contratadas por meio do RPA, e todas as profissionais que atuam na prefeitura por meio de concursos públicos foram contratadas há mais de 10 a 15 anos.

Outro dado se refere à dinâmica regional, considerando São Gonçalo inserido na região metropolitana do Rio de Janeiro como município periférico, fornecedor de força de trabalho para centros urbanos vizinhos. No caso das assistentes sociais que participaram da pesquisa, elas realizam deslocamento diário ou semanal para trabalhar.

Algumas dessas profissionais percorrem cerca de 100 km por dia para exercer a profissão, recebendo um salário de até 2 salários-mínimos. Tais dados evidenciam o processo de precarização não apenas do mercado de trabalho profissional, mas também do sujeito assistente social, cujos relatos apontam para processos de pauperização da categoria. Ainda assim, esse deslocamento entre municípios só é possível devido à localização de São Gonçalo, próxima à Capital do estado, permitindo o transporte terrestre dessas/es profissionais por diversos territórios

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L. Federalismo brasileiro e projeto nacional: os desafios da democracia e da desigualdade. **Revista usp**, n. 134, p. 127-142, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/202382> Acesso em: 04 jan 2024.

AKOTIRENE, C. O que é interseccionalidade? (entrevista), 2018. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-que-e-interseccionalidade/>. Acesso: 31 maio 2025.

ALVARENGA, L.V.H. **A focalização e universalização na política social brasileira**: Opostos e Complementares. Texto para Discussão no 56. Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento. Out. 2011. Disponível em: <https://cede.uff.br/wp-content/uploads/sites/251/2021/04/TD-056-VILAS-BOAS-L.2011.-Focalizacao-e-universalizacao-na-politica-social-brasileira.-Opostos-e-complementares.pdf>. Acesso em: 04 set 2024.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviço na era digital. Boitempo editorial, 2 ed. 2020.

ANTUNES, R. DRUCK, G. **A epidemia da terceirização**. In: ANTUNES, R. (Org.) Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil III. São Paulo: Boitempo, 2014.

ARAÚJO, M. S. S.; CARVALHO, A. M. P. Autoritarismo no Brasil do presente: bolsonarismo nos circuitos do ultraliberalismo, militarismo e reacionarismo. **Revista Katálisis**, v. 24, n. 1, p. 146-156, jan./abr. 2021. DOI: 10.1590/1982-0259.2021.e7528

AZEVEDO, L. F. O Serviço Social sob as armadilhas do Capital: quem são e para onde vão as/os egressas/os do curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes? **Monografia (Graduação em Serviço Social)** – Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2024.

BAHIA, J; AGUIAR, C Fo; DE JESÚS N, F. Museu da Umbanda e Marco Zero: territorialidades étnico-religiosas em São Gonçalo, Rio de Janeiro. **Perspectivas Afro**, v. 2, n. 1, p. 38-58, 2022.

BRAGA, M. N. C. **O município de São Gonçalo e sua história**. 1997. 4 edição Revista e Ampliada. Editora Apologia Brasil, 2023

BRASIL. **Emenda Constitucional Nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Diário Oficial da União 2016.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei federal nº 8.069, 1990. Brasília.

BRASIL. **Decreto nº 12.456, de 29 de abril de 2025**. Regulamenta a oferta de educação a distância por Instituições de Educação Superior. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 de abr. 2025. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12456.htm. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. **Lei 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Diário Oficial da União 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017**. Dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.

BRASIL. Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010. **Inclui o texto das 30 horas semanais para os assistentes sociais**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12317.htm

BRASIL. Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993. **Regulamenta a profissão de assistente social**. Brasília, DF: Presidência da República, [1993]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm. Acesso em: 01 jun. 2025

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Lei de Cotas nº 12.711/2012**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/lei-de-cotas>. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **O que é educação a distância? Escola de Gestores da Educação Básica – Perguntas Frequentes**. Portal Gov.br, 2018. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/355-perguntas-frequentes-911936531/educacao-a-distancia-1651636927/12823-o-que-e-educacao-a-distancia>. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**. Documento de Área. Área 32: Serviço Social. Brasília, DF: MEC, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/doc-servico-social-01-11-pdf> Acesso em: 01 jun. 2025

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**, 2004. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Guia aos novos prefeitos, gestores e profissionais de RPPS**. Brasília: Ministério da Previdência Social, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/legislacao-dos-rpps/GuiaaosNovosPrefeitosGestoreseProfissionaisdeRPP.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção Primária e Atenção Especializada: conheça os níveis de assistência do maior sistema público de saúde do mundo**. Portal Gov.br, 28 mar. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/marco/atencao-primaria-e-atencao-especializada-conheca-os-niveis-de-assistencia-do-maior-sistema-publico-de-saude-do-mundo>. Acesso em 28 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES). Departamento de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas (DESMAD). **Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/desmad/raps>. Acesso em 28 jun. 2025.

BRASIL, Senado Federal. Constituição. **Brasília (DF)**, 1988.

BEHRING, E.R; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BONFIM, P. Trabalho e Alienação: elementos para pensar a dimensão da ética do trabalho dos assistentes sociais. **Em Pauta**, n. 27, p. 107-126, 2011.

BORGES, A. M. C. O mercado de trabalho nos serviços sociais. **O Social em Questão**, v. 18, n. 33, p. 87-106, 2015.

CARMINATTI, A. S. et al. **Mobilidade urbana no município de São Gonçalo/RJ: políticas públicas de mobilidade urbana, contextos das desigualdades sociais e as condições para o desenvolvimento**. Dissertação Mestrado. Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas, UFRRJ. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas – PPGDT. 2020.

CARVALHO, R. P. de. **Aspectos de ativismo digital na política municipal de São Gonçalo: um estudo das páginas Fala Coroadó e São Gonçalo dá Depressão**. 2019. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense.

CASA FLUMINENSE. **Mapa da Desigualdade**, 2023. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/mapa-da-desigualdade/> Acesso em: 03 maio 2025

CASTRO, J.A. & RIBEIRO, J.A.C. As políticas sociais e a Constituição de 1988: conquistas e desafios. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise** no 17. Brasília: IPEA, 2010. Cap.1. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_17_introducao.pdf. Acesso em: 01 set 2024.

CARTAXO, A. M. B; MANFROI, V. ; HILLESHEIM, J. **Estágio supervisionado em serviço social: contradições no cotidiano de trabalho**. Emais Editora, 2022.

CENTRO LGBTI+ DE SÃO GONÇALO. **Centro de Referência LGBTI+ de São Gonçalo. São Gonçalo**: Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/centrolgbtisg/>. Acesso em: 28 jun. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS); CONSELHOS REGIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL (CRESS). **43º Encontro Nacional CFESS/CRESS – Relatório final**. Brasília, DF, 21 set. 2014. 72 p. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/43EncontroNacional-RelatorioFinal.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional.** Brasília- DF, 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Formação, trabalho e participação sociopolítica: dados complementares ao perfil de Assistentes Sociais no Brasil.** Brasília- DF, 2024.

CEOLIN, G. F. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n. 118, p. 239-264, abr/jun. 2014.

COUTINHO, G. **“Reforma” trabalhista de Temer retroceder ao século 19.** Agência Diap, Brasília, jul. 2017. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/27347-reforma-trabalhista-de-temer-retrocede-ao-seculo-19>. Acesso em: 28 fev. 2025.

COSTA, A. O. **Rotinas de mulher.** In: ÁVILA, M. B; FERREIRA, V. (Ed.). Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres. SOS Corpo, Instituto Feminista para a Democracia, 2014.

COSTA, F. M. As particularidades do ensino superior brasileiro nos marcos do capitalismo dependente. **Temporalis**, Brasília (DF), v. 18, n. 35, p. 29-45, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/19734>. Acesso em: 02 jun. 2025.

COSTA, G. Trabalhadores negros na origem da política social brasileira. Revista **Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea, v. 18, n. 46, 2020.

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CIB-RJ). **Plano de Ação Regional da Rede de Atenção Psicossocial da Metropolitana I: 2023-2026.** Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <http://www.cib.rj.gov.br/arquivos-para-baixar/boletins-cib/2660-plano-regional-raps-m1/file.html>. Acesso em: 14 ago. 2025.

CRENSHAW, K. Documento para encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudo Feministas**, ano 10, Florianópolis, 2002.

DARDOT, P. LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DRAIBE, S.M. Welfare State no Brasil: características e perspectivas. **Cadernos de Pesquisa 08.** Campinas: NEPP/ UNICAMP, 1993.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistência: novos e velhos desafios? **CADERNO CRH**, Salvador, v. 24, n. 1, p. 37-57, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/qvTGPNcmnSfHYJjH4RXLN3r/abstract/?lang=pt> Acesso em: 28 fev. 2025

FAGNANI, E. **CF 30 anos: seguridade social como “ponto fora da curva” do capitalismo brasileiro**. In: Frente Ampla de Trabalhadoras e Trabalhadores do Serviço Público pela Democracia (Org.). 30 anos da Constituição Federal Brasileira - Notas para um obituário precoce (1988/2018) - Brasília/DF: Associação dos Funcionários do Ipea, 2018. Disponível em: https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/30-anos-da-Constituicao-Federal-Brasileira.pdf. Acesso em: 02 jan 2025.

FERRAZ, I. O. **“E agora, José?” a situação profissional das/os recém-formadas/os em Serviço Social**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

FERREIRA, U. C. S. ST 8 Movimento Pendular, principais destinos e tempo de deslocamento para o trabalho na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **Anais ENANPUR**, v. 17, n. 1, 2017

FERREIRA, I. Maioria dos residentes em Instituições de Longa Permanência para Idosos é homem. **Jornal da USP**, 2 nov. 2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/maioria-dos-residentes-em-instituicoes-de-longa-permanencia-para-idosos-e-homem/>. Acesso em: 13 jun. 2025.

FOLHA PE. *Censo 2022: São Gonçalo é a cidade que mais perdeu habitantes no RJ*. Recife, 28 jun. 2023. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/censo-2022-sao-goncalo-e-a-cidade-que-mais-perdeu-habitantes-no/277897/>. Acesso em: 2 ago. 2025.

GERARDI, D. A. M. **As condições e relações de trabalho dos assistentes sociais: uma análise a partir da realidade dos supervisores de campo de estágio de Santa Catarina**. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2021.

GUERRA, Y. Tecnologias da Informação e Comunicação e seus impactos no modus operandi do trabalho profissional de assistentes sociais. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, v. 1, n. 1, 2023.

GESUAS. **Centro POP: entenda o que é e como funciona esse equipamento socioassistencial**. Blog GESUAS, 2023. Disponível em: <https://blog.gesuas.com.br/centro-pop/>. Acesso em: 28 jun. 2025.

GOHN, M. G. **Sociedade civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs**. Meta: Avaliação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, p. 238-253, maio-ago. 2013.

HILLESHEIM, J; MOLARDI, G. R. Interlocuções do Serviço Social na discussão sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC). **O Social em Questão**, v. 1, n. 58, 2023.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, v. 1, p. 16-50, 2007.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche** – Capital Financeiro, trabalho e Questão Social. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, M. V. Os espaços sócio ocupacionais do assistente social. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, 2009. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/iamamoto-201804131241048556780.pdf> Acesso em: 13 de dez. de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-goncalo/pesquisa/37/30255?ano=2010> Acesso: 25 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?edicao=9451> Acesso em 15 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População do país vai parar de crescer em 2041**. BELO, Luiz (editor). Agência de Notícias do IBGE, 22 ago. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41056-populacao-do-pais-vai-parar-de-crescer-em-2041>. Acesso em: 13 jun. 2025.

INSTITUTO FOGO CRUZADO. **Relatório semestral: Grande Rio teve 1.346 tiroteios em 2024**. Disponível em: <https://fogocruzado.org.br/dados/relatorios/grande-rio-primeiro-semester-2024>. Acesso em 15 mar. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). IDH, 2008. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?id=2144:catid=28&option=com_content. Acesso em: 25 fev. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Crescimento sem formalização do trabalho: déficit de capacidade fiscalizatória e necessidade de recomposição da burocracia especializada** (Publicação Expressa). Org: PATEO, F. V.; LOBO, V. G. Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, nº 117. 2025.

INSTITUTO SEMESP. Pesquisa de Pós-Graduação (Lato Sensu) 2023 – **Um diagnóstico sobre os cursos de especialização no Brasil**. Semesp, 2023. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/pesquisas/pesquisa-de-pos-graduacao-lato-sensu-2023/>. Acesso em: 13 jun. 2025.

KALOUSTIAN, S. M. **Família brasileira a base de tudo**. São Paulo: Cortez : UNICEF, 1994.

KERSTENETZKY, C. L. Welfare state e desenvolvimento. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v. 54, n. 1, p. 129-156, 2011.

LESBAUPIN, I; MINEIRO, A. **O desmonte da nação em dados**. Editora Vozes, 2002.

LIMA, K. Universidade pública e contra revolução: da “travessia de uma ponte” ao “caminho da prosperidade”. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 44, p. 15-32, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/45207>. Acesso em: 01 jun. 2025.

LOBATO, L. V. C. **Apresentação**. In: Moraes, C. A. de S. SANTOS, R. de C. e Senna, M. de C. M. (Org.). **Política Social no Brasil: sujeitos, trajetórias e institucionalidades**. Curitiba, PR. Editora CRV, 2020

MARTINS, V. **Precarização das condições de trabalho de assistentes sociais no Norte Fluminense**. In: Carlos Antonio de Souza Moraes e Juliana Thimóteo Nazareno Mendes (Org.). **A questão social no Norte Fluminense: expressões e enfrentamentos**, Campos dos Goytacazes, RJ. Essentia Editora Fluminense, 1º ed, p. 260-277, 2022. Disponível em: <https://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/livros/issue/view/283> Acesso em: 01 março 2025.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. 2ª ed. São Paulo: BOITEMPO, 2009.

MINAYO, M. C. de S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & saúde coletiva**, v. 17, p. 621-626, 2012.

MOLEDDA, M.; GIANNA, S.; DI NAPOLI, C. **Trabajo social y espacios ocupacionales: derechos, procesos y prácticas profesionales**. 1. ed. La Plata: Colegio de Asistentes Sociales o Trabajadores Sociales de la Provincia de Buenos Aires, 2019. 232 p

MONTEIRO, R. L. D. S. G.; SANTOS, D. S. A utilização da ferramenta Google Forms como instrumento de avaliação do ensino na Escola Superior de Guerra. **Revista Carioca de Ciência, Tecnologia e Educação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 28-38, dez. 2019

MORAES, C. A. de S. Perfil profissional e áreas de atuação de assistentes sociais no Norte Fluminense. In: Carlos Antonio de Souza Moraes e Juliana Thimóteo Nazareno Mendes (Org.). **A questão social no Norte Fluminense: expressões e enfrentamentos**, Campos dos Goytacazes, RJ. Essentia Editora Fluminense, 1º ed, p. 240-259, 2022. Disponível em: <https://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/livros/issue/view/283> Acesso em: 31 maio 2025.

MORAES, C. A. de S. Determinantes e significados do trabalho do/a assistente social na área da saúde. **O Social em Questão**, v. 23, n. 47, 2020. Disponível em:

https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_47_art_7.pdf. Acesso em: 25 abr. 2025.

MORAES, C. A. de S.; AZEVEDO, L. F.; SILVA, L. C. Mapeamento das pesquisas sobre o mercado de trabalho do serviço social brasileiro: características e contradições. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), [S. l.], v. 22, n. 1, p. e43777, 2023. DOI: 10.15448/1677-9509.2023.1.43777. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/43777>. Acesso em: 25 abr. 2024.

MORAES, C. A. de S.; APRIGIO, K. **Os municípios como principais empregadores de assistentes sociais no Brasil: apontamentos da produção acadêmica científica**. 2025. No prelo.

MORAES, C. A. de S.; SENNA, M. de C. M.; MOLEDDA, M. P. A precarização do trabalho e as suas incidências no Serviço Social argentino e brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 142, p. 1–20, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/C3TrmS47ky6w97Mjc4TxKMq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 jul. 2025.

NARVAZ, M. G; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcados: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, p. 49-55, 2006.

NETTO, J. P. Introdução ao método da teoria social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 668-700, 2009.

NEVES, L. MUVI: tire suas principais dúvidas sobre o futuro corredor viário de São Gonçalo. **Jornal O São Gonçalo**, 16 de novembro de 2023. Disponível em: <https://www.osaogoncalo.com.br/geral/140476/muvi-tire-suas-principais-duvidas-sobre-o-futuro-corredor-viario-de-sao-goncalo> Acesso em: 09 de maio 2025

NUNES, L.V. & TEIXEIRA, S.M. O Sistema de Proteção Social Brasileiro a Partir da Constituição Federal de 1988 aos dias atuais: universalidade, focalização ou seletividade? **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n.40, p., jan./jun. 2014. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/4737>. Acesso em: 04 jan 2025.

D'ALBUQUERQUE, R. W.; PALOTTI, P. L. de M. Federalismo e execução dos serviços públicos de atendimento do governo federal: a experiência brasileira nas políticas sociais. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/zW4Y6QszR34gmwL4KKdG5vP/> Acesso em: 07 jan 2025.

PEREIRA, P.A. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In BOSCHETTI, I. et al. (orgs). **Política social no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, P. A. **A política Social entre Deus e o Diabo**: determinações e funcionalidades do sistema capitalista. In: Moraes, C. A. de S. SANTOS, R. de C. e

Senna, M. de C. M. (Org.). Política Social no Brasil: sujeitos, trajetórias e institucionalidades. Curitiba, PR. Editora CRV, 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO. **Plano Municipal de Assistência Social**. Quadriênio: 2022-2025. Disponível em: <https://www.saogoncalo.rj.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/plano-municipal-de-assistencia-social-versao-final.pdf>
Acesso em: 01 jun. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO. **Hospital Retaguarda Gonçalense será ampliado**. Prefeitura Municipal de São Gonçalo, 19 jun. 2023. Disponível em: <https://www.saogoncalo.rj.gov.br/hospital-retaguarda-goncalense-sera-ampliado/>.
Acesso em: 13 jun. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO. **Hospital Luiz Palmier aumenta serviços e atendimentos**. Prefeitura Municipal de São Gonçalo, 25 maio 2018. Disponível em: <https://www.pmsg.rj.gov.br/hospital-luiz-palmier-aumenta-servicos-e-atendimentos/#>. Acesso em: 13 jun. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO. **São Gonçalo amplia CTI do Pronto Socorro Infantil**. Prefeitura Municipal de São Gonçalo, 17 jan. 2025. Disponível em: <https://www.pmsg.rj.gov.br/sao-goncalo-amplia-cti-do-pronto-socorro-infantil/#:~:text=A%20unidade%20foi%20adaptada%20e,de%20300%20atendimentos%20por%20dia>. Acesso em: 13 jun. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO. **São Gonçalo inicia celebração do maior e mais tradicional Corpus Christi da América Latina**. São Gonçalo: Prefeitura Municipal de São Gonçalo, 19 jun. 2025. Disponível em: <https://www.saogoncalo.rj.gov.br/sao-goncalo-inicia-celebracao-do-maior-e-mais-tradicional-corpus-christi-da-america-latina/>. Acesso em: 28 jun. 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO. **Maternidade de São Gonçalo oferece vários serviços a mães e recém-nascidos**. Prefeitura Municipal de São Gonçalo, 1 maio 2025. Disponível em: <https://www.saogoncalo.rj.gov.br/maternidade-de-sao-goncalo-oferece-varios-servicos-a-maes-e-recem-nascidos/>. Acesso em: 13 jun. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO. **HCCOR amplia oferta de cirurgias e procedimentos**. Prefeitura Municipal de São Gonçalo, 9 jan. 2025. Disponível em: <https://www.saogoncalo.rj.gov.br/hccor-amplia-oferta-de-cirurgias-e-procedimentos/>. Acesso em: 13 jun. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO. **Centro de Referência em Autismo completa cinco anos**. Prefeitura Municipal de São Gonçalo, 16 de abr. 2024. Disponível em: <https://www.pmsg.rj.gov.br/centro-de-referencia-em-autismo-completa-cinco-anos/>. Acesso em: 13 jun. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO. **História do Município São Gonçalo**. Disponível em: <https://www.saogoncalo.rj.gov.br/sao-goncalo/mapas-e-bairros/> Acesso em: 05 mar. 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO. **ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE MOBILIDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO/RJ.**

RELATÓRIO FINAL CONSOLIDADO Disponível em:

<https://www.pmsg.rj.gov.br/planmob/arquivos/planmob-plano-consolidado.pdf>

Acesso em: 08 maio 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO (RJ). **Unidades de Saúde.** São Gonçalo: Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil. Disponível em:

<https://www.saogoncalo.rj.gov.br/saude-e-defesa-civil/unidades-de-saude/>. Acesso em: 20 jul. 2025.

RAMOS, E. R.; DIONISIO, A. S.. A FALÁCIA DA ‘MODERNIZAÇÃO’ DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA: O NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO. **e a resistência ao golpe de 2016**, p. 93, 2016.

RAICHELIS, R. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, R. VICENTE, D. ALBULQUERQUE, V. **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2018.

RAICHELIS, R; ARREGUI, C. C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. **Serviço Social & Sociedade**, p. 134-152, 2021.

RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. (Ed.). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social.** Cortez Editora, 2018.

RAICHELIS, R. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. **Serviço Social & Sociedade**, p. 750-772, 2010.

REIS, J. J. Identidade e Diversidade étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1996, p. 7 – 33.

REIS, J. J. **Ganhadores – a greve negra de 1857 na Bahia.** São Paulo: Cia das Letras, 2019. P. 68 – 100.

REZENDE, C. B. Famílias Contemporâneas: reflexões sobre estratégias de sobrevivência. **Serviço Social & Realidade**, v. 21, n. 2, 2012.

ROSA, D. P. **SÃO GONÇALO, DIVISÃO DO TRABALHO NA METRÓPOLE E A FORMAÇÃO DA NOVA PERIFERIA METROPOLITANA.** Revista Tamoios, São Gonçalo, v. 6, n. 1, p. 19–33, 2010. DOI: 10.12957/tamoios.2010.1166. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/1166>. Acesso em: 10 mar. 2025.

SANTOS, F. B. P. **A produção do conhecimento sobre o trabalhador assistente social: o que revelam os estudos desenvolvidos no período de 2012 a 2016?.** Dissertação (mestrado), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2018.

SANTOS, C. M. Formação e exercício profissional em Serviço Social. Revista **Katálisis**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 159-160, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/BBPm4BHZMN6wzHmQgpxDBhC/> . Acesso em: 01 jun. 2025.

SANTOS, M. T.; MANFROI, V. M. Condições de trabalho das/os assistentes sociais: precarização ética e técnica do exercício profissional. **Em pauta**, v. 13, n. 36, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/21057> Acesso em: 29 de jun. 2025.

SANTOS, M. T. d; MANFROI, V. M. Expansão e precarização: o mercado de trabalho dos assistentes sociais em Santa Catarina. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 233-252, 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/5114/3754>. Acesso em: 25 jun. 2025.

SANTOS, M. Sociedade e Espaço: A formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 54, junho de 1977. pp. 81-100. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/1092/949>. Acesso em: 25 fev. 2025.

SAWAIA, B. B. Trabalho e sofrimento ético-político. In: RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. (Ed.). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. Cortez Editora, 2018.

SENNA, M. de C. M. **Racionalidade técnica e lógica política**: um estudo sobre o processo de implantação do programa saúde da família em São Gonçalo-RJ. Tese de Doutorado. Escola Nacional de Saúde Pública, da Fundação Oswaldo Cruz. 2004.

SILVA, E. L., MENEZES, E. M. (2000) Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000, 118p.

SILVA, L. C. **O contágio da precarização**: um estudo sobre o mercado de trabalho de assistentes sociais em Campos dos Goytacazes (RJ), durante a pandemia de Covid-19. 2022. 76 f. TCC (Graduação em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2022.

SOARES, L. T. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. Cortez, 2009.

TEMPO REAL RJ. TCE restringe contratação de pessoas físicas para serviços públicos no estado do Rio. Tempo Real RJ, 19 dez. 2024. Disponível em: <https://temporealrj.com/tce-restringe-contratacao-de-pessoas-fisicas-para-servicos-publicos-no-estado-do-rio/>. Acesso em: 13 jun. 2025.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (TCE RJ). Estudos Socioeconômicos dos municípios do estado do Rio de Janeiro, 2021. Rio de Janeiro. Disponível em:

https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/publicadordearquivo/estudos_socioeconomicos
Acesso em 25 fev. de 2025.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Anuário estatístico** TCE-RJ 2021. Disponível em:

https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/pagina/anuario_2021. Acesso em: 10 jun. 2025.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Estatística da Eleição**, 2022.

Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao/estatisticas_eleicao?session=103939302184880. Acesso em 25 fev. de 2025.

YACOUD, L. B. D.; RIBEIRO, L. C. Emprego, desemprego e precariedade do trabalho do assistente social. **Revista Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea, n. 20, p. 141-152, 2007.

ZAHREDDINE, D.; STARLING, B. P. Por um Lugar ao Sol: A política Externa Alemã de Otto Von Bismarck à Guilherme II. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, [S. l.], v. 7, n. 1, 2020. DOI: 10.26792/rbed.v7n1.2020.75200. Disponível em: <https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/75200>. Acesso em: 5 mar. 2025.

APÊNDICE I

Questionário

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE NITERÓI
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA DE CAMPO

Tema: Mercado de Trabalho de Assistentes Sociais em São Gonçalo (RJ) 2025

Estimadas/os assistentes sociais do município de São Gonçalo, como vão?

Gostaríamos de convidá-las/os a participar do levantamento de informações a respeito do mercado de trabalho do Serviço Social em São Gonçalo, RJ. Este levantamento está vinculado ao trabalho de dissertação de mestrado em Política Social - UFF, de autoria de Laísa Cunha da Silva, sob orientação do Prof. Dr. Carlos Moraes, e objetiva investigar as expressões do mercado de trabalho das/os assistentes sociais atuantes na esfera municipal de São Gonçalo –RJ. Este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética (CEP).

A pesquisa não oferece benefícios particulares, mas contribui com a análise sobre o tema. Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para se recusar a participar, para retirar seu consentimento ou para interromper a participação a qualquer momento. O tempo médio de resposta é de 5 (cinco) minutos. A pesquisadora irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado(a) em nenhum momento ou em qualquer publicação que possa resultar deste estudo. Uma cópia deste consentimento ficará com a pesquisadora. A participação no estudo não acarretará custos para você, e tampouco será disponibilizada qualquer compensação financeira. A sua participação é voluntária.

A sua participação no preenchimento do instrumento é extremamente importante, ajuda na produção de dados sobre o Serviço Social e do município de São Gonçalo. O preenchimento do instrumento deve ser realizado até o dia 08/05/2025. Estamos à disposição para maiores informações. Desde já, manifestamos nossos agradecimentos.

Atenciosamente

Laísa Cunha da Silva.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.

Este formulário tem o objetivo investigar as expressões do mercado de trabalho das/os assistentes sociais, atuantes na cidade de São Gonçalo - RJ. Para pesquisa intitulada: **O mercado de trabalho do Serviço Social em São Gonçalo, RJ: características e contradições**. O questionário será divulgado nos canais de comunicação disponíveis, como e-mail, aplicativos de mensagens, e será estruturado em dois grandes blocos: o primeiro, abordará o perfil profissional, por meio de variáveis, tais como: gênero, pertença étnico racial e faixa etária. Já o segundo bloco, abordará as expressões do mercado de trabalho do Serviço Social em São Gonçalo, RJ, combinando perguntas fechadas e abertas, de acordo com o artigo 5º da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. O estudo não oferece benefícios particulares, mas contribui com a análise do mercado de trabalho no município. Você será esclarecido(a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para se recusar a participar, para retirar seu consentimento ou para interromper a participação a qualquer momento. O tempo média de resposta é de 5 (cinco) minutos. A pesquisadora irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade. Você não será identificado(a) em nenhum momento ou em qualquer publicação que possa resultar desse estudo. A participação no estudo não acarretará custos para você e, tampouco será disponibilizada qualquer compensação financeira. A sua participação é voluntária. Quando o estudo estiver concluído, você poderá ter acesso aos seus resultados, bastando para isso fazer contato comigo através do e-mail: laisacsilva@gmail.com ou laisacunha@id.uff.br.

Fui informado(a) dos objetivos da pesquisa “O MERCADO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL EM SÃO GONÇALO, RJ: CARACTERÍSTICAS E CONTRADIÇÕES” de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Em caso de dúvidas, poderei contatar a pesquisadora Laísa Cunha da Silva por meio do telefone (22) 99727-8377 e, também, pelo e-mail: laisacsilva@gmail.com. Declaro que concordo em participar desse estudo.

Você concorda com o termo acima?

SIM

NÃO

Perfil Profissional

As perguntas a seguir visam compreender o perfil profissional do mercado de trabalho do Serviço Social, em São Gonçalo na esfera municipal.

- **Você trabalha como Assistente Social para o município de São Gonçalo?**

SIM
NÃO

- **Gênero:**

Feminino
Masculino
Não binário
Prefiro não declarar

- **Faixa etária:**

De 20 a 29 anos
De 30 a 39 anos
De 40 a 49 anos
De 50 a 59 anos
60 anos ou mais

- **Você se autodeclara:**

Preta
Parda
Branca
Indígena
Amarela
Outra

- **Qual ano em que se formou na graduação em Serviço Social**

Até 1980
De 1981 a 1990
De 1991 a 2000
De 2001 a 2010
A partir de 2011

- **Estado Civil:**

Casado/a
Solteiro/a
Viúvo/a
Divorciado/a
União estável
Outro

- **Possui filhos?:**

Nenhum

Um
Dois
Três ou mais

- **Seu município e bairro de moradia**

Resposta aberta

- **Qual a natureza da Instituição de sua formação?**

Pública com caráter presencial
Particular com caráter presencial
Particular com caráter à distância (EAD)

- **Você possui pós-graduação concluída?**

SIM
NÃO

- **Se sim, qual modalidade?**

Especialização
Mestrado
Doutorado
Pós Doutorado

- **Participação em atividade cívico-política:**

Religiosa
Movimento da categoria de assistente social (CFESS, CRESS, ABEPSS)
Movimento social.
Partido político
Conselho de Direitos ou de políticas sociais.
Não participa de nenhuma destas atividades
Outro: _____

- **Caso você participe de alguma atividade cívico política, informe a área ou política que acontece.**

Resposta aberta

Expressões objetivas do mercado de trabalho de assistentes sociais

As perguntas a seguir visam levantar dados sobre as expressões do mercado de trabalho do Serviço Social, em São Gonçalo na esfera municipal.

- **Área de atuação**

Política de Assistência Social
Política de Saúde
Política de Educação
Outros: _____

- **Carga horária de trabalho**

40 horas semanais
30 horas semanais

20 horas semanais
24 horas semanais

- **Tempo de Serviço na Instituição**

Até 5 anos
Mais de 5 a 10 anos
Mais de 10 a 15 anos
Mais de 15 a 20 anos
Mais de 20 a 25 anos
Mais de 25 anos

- **Seu salário como assistente social é:**

Até 1 salário mínimo
Acima de 1 até 2 salários
Acima de 2 até 3 salários
Acima de 3 até 4 salários
Acima de 4 até 5 salários mínimos
Acima de 5 salários mínimos

- **Qual o tipo de vínculo que você possui com a instituição?**

Estatutário
Celetista
Contrato por tempo indeterminado
Contrato por tempo determinado (temporário)
Voluntário
Recibo de Pagamento Autônomo (RPA)
Outros: _____

- **Você ocupa cargo de liderança/gestão no seu trabalho como assistente social?**

SIM
NÃO

- **Se sim, qual cargo de gestão?**

Coordenação
Superintendente
Supervisão
Outros: _____

- **Você tem outro vínculo como assistente social em São Gonçalo ou em outro município ?**

SIM, em São Gonçalo
SIM, em outro município
NÃO

- **Se sim, qual a área de atuação:**

Política de Assistência Social

Política de Saúde

Política de Educação

Outros: _____

- **Se tem vínculo empregatício como assistente social em outro município, indique município:**

Resposta aberta

- **Você acredita que seu vínculo profissional tem impactos na sua relação com o seu trabalho profissional?**

SIM

NÃO

- **Se sim, justifique:**

Resposta aberta

- **Qual sua percepção sobre o reflexo do vínculo trabalhista e das condições de trabalho na sua vida enquanto sujeito?**

Resposta aberta

- **Você desempenha paralelamente outra ocupação? (Que não seja a de Serviço Social)**

SIM

NÃO

- **Se sim, qual?**

Resposta em texto

- **Você gostaria de acrescentar algo que não foi abordado?**

Resposta aberta